



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

JAKSON BRAZ DE OLIVEIRA

ENTRE PEDRAS E FLORES: A ORGANIZAÇÃO
COMUNITÁRIA E O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
NA REGIÃO DOS LAJEDOS NO CARIRI PARAIBANO

PROJETO DE DISSERTAÇÃO
NATAL- RN



JAKSON BRAZ DE OLIVEIRA

ENTRE PEDRAS E FLORES: A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E O
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA REGIÃO DOS LAJEDOS DO CARIRI
PARAIBANO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientadora: Profa. Dra. Carolina Todesco

NATAL

2024

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Oliveira, Jakson Braz de.

Entre pedras e flores: a organização comunitária e o desenvolvimento do turismo na região dos Lajedos do Cariri Paraibano / Jakson Braz de Oliveira. - Natal, 2024.

115f.: il.

Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós Graduação em Turismo. Natal, RN, 2024.

Orientação: Profa. Dra. Carolina Todesco.

1. Organização comunitária - Dissertação. 2. Organizadores sociais - Dissertação. 3. Turismo de base comunitária - Dissertação. 4. Comunidade do Marinho - Dissertação. 5. Comunidade do Bravo - Dissertação. 6. Cariri Paraibano - Dissertação. I. Todesco, Carolina. II. Título.

RN/UF/Biblioteca CCSA

CDU 338.48:332.14(813.3)

JAKSON BRAZ DE OLIVEIRA

ENTRE PEDRAS E FLORES: A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E O
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA REGIÃO DOS LAJEDOS NO CARIRI
PARAIBANO

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Turismo, da Universidade Federal do
Rio Grande do Norte, como requisito
à obtenção do título de Mestre em
Turismo.

Orientadora: Profa. Dra. Carolina
Todesco

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Carolina Todesco
Orientadora
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Profa. Dra. Erica Dayane Chaves Cavalcante
Membro interno
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Profa. Dra. Mônica de Nazaré Ferreira de Araújo
Membro externo
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Aos que fazem do amor e do respeito a sua melhor escolha.
Às comunidades, que do mais seco solo,
tecem relações de afeto e solidariedade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela permissão de realizar meu mestrado, uma etapa significativa em minha vida acadêmica. A conclusão desta dissertação representa não apenas o fechamento de um ciclo, mas também uma oportunidade para reflexão sobre os desafios enfrentados, as abdições feitas, a resiliência cultivada e a força de vontade que guiou cada passo desta jornada.

Embora reconheça que nunca estive sozinho nem desamparado nesta jornada, pois acredito que uma obra se constrói com muitas mãos, é inegável que a trajetória acadêmica é, em grande parte, uma demanda pessoal e solitária. Neste momento de agradecimento, quero expressar minha profunda gratidão a todos aqueles que contribuíram para o meu amadurecimento no âmbito acadêmico.

Aos meus pais, João e Elina, fontes inesgotáveis de amor, apoio e confiança, mesmo diante de escolhas e caminhos que talvez não compreendessem completamente. Essa força, alegria e encorajamento emanados por vocês, por minhas irmãs, esposos e amados sobrinhos, foram luz para meus dias mais desafiadores. Sou imensamente grato por tudo que fizeram por mim.

À professora e orientadora Profa. Dra Carolina Todesco, expresso minha gratidão pela generosidade, profissionalismo e ensinamentos valiosos que permearam cada interação. Sua orientação e a forma especial como compartilhou conteúdos necessários à pesquisa, contribuíram significativamente para o meu desenvolvimento. Assim como não poderia deixar de agradecer à Profa. Dra Erica Cavalcante à Profa. Dra. Mônica de Nazaré, que gentilmente aceitaram o convite para avaliar o meu trabalho e trouxeram grandes contribuições enriquecendo esta dissertação.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Turismo PPGTUR da UFRN, pela seriedade, compromisso e generosidade prestados. Diante de todas as mudanças e desafios que o mestrado me impôs, certamente a melhor escolha foi estar rodeado de profissionais tão comprometidos com a instituição e com o nosso avanço acadêmico e integridade.

Agradeço às comunidades do Bravo e do Marinho, que participaram desta

dissertação. Às famílias que me receberam e me ensinaram tanto. Pelo apoio incondicional na comunidade do Bravo ao Djair e sua família. Na comunidade do Marinho, às famílias unidas pela ASCCROM, em especial à Dona Nina e ao Sr. Artur.

Agradeço aos amigos e colaboradores que estiveram presentes nos diversos momentos deste processo. Em especial aos queridos amigos Guataçara Monteiro, João Paulo Pessoa, Profa. Dra. Zuleika Sabino e à Profa. Carolina Cunha, que formaram a primeira banca para ensaio da arguição do projeto. Nesta etapa foi imprescindível o apoio e a confiança prestados.

Aos professores, Ricardo Lanza-rini, Leilianne Barreto, Maria Lúcia, Mozart Fazito, Mauro Lemuel, Marcos Nascimento, Guilherme Bridi, Silvio Figueiredo, Wilker Ricardo e André Piva. Pela construção do saber, através de conteúdos e vivências, fundamentais para o desenvolvimento deste mestrado. Em especial, agradeço à professora Lissa Valéria, que contribuiu no meu estágio à docência e mostrou relevantes formas de avançar nos estudos, pesquisa e na partilha de saberes, sempre com sua postura amável e respeitosa.

Aos colegas de turma, que mereceriam um capítulo para cada um. Pelas conquistas compartilhadas, pelos momentos de partilha de saberes e pela amizade que nos uniu. Vocês foram as melhores companhias nos trabalhos, eventos, almoços e nas divertidas prosas que enriqueceram essa jornada. Foram momentos únicos, onde pude pavimentar caminhos de conhecimento sem abrir mão da leveza e da alegria de estar bem acompanhado.

Aos camaradas do grupo Capoeira Brasil da UFRN, que se tornaram pra mim uma outra família. Vocês foram uma verdadeira fortaleza em minha vida, pois a força e a alegria que emanava de cada um de vocês foram como bálsamo para os momentos mais difíceis, tornando meus dias mais felizes e inspiradores.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro durante meu período de mestrado.

A todos que, de alguma forma, fizeram parte desta caminhada, meu mais sincero obrigado. Este é um momento de celebração e reconhecimento, e compartilho essa conquista com cada um de vocês.

“Sem a cultura, e a liberdade relativa que ela pressupõe, a sociedade, por mais perfeita que seja, não passa de uma selva. É por isso que toda a criação autêntica é um dom para o futuro.”

Albert Camus

RESUMO

A região do Cariri Paraibano, marcada pela paisagem da Caatinga emoldurada por lajedos, nos últimos anos, tem visto crescer a atividade turística impulsionada, dentre muitos fatores, pelos atributos geomorfológicos e arqueológicos, pelas produções cinematográficas, artesanato e gastronomia. O turismo se apresenta, ao menos no âmbito do discurso, como importante vetor para o desenvolvimento local e melhoria da qualidade de vida das comunidades. Em 2017, o Sebrae/PB lançou o projeto “Rota dos Lajedos”, para a promoção de atividades como geoturismo, ecoturismo e experiências junto às comunidades. Todavia, o desenvolvimento turístico requer uma abordagem inclusiva que envolva a participação ativa das comunidades locais nas tomadas de decisão. Nessa seara, há uma forma de turismo, comumente conhecido por Turismo de Base Comunitária (TBC), que preza pela gestão participativa e pelo protagonismo dos sujeitos locais como agentes centrais nos processos de desenvolvimento do turismo em seus respectivos territórios. Assim, a pesquisa tem por objetivo geral analisar como as comunidades rurais do Marinho e do Bravo, situadas no Cariri Paraibano, estão socialmente organizadas e integradas à cadeia produtiva do turismo, revelando os fatores que explicam suas diferentes formas de organização comunitária e proximidade com o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC). A pesquisa caracteriza-se como exploratória, com uma abordagem de análise qualitativa. As informações foram coletadas em trabalho de campo junto às comunidades alvo do estudo, utilizando duas técnicas de coleta de dados: observação participante e entrevistas semiestruturadas com moradores, lideranças comunitárias e agentes externos envolvidos com o turismo local. As informações foram analisadas a partir da teoria de organizadores sociais de Aécio Gomes de Matos. Os resultados demonstram que a presença de determinados organizadores sociais, tais como organizadores econômicos e gerenciais na comunidade do Marinho conduziram a um maior engajamento e participação social no desenvolvimento do turismo local, aproximando-a dos princípios do TBC. Esses organizadores não estão presentes na comunidade do Bravo, que é mais dependente da figura do líder, com uma baixa adesão e participação social em atividades associativistas e/ou cooperativistas. Desta forma, as ações internas e externas voltadas ao desenvolvimento do turismo local tenderam a reverberar de forma mais positiva e exitosa na comunidade em que a organização comunitária em torno de atividades produtivas eram preexistentes.

Palavras-chave: Organização Comunitária. Organizadores sociais. Turismo de Base Comunitária. Comunidade do Marinho. Comunidade do Bravo. Cariri Paraibano.

ABSTRACT

The Cariri Paraibano region, characterized by the Caatinga landscape framed by rocky outcrops, has witnessed a growing tourist activity in recent years. This growth is driven by various factors, including geomorphological and archaeological attributes, cinematographic productions, crafts, and gastronomy. Tourism, at least in discourse, is presented as an important vector for local development and improvement in the quality of life of communities. In 2017, Sebrae/PB launched the "Rota dos Lajedos" project to promote activities such as geotourism, ecotourism, and community experiences. However, tourist development requires an inclusive approach involving the active participation of local communities in decision-making. In this context, there is a form of tourism commonly known as Community-Based Tourism (CBT), which emphasizes participatory management and the role of local individuals as central agents in the tourism development processes in their respective territories. Thus, the research aims to analyze how the rural communities of Marinho and Bravo, located in Cariri Paraibano, are socially organized and integrated into the tourism production chain, revealing factors explaining their different forms of community organization and proximity to the development of Community-Based Tourism (CBT). The research is exploratory with a qualitative analysis approach. Information was collected through fieldwork in the target communities, using two data collection techniques: participant observation and semi-structured interviews with residents, community leaders, and external agents involved in local tourism. The information was analyzed based on Aécio Gomes de Matos' theory of social organizers. The results show that the presence of certain social organizers, such as economic and managerial organizers in the Marinho community, led to greater engagement and social participation in local tourism development, bringing it closer to CBT principles. These organizers are not present in the Bravo community, which is more dependent on the leader's figure, with low adherence and social participation in associative and/or cooperative activities. Thus, internal and external actions aimed at local tourism development tended to have a more positive and successful impact in the community where community organization around productive activities was pre-existing.

Keywords: Community Organization. Social Organizers. Community-Based Tourism. Marinho Community. Bravo Community. Cariri Paraibano.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPAS

Mapa 01. Localização das Comunidades do Marinho e do Bravo (alvo do estudo)..	20
Mapa 02. Área do Projeto Geoparque Cariri Paraibano	61

QUADROS

Quadro 01. Teses e dissertações sobre turismo na região do Cariri Paraibano	14
Quadro 02. Artigos sobre turismo na região do Cariri Paraibano	17
Quadro 03. Respondentes das Entrevistas.....	22
Quadro 04. Políticas Públicas de Turismo no Brasil – Velhos e Novos Paradigmas	39
Quadro 05. Estados brasileiros que instituíram leis específicas para o TBC (2018-2023)	45
Quadro 06. Princípios do TBC de acordo com ICMBio (2019)	47
Quadro 07. Princípios do TBC de acordo com o Ministério do Turismo (2023)	48

FIGURAS

Figura 01. Comida regional servida no Restaurante Vó Maria	55
Figura 02. Hotel de barracas Sítio Casa de Vó	55
Figura 03. Chã de Jardim antes do projeto Galerias.....	55
Figura 04. Chã de Jardim depois do projeto Galerias.....	55
Figura 05. Loja de Doces de Tambaba	57
Figura 06. Loja de Doces de Tambaba	57
Figura 07. Praça central na Comunidade do Marinho	59
Figura 08. Lajedo do Bravo. Lagoa do Planetário	59
Figura 09. Logo do Projeto Geoparque Cariri Paraibano	60
Figura 10. Mapeamento dos produtos e serviços turísticos da Comunidade do Marinho.....	63
Figura 11. Artesanato em Crochê	65
Figura 12. Estande Crochêma no 27º Salão do Artesanato Paraibano	65
Figura 13. Lajedo do Marinho. Área de Camping.....	66
Figura 14. Doces e mel do Marinho	66
Figura 15. Sinalização por Cabaceiras	68
Figura 16. Distrito do Bravo	68
Figura 17. Lajedo do Bravo. Pecuária de Caprinos.....	69
Figura 18. Rotina de trabalho na comunidade do Bravo	69
Figura 19. Lajedo do Bravo. Gravuras rupestres.....	70
Figura 20. Lajedo do Bravo. Furnas dos Tapuias.....	70
Figura 21. Mapeamento dos produtos e serviços turísticos da Comunidade do Bravo	71

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	12
1.2 OBJETIVOS.....	18
1.3 METODOLOGIA.....	18
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	24
2 ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA: REFLEXÕES TEÓRICAS E CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	25
2.1 CONCEITO DE COMUNIDADE: SOLIDARIEDADE E CONSCIÊNCIA COLETIVA.....	25
2.2 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E TIPOS DE ORGANIZADORES SOCIAIS	29
3 O LUGAR DAS COMUNIDADES NO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	37
3.1 AS MUDANÇAS NO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	37
3.2 O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: CONCEITOS E PRINCÍPIOS	42
3.3 EXPERIÊNCIAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA PARAÍBA	53
4 AS COMUNIDADES EM FOCO: DO MARINHO E DO BRAVO	59
4.1 COMUNIDADE DO MARINHO, BOQUEIRÃO/PB	62
4.2 COMUNIDADE DO BRAVO, CABACEIRAS/PB	68
5 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E PROXIMIDADE COM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.....	75
5.1 ORGANIZADORES SOCIAIS	75
5.2 PROXIMIDADE COM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	83
5.2.1 Autogestão e Equidade social.....	83
5.2.2 Solidariedade e Cooperação.....	86
5.2.3 Responsabilidade socioambiental.....	87
5.2.4 Interculturalidade	88
5.3 FATORES ENDÓGENOS E EXÓGENOS DE FORTALECIMENTO DO TURISMO LOCAL	90
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS.....	98
APÊNDICE A – ROTEIRO DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....	108
APÊNDICE B – ROTEIROS DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS	109
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	115

1 INTRODUÇÃO

A região dos Lajedos situada no Cariri Paraibano é marcada pela peculiaridade de sua paisagem, um contraste da aridez da terra com a vida que resiste e brota nas fissuras dos lajedos. O Cariri Paraibano é uma região formada por 29 municípios, situado no interior do estado da Paraíba (PB), com uma população estimada em 160 mil habitantes (IBGE, 2023). Representada na literatura e nas produções cinematográficas por suas características climáticas, aridez e escassez de recursos, esta região apresenta singularidades que movimentam o setor do turismo e atraem olhares, seja pela sua formação geológica e paisagens naturais, com traços endêmicos da fauna e flora do bioma da Caatinga, seja pela cultura tradicional das comunidades (Fialho, Araujo & Bagnoli, 2010; Sousa, 2011; Sales, 2012; Meneses, 2020).

As atividades voltadas ao turismo movimentam tanto os núcleos urbanos quanto as comunidades rurais do entorno, fomentando novas dinâmicas sociais. Segundo dados do Plano Estratégico de Desenvolvimento Territorial do Turismo da Paraíba 2022-2030 (PEDTTUR-PB), as oportunidades de geração de emprego e renda a partir das demandas por hospedagem, transporte, alimentação e outros serviços requeridos pelos turistas vêm se ampliando ao longo dos anos na região, constituindo-se em fontes de renda e de esperança de permanência dos moradores em suas comunidades (Paraíba, 2022).

Desta forma, o turismo local se apresenta, ao menos no âmbito do discurso, como importante vetor para a melhoria da qualidade de vida das comunidades. Em 2017, o Sebrae/PB lançou o projeto “Rota dos Lajedos”, com o intuito de fomentar o turismo em 7 municípios paraibanos, a saber: Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras, Caturité, Gurjão, Queimadas e São João do Cariri. O projeto propôs atividades envolvendo o geoturismo, o ecoturismo, a produção de artesanato e experiências junto às comunidades (Portal Correio, 2017).

Entretanto, em 2022, após cinco anos do lançamento da Rota dos Lajedos, conforme informações do consultor do Sebrae/PB (2022)¹, alguns municípios não deram retorno das suas iniciativas relacionadas ao projeto, denotando uma disparidade entre os municípios quanto ao envolvimento de agentes públicos e da

¹ Informação verbal obtida por meio de entrevista informal, em 06/10/22, com o consultor do Sebrae/PB, que atuou no projeto “Rota dos Lajedos”.

população local nas ações propostas. Essa situação reforça a ideia de que a organização comunitária e o envolvimento dos agentes locais são determinantes para o desenvolvimento do turismo com base nos princípios do planejamento participativo e integrado, o qual depende não apenas do poder público e do setor privado, mas da participação da comunidade na gestão da atividade turística (Simmons, 1994; Mendonça & Irving, 2004; Martins *et al.*, 2019).

A importância da participação das comunidades no planejamento e na gestão da atividade turística é um princípio já bastante debatido e consensuado pela academia e pelos órgãos oficiais de turismo, nacionais e internacionais. Cabe evidenciar que, conforme a Política Nacional de Turismo (Lei n. 11.771/2008), estados, Distrito Federal e municípios devem "planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica".

Nessa seara, há uma forma de turismo em que o eixo central é exatamente o protagonismo das comunidades locais, comumente conhecido por Turismo de Base Comunitária (TBC). Como fundamento, o TBC preza pela gestão participativa e pelo protagonismo dos sujeitos locais como agentes centrais no desenvolvimento do turismo em seus respectivos territórios (Brasil, 2010). De acordo com o Ministério do Turismo, os princípios comuns ao TBC são: a autogestão, a equidade social, a solidariedade, a cooperação, a responsabilidade socioambiental e a interculturalidade (Brasil, 2023).

Assim, o Turismo de Base Comunitária apresenta-se como um caminho para o desenvolvimento de povos e comunidades tradicionais, com a criação e promoção de atividades que valorizam suas identidades, manifestações e tradições culturais, proporcionam trocas interculturais entre residentes e turistas, geram benefícios sociais e econômicos e preservam os recursos naturais (ICMBio, 2019).

1.1 JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DE PESQUISA

A elaboração de roteiros e produtos turísticos de TBC estimulam a incorporação de elementos da paisagem e de aspectos culturais, geológicos, arqueológicos, arquitetônicos e históricos das comunidades, como foi proposto pelo projeto Rota dos Lajedos, na região do Cariri Paraibano. Com o intuito de compreender a realidade

atual do contexto do turismo nas comunidades rurais dessa região, essa pesquisa tem como pretensão realizar uma análise sobre as formas de organização comunitária e o envolvimento com o turismo em duas comunidades, do Marinho e do Bravo, situadas nos municípios de Boqueirão e Cabaceiras, respectivamente.

Essas duas comunidades têm por característica a presença de sítios arqueológicos e paleontológicos, da fauna e da flora típicas do bioma da Caatinga e da cultura sertaneja, preservada e alimentada pelo cotidiano de suas comunidades rurais, que estão intimamente relacionadas à pecuária extensiva de caprinos e ovinos e à agricultura familiar (Nascimento, Meneses, Ferreira, Lajes & Fialho, 2016).

Apesar de serem duas comunidades muito parecidas em termos de atrativos naturais e culturais, apresentaram níveis de engajamento diferenciados no projeto Rota dos Lajedos, conforme relato do consultor do Sebrae-PB. Portanto, a escolha dessas comunidades se deve aos seguintes fatores: a) estarem situadas no principal eixo dos atrativos turísticos da Rota dos Lajedos; b) serem localizadas em municípios limítrofes, facilitando a operacionalidade do trabalho de campo da pesquisa; c) fazerem parte do Projeto Geoparque Cariri Paraibano; e d) por apresentarem diferentes formas e intensidades de envolvimento com o turismo local e regional.

As atividades desenvolvidas pelas comunidades do Marinho e do Bravo, vinculadas ao turismo, representam uma renda extra ou em alguns casos, a principal fonte de renda para algumas famílias.

A relevância do Turismo de Base Comunitária como um modelo sustentável e inclusivo de desenvolvimento tem suscitado a necessidade de investigações aprofundadas sobre a integração das comunidades locais na cadeia produtiva do turismo. Este estudo, portanto, propõe analisar minuciosamente as comunidades do Marinho e do Bravo, com o intuito de compreender como essas comunidades estão socialmente organizadas e inseridas no cenário turístico. O cerne da pesquisa reside em identificar e explorar os fatores que conduzem às diferentes formas de organização comunitária presentes nessas localidades, bem como sua relação com o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária.

Desta forma, temos os seguintes questões reflexivas que direcionaram à elaboração do problema de pesquisa:

- a) As comunidades do Marinho e do Bravo apresentam formas de organização comunitária? Se sim, quais as especificidades dessas organizações, como e

porque elas se formaram?

- b) Quais fatores endógenos e exógenos explicam as diferentes formas de organização comunitária? Esses fatores são determinantes para a participação ativa das comunidades no desenvolvimento do turismo?
- c) Como as comunidades do Marinho e do Bravo estão integradas na cadeia produtiva do turismo e, conseqüentemente, no desenvolvimento do turismo local?

Essas inquietações nos levam ao **problema central da pesquisa**: as comunidades do Marinho e do Bravo apresentam características organizacionais capazes de promover o desenvolvimento do turismo a partir dos princípios do Turismo de Base Comunitária?

Cabe destacar que, até o ano de 2023, o turismo na região do Cariri Paraibano foi tema de apenas 2 teses e 6 dissertações, defendidas em programas de pós-graduação de Desenvolvimento Regional (3), Recursos Naturais (2), Geografia (1), Ciências Sociais (1) e Turismo (1), ofertados principalmente pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), conforme sistematizado no Quadro 1.

Quadro 01. Teses e dissertações sobre turismo na região do Cariri Paraibano

Ano	Instituição	Autor	Título	Objetivo geral	Recorte espacial
2008	Universidade Federal de Campina Grande-Mestrado	Silva, Roosevelt Humberto	Turismo, desenvolvimento sustentável e cultura: caso de Cabaceiras	Estudar o turismo rural e sua relação com o desenvolvimento sustentável como forma de inclusão socioeconômica no município de Cabaceiras.	Cabaceiras / PB
2010	Universidade Federal de Campina Grande Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais-Mestrado	Andrade, José Romero Rodrigues de	Turismo: conservação ambiental e fortalecimento econômico no município de Cabaceiras-PB	Analisar a conservação ambiental e o fortalecimento econômico através do turismo sustentável no município de Cabaceiras – PB	Cabaceiras / PB

2011	Universidade Federal de campina Grande Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais-Doutorado	Sousa, Luiz Gonzaga de	Potencialidade s locais, turismo e desenvolvimento local para o cariri paraibano	fazer um estudo multidisciplinar das potencialidades locais, incluindo o capital social, impulsionadas pelo turismo	Região do Cariri Paraibano
2011	Universidade Federal da Paraíba Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional-Mestrado	Papes, Ana Cláudia Santos	A cidade turística na busca do desenvolvimento: estudo de caso realizado em Cabaceiras após a inserção do projeto "Turismo Histórico Cultural no Cariri Paraibano"	Apresentar uma análise das repercussões na economia e cultura do município de Cabaceiras, estado da Paraíba, após a inserção do projeto Turismo Histórico Cultural no Cariri Paraibano, desenvolvido pelo Sebrae, no triênio 2006/2008, com o objetivo de desenvolver a cadeia produtiva do turismo e cultura.	Cabaceiras / PB
2012	Universidade Estadual da Paraíba Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional-Mestrado	Sales, Josélio dos Santos	A invenção de Cabaceiras como cidade turística a partir da cultura do bode e das produções cinematográficas	Investigar os elementos que contribuíram para a invenção de Cabaceiras como cidade turística, a partir da cultura da cabra e da produção cinematográfica.	Cabaceiras / PB
2015	Universidade Estadual da Paraíba Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional-Mestrado	Leite, Priscila de Lima	Turismo e qualidade de vida no Cariri Paraibano: uma região em busca do desenvolvimento	Conhecer as ações dos agentes que participam do desenvolvimento turístico e regional em Cabaceiras e sua relação com a qualidade de vida da população local. Pretendeu-se com a pesquisa constatar a aplicação das teorias do desenvolvimento e de qualidade de vida no município objeto deste estudo, assim como avaliar os efeitos do desenvolvimento do turismo na qualidade de vida da população estudada.	Cabaceiras / PB

2019	Universidade de Brasília Programa de Pós-Graduação em Turismo-Mestrado	Rolim, Henrique Marques de Almeida	Visibilidade da cozinha do Cariri Paraibano	Analisar a cozinha do Cariri paraibano e seu potencial para a gastronomia.	Região do Cariri Paraibano
2020	Universidade Federal da Paraíba Programa de Pós-Graduação em Geografia-Doutorado	Meneses, Leonardo Figueiredo de	O conhecimento da geodiversidade para o desenvolvimento regional do Cariri Paraibano	Apresentar o potencial de uso da geodiversidade dos municípios de Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras e São João do Cariri, visando difundir o conhecimento geocientífico e estimular novas formas de utilização do território, a fim de distribuir de forma mais equânime os benefícios econômicos e educativos.	Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras e São João do Cariri

Nota: Pesquisa utilizando os termos "Turismo" e "Cariri Paraibano" no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, em julho de 2023.

Fonte: Elaboração própria (2023)

As pesquisas concentraram-se, sobretudo, no município de Cabaceiras, principal destino turístico da região. Os estudos (Silva, 2008; Andrade, 2010; Sousa, 2011; Papes, 2011; Leite, 2015), em sua maioria, discutem como o turismo contribui para a geração de emprego, renda e investimentos locais, como uma força motriz para o desenvolvimento socioeconômico, a diversificação econômica e a sustentabilidade na região. Outro tema relevante já pesquisado é sobre a influência do cinema na construção da imagem da região e, por consequência, no desenvolvimento do turismo (Sales, 2012). Especialmente no município de Cabaceiras, a sétima arte tem sido explorada como uma ferramenta capaz de potencializar o destino turístico. Filmes e documentários que destacam as paisagens naturais, a cultura e o modo de vida local, influenciam a formação da identidade regional e criam um impacto significativo na imagem do destino e na percepção dos turistas potenciais e reais (Sales, 2012). A culinária regional do Cariri Paraibano e suas potencialidades para o turismo também foram alvo da pesquisa de Rolim (2019), que por sinal foi a única dissertação sobre a região defendida num Programa de Pós-Graduação em Turismo.

A publicação de artigos sobre turismo na região do Cariri Paraibano também é escassa. Ao efetuar uma pesquisa na base de dados "Publicações de Turismo", que

extrai informações de 51 periódicos indexados do Brasil, Argentina, Chile, Colombia, Peru, México, Portugal e Espanha, verifica-se que há somente 3 artigos referentes ao Cariri Paraibano (Quadro 2).

Quadro 02. Artigos sobre turismo na região do Cariri Paraibano

Ano	Periódico	Autores	Título	Objetivo Geral	Recorte espacial
2015	Turismo e Sociedade, 9(1), 38-57, 2015	Janaina, Luciana de Medeiros; Elayne Gouveia da Silva; Fernanda Santos Gentil Araújo; Leilanne Michele Trindade da Silva Barreto	Comportamento dos Stakeholders no turismo: uma análise do desenvolvimento do Geoturismo no município de Gurjão PB	Analisar o comportamento dos stakeholders na atuação do desenvolvimento do geoturismo no município de Gurjão, localizado na região do Cariri Paraibano (Brasil)	Gurjão/PB
2017	Revista Rosa dos Ventos- Turismo e Hospitalidade, 9(1), 120-132, 2017	Joab Jorge Leite de Matos Júnior; Amanda Thaisa dos Santos; Renata Tomaz Vieira Dias; Ariadne Soares Meira; José Wallace Barbosa Nascimento	Cariri Paraibano: Turismo em Cabaceiras	Contextualizar a atividade da caprinocultura no município de Cabaceiras, PB, no seu aspecto social e modificações causadas ao ambiente, sugerindo intervenções estruturais, arquitetônicas e paisagísticas, para ampliação da atividade coureira e inserção da atividade turística na região.	Cabaceiras/PB
2020	Revista Iberoamericana de turismo 10(2), 187-210, 2020	Milca Laís da Luz Macieira; Leonardo Figueiredo de Meneses	Gestão de geoparques: sugestão para o Projeto Geoparque Cariri Paraibano	Sugerir um tipo jurídico e uma estrutura organizacional que seja aplicável à proposta do Geoparque Cariri Paraibano, considerando os pressupostos conceituais dos geoparques,	Geoparque cariri Paraibano

				suas finalidades e objetivos.	
--	--	--	--	-------------------------------	--

Nota: Pesquisa utilizando o termo "Cariri Paraibano" no banco de dados da "Publicações de Turismo" do PPGTUR-EACH-USP, em julho de 2023.

Fonte: Elaboração própria (2023)

É notável, portanto, a escassez de estudos que tenham como foco as organizações comunitárias e seu envolvimento com o desenvolvimento do turismo no Cariri Paraibano, como proposto neste estudo.

1.2 OBJETIVOS

Desta forma, o **objetivo geral** da pesquisa é analisar como as comunidades do Marinho e do Bravo, situadas na região do Cariri Paraibano, estão socialmente organizadas e integradas à cadeia produtiva do turismo, revelando os fatores que explicam suas diferentes formas de organização comunitária e proximidade com o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária.

Como **objetivos específicos**, temos:

- a) Mapear as atividades que as comunidades rurais do Marinho e do Bravo desempenham na cadeia produtiva do turismo.
- b) Identificar os fatores endógenos e exógenos que explicam as diferentes formas de organização comunitária existentes e seu envolvimento com o desenvolvimento do turismo local.
- c) Verificar se as comunidades apresentam proximidade com o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária.

1.3 METODOLOGIA

A leitura da complexidade do turismo, como apontada por Campodônico e Chalar (2017), passa pela interdisciplinaridade, em busca de áreas e formas de conhecimento que permitam maior interação e amplitude na análise do fenômeno em questão. A partir desta compreensão as pesquisas inclinam-se a uma postura mais empírica, concentrando as análises nos dados gerados em pesquisa de campo, buscando compreender a dinâmica dos lugares e seu valor para os que ali vivem.

De acordo com Marujo (2013), o turismo é um fenômeno multidimensional e,

por isso, pode ser analisado a partir de diversos pontos de vista. A autora reforça que "nos estudos turísticos, qualquer metodologia deve ser seleccionada em função dos objectivos de investigação e do tipo de análise que o investigador deseja realizar" (Marujo, 2013, p.13).

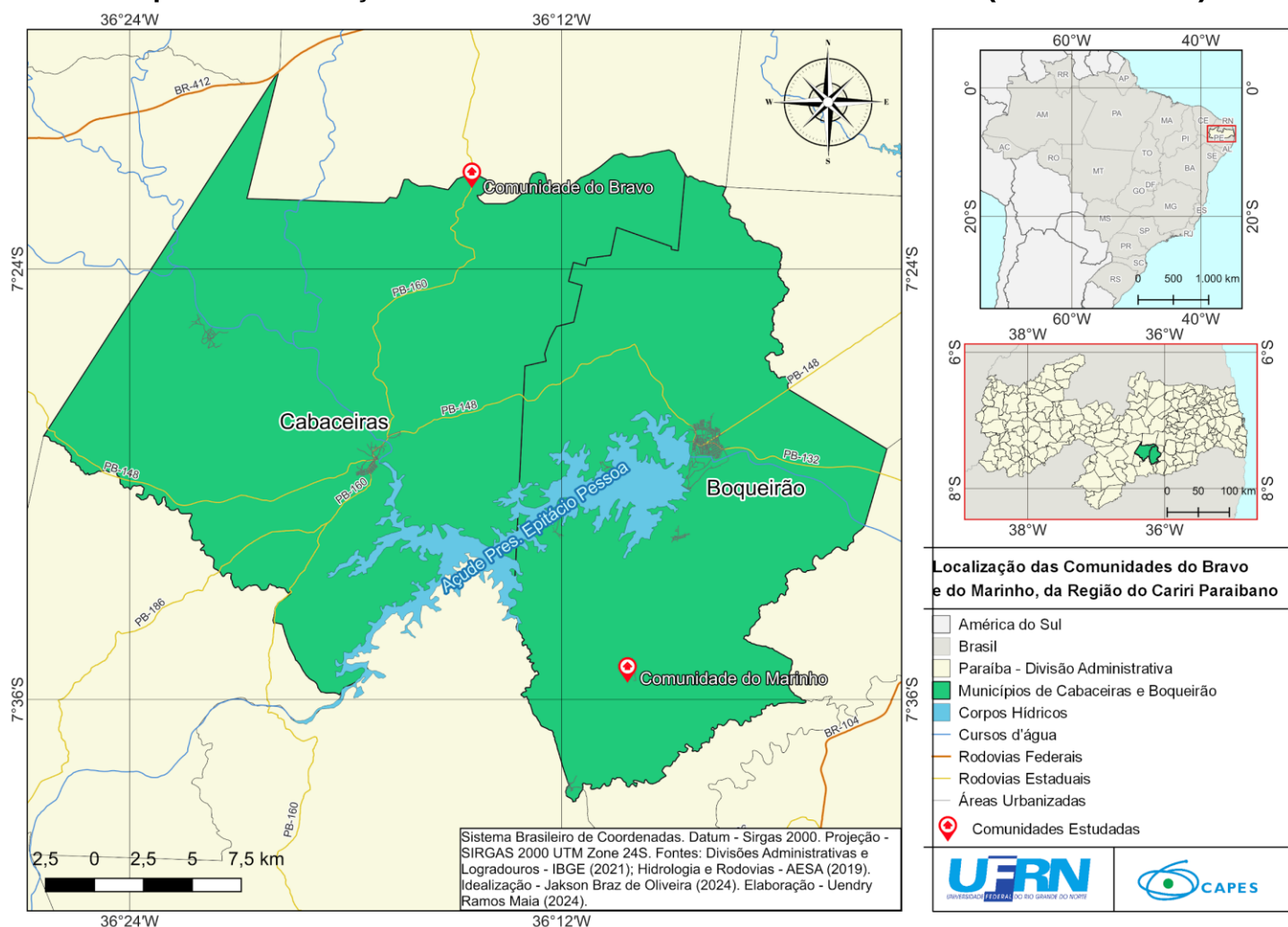
Nesse sentido, tendo em vista nossos objetivos, a presente pesquisa caracteriza-se como exploratória, com uma abordagem de análise qualitativa das informações coletadas em pesquisa de campo junto às 2 (duas) comunidades alvos do estudo, com aplicação de duas técnicas de coleta de dados: observação participante e entrevista semiestruturada.

Primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, envolvendo os seguintes temas: Organização Comunitária, Cariri Paraibano, Turismo de Base Comunitária, Desenvolvimento Local e Turismo Responsável. O resultado da pesquisa permitiu construir os aportes teórico-metodológicos do trabalho, trazendo subsídios teóricos da área do conhecimento da psicologia comunitária para analisar as organizações comunitárias envolvidas com o turismo.

Para os objetivos da pesquisa, adotou-se os conceitos estabelecidos por Matos (2003, 2012) que traz contribuições acerca dos estudos das organizações sociais e apresenta formas de organizações e tipos de organizadores sociais. Neste sentido, buscamos identificar os organizadores sociais presentes nas comunidades em estudo e como operam em relação ao desenvolvimento do turismo local. Góis (1988) também traz contribuições voltadas aos estudos de grupos sociais, focando a análise na figura do líder, que representa a voz da comunidade, caindo sobre eles muitas das responsabilidades, inclusive de distribuir tarefas entre os moradores ou esclarecer dúvidas cotidianas.

Em relação ao recorte espacial (mapa 1), ou seja, o *lócus* da pesquisa, decidimos por selecionar duas comunidades que apresentam semelhanças culturais, ambientais, sociais, econômicas e geográficas, mas se diferem quanto a sua organização social e envolvimento na cadeia produtiva do turismo. O campo da pesquisa abarcou as comunidades do Marinho e do Bravo e as atividades que desempenham junto ao turismo, identificando os fatores internos e externos que afetam a organização dessas comunidades. Assim, a escolha pela abordagem qualitativa se deu pelo objetivo de aprofundar a compreensão de dois grupos sociais, captando as nuances sobre a forma como se articulam e se mobilizam em favor dos interesses coletivos, envolvendo-se ou se afastando da cadeia produtiva do turismo.

Mapa 01. Localização das Comunidades do Marinho e do Bravo (alvo do estudo)



Fonte: Elaborado com base no Sistema Brasileiro de Coordenadas (2023)

A busca por compreender o contexto do turismo regional e as condicionantes que relacionam as comunidades às dinâmicas do turismo local, nos levou ao levantamento de dados junto à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Paraíba (FECOMERCIO-PB), ao Instituto de Planejamento, Estatística e Desenvolvimento da Paraíba (INDEP), ao Sebrae/PB, além de pessoas e instituições envolvidas nos projetos ligados ao turismo e em empreendimentos nas comunidades estudadas.

Para a organização da pesquisa de campo, foram realizadas visitas exploratórias, em 2022 e 2023. Foram duas visitas na comunidade do Marinho e três visitas na comunidade do Bravo. Essas visitas tiveram como intuito identificar lideranças comunitárias, possíveis entrevistados, organizações comunitárias e

atividades turísticas na localidade. Na comunidade do Bravo, em uma das visitas exploratórias, foi como turista, juntamente com um grupo de vinte pessoas de outros estados brasileiros.

Nas visitas exploratórias, foi aplicada a técnica da observação participante, "que faz uso dos sentidos para a apreensão de determinados aspectos da realidade [...] consiste em ver, ouvir e examinar os fatos, os fenômenos que se pretende investigar [...] e obriga o investigador a ter um contato mais próximo com o objeto de estudo" (Gerhardt & Silveira, 2009, p. 74). Na observação participante,

O investigador participa até certo ponto como membro da comunidade ou população pesquisada. A ideia de sua incursão na população é ganhar a confiança do grupo, ser influenciado pelas características dos elementos do grupo e, ao mesmo tempo, conscientizá-los da importância da investigação. [...] A técnica de observação participante ocorre pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno observado. Obtém informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. (Gerhardt & Silveira, 2009, p. 75)

A observação participante, portanto, complementa as entrevistas, pois ela permite captar uma variedade de situações que não são obtidas por meio de perguntas.

O roteiro aplicado na observação participante encontra-se em apêndice A. Cabe destacar que a observação participante, ocorreu nas visitas exploratórias e durante a pesquisa de campo, propriamente dita, quando ocorreu uma maior imersão na comunidade, com a aplicação de entrevistas semiestruturadas (roteiro em apêndice B)

Na comunidade do Marinho, a pesquisa de campo foi realizada de 09 a 20 de outubro de 2023, totalizando 12 dias, hospedado na casa de moradores da comunidade, tendo sido realizadas 7 entrevistas semiestruturadas, com lideranças comunitárias, moradores e o Diretor de Cultura de Boqueirão. Na comunidade do Bravo, a pesquisa de campo foi de 23 de outubro a 03 de novembro de 2023, totalizando 12 dias, hospedado na sede da Associação de Moradores do Geoparque do Cariri Paraibano, período em que foram realizadas 5 entrevistas semiestruturadas. No mês de dezembro de 2023 foi realizada mais uma visita (sem pernoite) em ambas as comunidades para coleta de informações complementares e outros registros fotográficos.

O público-alvo das entrevistas semiestruturadas foram as lideranças locais e os moradores das comunidades e um consultor do Sebrae-PB que participou de projetos de fortalecimento do turismo na região. As entrevistas visavam, a partir da análise dos dados, compreender as formas de organização social que existem em cada comunidade, os elementos que dificultam ou facilitam o desenvolvimento do turismo local e do Turismo de Base Comunitária, a partir da leitura do engajamento, individual e coletivo, nas atividades produtivas e nas atividades cooperativas/associativistas.

Quadro 03. Respondentes das Entrevistas

Lócus das Entrevistas	Perfil	Total
Comunidade do Bravo, Cabaceiras/PB	• Moradores • Lideranças da comunidade • Associação dos Moradores do Geoparque do Cariri	5
Comunidade do Marinho, Boqueirão/PB	• Moradores • Lideranças da comunidade • Associação das Crocheteiras e Condutores Turísticos do Lajedo do Marinho (ASCCROM)	7
Sebrae-PB	• Consultor Sebrae-PB que atua na região do Cariri Paraibano	1
Total de entrevistas		13

Fonte: Elaboração própria (2023)

Para a realização da pesquisa de campo e condução das entrevistas seguiu-se os seguintes passos:

- Elaboração de uma lista dos locais a serem visitados, assim como as tarefas a serem desenvolvidas e o levantamento de informantes-chave.
- Elaboração do roteiro da observação participante e das entrevistas semiestruturadas.
- Planejamento do deslocamento até as cidades de Boqueirão/PB e Cabaceiras/PB e suas respectivas comunidades.
- Levantamento dos equipamentos de registro necessários para a saída a campo: máquina fotográfica, celular, gravador, bloco de anotações, etc.
- Solicitação aos entrevistados de permissão diante do compromisso da pesquisa com a Ética e Responsabilidade Social, em consonância com a Resolução 510:2016 do CNS e do CEP-UFRN. Apresentação a cada participante do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em

apêndice C), em que constam informações sobre: a natureza da pesquisa, o envolvimento na pesquisa, riscos, desconfortos e os benefícios da participação.

- Para garantir o anonimato dos entrevistados, as entrevistas foram codificadas: Entrevistados da comunidade do Bravo, por **EB. 01 a EB. 05**; Entrevistados da comunidade do Marinho, por **EM. 01 a EM. 07**.

Posteriormente, como procedimento metodológico de análise, utilizamos a técnica de análise de conteúdo, temática, de Bardin (2016), caracterizada por três etapas: 1. a pré-análise, com a organização do material a ser analisado, transcrição e leitura integral das entrevistas; 2. a exploração do material, de modo identificar os trechos que se relacionam com as categorias temáticas da pesquisa; 3 o tratamento dos resultados para interpretação, análise e apresentação dos resultados.

As categorias de análise adotadas na pesquisa foram: os organizadores sociais das comunidades; e a proximidade com os princípios do Turismo de Base Comunitária: autogestão, equidade social, cooperação, solidariedade, responsabilidade socioambiental e interculturalidade.

A análise temática trabalha com a noção de tema, o qual está ligado a uma afirmação a respeito de determinado assunto; comporta um feixe de relações e pode ser graficamente representada por meio de uma palavra, frase ou resumo. Para Minayo (2007, p. 316), “a análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifique alguma coisa para o objetivo analítico visado”

O conjunto de informações acerca do objeto de estudo foi analisado com viés qualitativo, buscando responder às indagações levantadas pela pesquisa. Para Bardin (2016), a pesquisa qualitativa corresponde a um processo intuitivo, mais flexível e ajustável a possíveis imprevistos e hipóteses, maleável na sua condução, possibilitando ser trabalhado por um *corpus* reduzido de dados.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho encontra-se estruturado em seis seções. A primeira seção refere-se a essa introdução, com a contextualização da problemática, apresentação dos objetivos geral e específicos e dos procedimentos metodológicos, com o

detalhamento dos instrumentos de investigação, das técnicas de coleta de dados, bem como as técnicas de análise.

A segunda seção, intitulada "Organização Comunitária: Reflexões Teóricas e Caminhos Metodológicos", discorre sobre as bases conceituais do trabalho sobre comunidade e organizações comunitárias. Nessa seção são apresentadas as discussões sociológicas a respeito do conceito de comunidade e os estudos sobre formas de organização comunitária e tipos de organizadores sociais desenvolvidas especialmente no âmbito da psicologia comunitária.

A terceira seção, "O Lugar das Comunidades no Discurso do Desenvolvimento Turístico", expõe a evolução sobre o conceito de desenvolvimento e a sua relação com o turismo, também trata das mudanças de paradigmas na área do turismo que passaram a dar centralidade às comunidades no processo de desenvolvimento da atividade turística. Além disso, apresenta-se os conceitos e princípios do Turismo de Base Comunitária, a partir da literatura especializada no tema.

A quarta seção, intitulada "Comunidades em Foco: do Marinho, do Bravo", apresenta as comunidades alvo do estudo, discorre sobre suas características geográficas, sociais, econômicas e culturais e identifica e mapeia as atividades dessas comunidades que estão integradas à cadeia produtiva do turismo.

A quinta seção, "Formas de Organização Comunitária e Proximidade com o Turismo de Base Comunitária", contempla a análise das informações coletadas em pesquisa de campo referentes às formas de organização comunitária das comunidades alvo da pesquisa, identificando os fatores endógenos e exógenos que permitem explicar e compreender o envolvimento (residual, parcial ou integral) das comunidades no turismo local, como também aborda a proximidade das comunidades em desenvolver o turismo sob os princípios do Turismo de Base Comunitária.

Por fim, a sexta seção expõe as considerações finais do trabalho.

2 ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA: REFLEXÕES TEÓRICAS E CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para compreender o contexto do turismo em comunidades situadas, seja em aldeias indígenas, remanescentes de quilombos, comunidades de favelas, comunidades rurais, entre outras, faz-se necessário atentar-se para as organizações

sociais envolvidas. Demanda um esforço pautado na observação da rotina comunitária e nas relações sociais, que resulta no compartilhamento de conhecimento e hábitos, e por isso o viés sociológico da pesquisa passa a ser fundamental.

Partimos da ideia de que as comunidades rurais em estudo no Cariri Paraibano, não são apenas um grupo de residentes que compartilham um espaço geográfico, mas sim um grupo formado por indivíduos que, a depender da forma como se organizam e se articulam, desempenham um papel fundamental no desenvolvimento do turismo. Desta forma, compreendemos que para estudar o turismo no Cariri Paraibano é importante primeiramente adentrarmos no conceito de comunidade, formas de organizações comunitárias e tipos de organizadores sociais.

2.1 CONCEITO DE COMUNIDADE: SOLIDARIEDADE E CONSCIÊNCIA COLETIVA

A noção de comunidade é polissêmica e comporta uma diversidade de sentidos, sendo um desafio conceitual ainda hoje para as ciências sociais. Weber (1973), em seu texto sobre comunidade e sociedade como estruturas de socialização, defende que comunidade trata-se de uma relação social em que a atitude na ação social inspira-se em um sentido de solidariedade e como fruto do sentimento subjetivo (afetivo ou tradicional) dos participantes na constituição de um todo. Ou seja, a comunidade se torna um conceito amplo relacionada, primordialmente, à participação dos membros no grupo e apoiada em fundamentos afetivos, emocionais e tradicionais.

Assim, para Weber (1987, p. 77), comunidade pode ser definida como um grupo de pessoas que compartilham características culturais e sociais comuns, tais como língua, religião e tradições, em que a orientação da ação social fundamenta-se em um sentido de solidariedade, resultado de ligações emocionais.

Nota-se que os estudos sociais, ao se aprofundarem na compreensão do conceito de comunidade, lançam mão de outros dois importantes conceitos: **consciência coletiva** e **solidariedade**.

Durkheim (1978) aborda a consciência coletiva como fundamental de um fenômeno que constitui a base de toda e qualquer vida comunitária ou das relações sociais, atuando não como uma norma, mas como um imaginário presente nessas vivências.

O conjunto de crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de

uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem sua vida própria; podemos chamá-lo: consciência coletiva ou comum. Sem dúvida, ela não tem por substrato um órgão único; é, por definição, difusa em toda a extensão da sociedade; mas não deixa de ter caracteres específicos que fazem dela uma realidade distinta. Com efeito, é independente das condições particulares em que os indivíduos estão colocados; eles passam, ela permanece. [...] não muda a cada geração, mas, ao contrário, liga uma às outras gerações sucessivas. Portanto, é completamente diversa das consciências particulares, se bem que se realize somente entre indivíduos. Ela é o típico psíquico da sociedade. (Durkheim, 1978, p. 40).

Durkheim (1978) aborda a “imagem de comunidade” como uma unidade de indivíduos, incompatível com a distinção em partes. É um agregado de mentes tão fortemente coeso que ninguém é capaz de se mover independentemente dos outros. Para o autor, a comunidade não deve ser vista apenas como uma organização social, mas como uma metodologia que norteia o entendimento de fatos relacionados à moralidade, à religião, ao direito, etc.

Para Tönnies (1995), a compreensão de comunidade parte de três diferentes instâncias: ligadas ao parentesco, a vizinhança e a amizade. A primeira relacionada à vida familiar e a tudo que está envolto desta relação, seja pelo afeto, saber partilhado ou autoridade desempenhada pelos membros mais experientes. A segunda está relacionada ao cotidiano, ao território e às experiências compartilhadas, seja no trabalho ou na rotina que resulta no compartilhamento de conhecimentos e hábitos. A terceira resulta da aproximação pela semelhança na forma de pensar e interesses comuns, as atividades são partilhadas e geralmente os encontros são frequentes nestas relações. Desta forma, nas incursões referentes a grupos sociais é preciso considerar suas características, atributos culturais e tradições, como ferramentas para sua leitura e análise. Tanto para Tönnies (1995) quanto para Weber (1987), a comunidade é um construto intelectual, capaz de apoiar a análise de grupos sociais.

Tönnies (1995, p. 231-232) ressalta que “na comunidade, há uma ligação desde o nascimento, uma ligação entre os membros tanto no bem-estar quanto no infortúnio”. Um ponto em comum entre os pensamentos de Durkheim (1978) e Tönnies (1995) é a percepção sobre a modernidade, que evolui e potencializa o individualismo e a menor partilha de valores comuns.

Para Bauman (2003), na modernidade, diante da impossibilidade de encontrar uma comunidade, o conceito de identidade ganha importância como uma nova forma dos indivíduos obterem entendimento e segurança. A identidade, para o autor, é a

substituta contemporânea da comunidade. Ela incorpora a individualidade ao pertencimento a grupos ou filiações a estilos de vida, mas, de forma nenhuma, esse pertencimento, conforme o autor, pode ser similar ao pertencimento comunitário – é sempre um pertencimento temporário, revogável e precário e incapaz de trazer a segurança trazida pela comunidade.

Sobre a divisão social do trabalho, Durkheim (1978) faz referência aos variados níveis de diversificação e especialização presentes nas sociedades. Para ele, a divisão do trabalho não tem uma função meramente econômica ou produtiva, ela também tem uma função social mais abrangente: seu objetivo é gerar solidariedade social. Para o autor, a compreensão das relações comunitárias, em especial as ligadas ao trabalho, assume dois tipos de solidariedade, a mecânica e a orgânica, esta última mais ligada à sociedade moderna. Na solidariedade mecânica cada membro faz parte de um todo, como uma peça necessária ao funcionamento de um sistema complexo.

Portanto, esta solidariedade apenas pode crescer na razão inversa da personalidade. [...] A solidariedade que deriva das semelhanças está em seu *maximum* quando a consciência coletiva recobre exatamente nossa consciência total e coincide em todos os pontos com ela: mas, neste momento, nossa individualidade é nula. Ela só pode nascer se a comunidade ocupa menos lugar em nós. (Durkheim, 1978, p. 69)

Na solidariedade orgânica, segundo Durkheim (1978), os indivíduos possuem maior autonomia para colocar em prática suas iniciativas, priorizam suas capacidades próprias e participam das atividades deixando o processo de criação e o diálogo mais heterogêneos. Desta forma, o autor alerta: "É preciso, pois, que a consciência coletiva deixe descoberta uma parte da consciência individual, para que aí se estabeleçam estas funções especiais que ela não pode regulamentar" (Durkheim, 1978, p. 70).

Para Matos (2012), a organização social é um fenômeno complexo que envolve a interação entre os indivíduos em uma sociedade, sendo que essa interação é determinada pelas estruturas sociais, culturais e econômicas. Essa organização social é influenciada pela distribuição de poder na sociedade, sendo que a dominação e a subordinação são fatores centrais nesse processo. O autor destaca a importância da luta de classes na organização social, apontando para a necessidade de compreender as relações de poder que se estabelecem entre as classes sociais para compreender

a dinâmica da sociedade.

A partir dos pressupostos apontados por Matos (2012) acerca da organização social mediada pela distribuição de poder na sociedade, a proposta econômica defendida por Singer (2006) se apresenta como um caminho que torna o sistema de relações sociais mais justo. Dessa forma, é possível entender a economia solidária como uma alternativa importante para que sejam criadas condições de igualdade e equidade, por meio da superação da dominação e da subordinação, permitindo aos trabalhadores autonomia nas relações sociais e às comunidades o direito de autogerência. Segundo Singer (2006), para uma sociedade em que predomina a igualdade entre seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva.

Para Góis (2003), o contexto de vivência coletiva implica a viabilidade de instituir-se organizações, sendo necessária a divisão de funções, trabalhos e, bem ou mal, hierarquização das relações sociais, estabelecendo-se, como consequências, as relações de poder que permeiam toda e qualquer relação social. O estabelecimento de espaços de convívio vinculados a indivíduos em territórios partilhados é pautado por relações éticas e distancia-se do individualismo e do “levar vantagem em tudo”, dando espaço para a postura do “é dando que se recebe”.

No convívio social, as discussões permeiam necessidades comuns, as ações são partilhadas e orientadas pelo conhecimento mútuo, colaboração, amizade, etc. (Cuareschi, 2007). A convivência em comunidades significa, ainda, conforme Góis (2003), a oportunidade de desenvolvimento de potencialidades dignificantes aos seus membros. Em que a integração de esforços para solução de problemas comuns auxilia na construção de objetivos convergentes, conhecimento compartilhado, aprimorando o processo coletivo em qualquer escala social. O autor, em seus estudos empíricos, estabelece que no campo da psicologia comunitária tem-se duas posturas a serem abordadas: a do desenvolvimento humano e a da mudança social (que se adequa a partir de alternativas sócio-políticas), os quais partem de uma visão positiva da comunidade e das pessoas. Neles cabe o reconhecimento “da capacidade do indivíduo e da própria comunidade, como responsáveis e competentes na construção de suas vidas, bastando para isso a existência de certos processos de facilitação social baseados na ação local e na conscientização” (Góis, 2003, p. 280).

Sob essa perspectiva, Honneth (2006 apud Araújo Neto, 2020, p. 329) considera que “a socialização dos seres humanos só pode ser bem-sucedida sob

condições de liberdade cooperativa”. Ou seja, a construção de uma autorrealização individual só é possível quando combinada com a dos demais membros da sociedade a partir de princípios ou fins acordados.

A Psicologia Social, especialmente a abordagem comunitária, tem muito a contribuir tanto teoricamente quanto metodologicamente na exploração de novas abordagens de desenvolvimento comunitário (Maciel & Alves, 2015). A contribuição da Psicologia Social Comunitária pode ser ainda mais eficaz quando se concentra nas bases do Desenvolvimento Humano Sustentável como uma questão central em que as preocupações se voltam principalmente para a viabilidade das bases do desenvolvimento, enfatizando as dimensões sociais e culturais como elementos fundamentais nesse processo.

2.2 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E TIPOS DE ORGANIZADORES SOCIAIS

A organização social é um fenômeno complexo que tem sido objeto de estudos multidisciplinares ao longo da história. Diferentes formas de organização social surgiram e evoluíram de acordo com contextos culturais, econômicos e políticos específicos. Desde os debates sobre individualismo e coletivismo até a análise dos impactos da tecnologia, debates científicos e estudos nacionais e internacionais têm enriquecido a compreensão das diferentes formas de organização social ao longo do tempo e em diversas culturas.

No contexto brasileiro, Darcy Ribeiro (1970) explorou as formas de organização social das populações indígenas em "Os Índios e a Civilização". Esta pesquisa destacou a complexidade das estruturas sociais e a importância das relações comunitárias na configuração dessas sociedades. Também observou que as relações comunitárias e a coletividade são fundamentais para a sobrevivência e a coesão destes grupos. A leitura da paisagem, o ambiente onde vivem e executam suas atividades é enfatizado pela profunda conexão entre os indígenas e a natureza, seus sistemas de conhecimento tradicionais sobre recursos naturais e práticas sustentáveis.

Em nosso estudo, durante a pesquisa bibliográfica, em busca de compreendermos as formas de organização comunitária, identificamos as obras de Aécio Gomes de Matos, docente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE),

doutor em Psicossociologia das Organizações pela Universidade de Paris IX (Paris-Dauphine) (1980) e pós-doutor em Sociologia pela Universidade de Paris X (Paris-Nanterre) (2005). Matos dedicou grande parte de suas pesquisas, no âmbito da psicologia comunitária, analisando as organizações sociais brasileiras, seu processo histórico, seus métodos, suas estruturas e sua importância para a democracia.

Nesse sentido, cabe destacar o livro de sua autoria, "Organização social de base: reflexões sobre significados e métodos", publicado em 2003, além de capítulos de livro e artigos, como "Desenvolvimento Humano, Pobreza Rural e Inclusão Social" (2002), "Organizadores sociais: algumas referências conceituais para análise das organizações sociais" (2004), "Organizações sociais e economia solidária" (2006) e "A democracia e a organização social de base" (2012).

Ao verificar que Matos (2003; 2006; 2012) propõe um olhar analítico para as estruturas e os mecanismos das organizações sociais, possibilitando observar sua autonomia, adotamos seu referencial teórico para guiar nossa pesquisa empírica referente às organizações comunitárias da região do Cariri.

O processo de redemocratização no Brasil, na década de 1980, e a participação dos grupos sociais nos processos políticos e democráticos fomentaram diversos movimentos sociais, possibilitando o acesso e as articulações políticas por parte das bases populares. Nesse contexto, Matos (2003) procurou analisar os níveis e as dimensões macro e micro das organizações sociais, as diferenças e contradições internas e externas das organizações dos diversos segmentos sociais. Como resultado, propõe a distinção de três níveis diferenciados, complementares e imbricados na estrutura do processo de organização social: a **organização de massas**, a **organização política e institucional** e a **organização de base**.

Matos (2003) conceitua **organização de massa** como aquela que concentra grandes mobilizações populares, onde as palavras de ordem e a racionalidade vêm carregadas de apelos emocionais e engajamento político dos contingentes que representam essa força, com grande espaço para o anonimato.

O fator central de organização é a identificação com uma causa ou objetivo comum, quase sempre com uma atuação determinante de líderes nos quais se projetam as idealizações coletivas e em quem se depositam coletivamente poderes para dirigir e orientar a massa. [...] Essas mobilizações contam cada dia mais com as tecnologias do marketing político, com imagens, cores e símbolos marcantes, palavras de ordem e músicas que tocam fundo no plano emocional. (Matos, 2003, p. 15).

No caso da **organização institucional**, Matos (2003) define como uma forma mais estruturada e estável de organização, baseada nas relações e nos contratos sociais, mais ou menos formais, tais como sindicatos, partidos políticos, associações de moradores, etc. Estas organizações se estabilizam no plano normativo através de leis, contratos sociais e regulamentos que controlam e limitam o alcance de suas ações. Sobre a organização institucional, Matos (2003) a define como fruto da instituição dos poderes republicanos, dos direitos e deveres que regulam as relações sociais.

Na prática, se estabelecem categorias e níveis diferenciados de funções e papéis instituídos, como líderes ou delegados que assumem os espaços de poder nas instituições em nome dos segmentos sociais que os autorizam. Constituem-se, assim, diferenças qualitativas de participação política que são tanto maiores quanto às distâncias entre os representados e seus representantes. (Matos, 2003, p. 20)

Por fim, a **organização de base**, segundo Matos (2003), é caracterizada pela construção de relações e vínculos entre as pessoas que compartilham um mesmo espaço. Esta organização não é hierarquizada e prioriza a participação das pessoas na construção de um espaço mais inclusivo. Se diferencia das duas anteriores por ser o espaço onde prevalecem os ideais coletivos, a consciência e o fortalecimento de identidade em contraposição à impessoalidade das massas (organização de massa) e à universalidade das instituições (organização institucional). A organização de base busca fortalecer os laços comunitários através de ações que buscam o bem-estar de todos os envolvidos.

A organização social de base é um espaço onde se pode construir a práxis pela reflexão crítica das experiências individuais e coletivas, onde se constituem coletivos autônomos que se expressam politicamente nas relações com outros coletivos, com as autoridades instituídas, com outros segmentos da sociedade. (Matos, 2012, p. 338-339)

As três formas de organização social são consideradas por Matos (2003) como fundamentais para a democracia, uma vez que elas são espaços de articulação do exercício da cidadania. Entretanto, segundo o autor, no Brasil, embora as organizações de massa e as organizações institucionais tenham avançado

significativamente, as organizações de base, mesmo considerando seu número crescente nas últimas décadas, pouco prosperaram no que se refere a sua autonomia.

A organização social, como um fenômeno complexo, envolve a interação entre os indivíduos em uma sociedade. Para analisar as organizações de base, Matos (2012) destaca a importância de identificar os tipos de organizadores sociais para a compreensão dessa dinâmica envolvendo os indivíduos e o modo pelo qual alicerçam suas relações. Segundo Matos (2012, p. 339-340), o conceito de organizadores sociais tem como foco "os dispositivos e processos que contribuem para a constituição de sujeitos coletivos, como uma unidade autorregulada, se exprimindo pelo reconhecimento recíproco e por sentimento de inclusão, que se caracterizam pelo uso da primeira pessoa do plural, 'nós'". São, portanto, os elementos que estruturam a organização social, e segundo o autor, podem ser identificados três tipos, que podem coexistir simultaneamente se reforçando ou se contrapondo, traduzindo estratégias úteis à evolução da organização comunitária (Matos, 2012, p. 341):

- **Organizadores instrumentais**, com a predominância da racionalidade instrumental e da razão técnica.
- **Organizadores simbólicos**, respaldando sentimentos de pertencimento, estabelecendo os limites do interno e do externo ao coletivo.
- **Organizadores imaginários**, que operam fundamentalmente com o imaginário grupal e com os processos inconscientes de identificação.

Os **organizadores instrumentais** são aqueles cuja racionalidade caracteriza a organização dos coletivos, como um instrumento útil para que cada um dos seus participantes possa atingir seus próprios objetivos à medida que os objetivos coletivos sejam atingidos. Matos (2003) aponta para a necessidade de se estudar os processos produtivos e as relações de trabalho para uma compreensão mais ampla desse fenômeno, destaca a importância da compreensão das relações entre produção, distribuição e consumo para a compreensão da organização social. "O que motiva a participação é justamente uma razão instrumental que articula os objetivos de cada participante e o esforço de integração para atingi-los" (Matos, 2012, p. 342).

Entre os organizadores instrumentais, destacam-se: 1. os **organizadores políticos**, que motivam a participação em mobilizações comunitárias como poder de

pressão e de ação coletiva; 2. os **organizadores econômicos**, que mobilizam para o engajamento em atividades relacionadas aos meios de subsistência e a melhoria da qualidade de vida sob o pressuposto de que a união torna-os mais forte; e 3. os **organizadores gerenciais**, que buscam fortalecer a articulação de comunidades que pretendem obter ganhos de sinergia pela ação associativa nos grupos de produção e comercialização, utilizando processos sistemáticos de planejamento e gestão das atividades coletivas (Matos, 2012).

A maneira com a qual os movimentos sociais atuam publicamente para alcançar determinados objetivos, não se estruturam necessariamente apenas por conflitos, mais que isso, a ação coletiva é alicerçada pelas relações sociais. Texeira (2020) apresenta dois aspectos centrais na concepção da ação coletiva: a diversidade das formas que a ação pode assumir e a multiplicidade das motivações que fundamentam o desencadeamento da ação. Assim, os estudos sobre ação coletiva não têm como ponto de partida apenas interesses pragmáticos e racionais, mas também sentimentos morais de injustiça.

Os **organizadores simbólicos**, por sua vez, envolvem as representações culturais e os sistemas simbólicos que estruturam a organização social. Esses organizadores incluem a religião, a arte, a literatura, a ciência e outros sistemas simbólicos que moldam a forma como os indivíduos se relacionam entre si e com o mundo. Matos (2012) sugere a importância da compreensão das representações culturais para o entendimento das relações nos grupos. Neste sentido, presume a correlação direta entre os níveis de colaboração de uma comunidade com suas origens históricas, as referências comuns no plano ideológico, cultural e religioso, sendo esta condição favorável às articulações coletivas objetivando suas conquistas comuns. Desta forma, dentre os organizadores simbólicos, destacam-se os: organizadores históricos, os **organizadores ideológicos**, os **organizadores culturais** e os **organizadores religiosos**.

Os organizadores históricos são uma das principais referências da formação e da sustentabilidade dos grupos comunitários. Caracteriza-se por advir de relações de parentesco, vizinhança, fortalecimento de identidade local, solidariedade, interesses comuns, sentimento de inclusão e canais próprios de comunicação, que os aproximam. Os organizadores ideológicos têm como base a definição de um pensamento comum, que orienta e regula as relações de maneira coerente. Neste caso, os membros das comunidades compartilham de forma programada de alguns

valores éticos, e onde os movimentos sociais se comprometem com a participação em militâncias na busca por direitos e/ou privilégios. Os organizadores culturais e os religiosos representam parcela importante na conquista por espaços de empoderamento, legitimidade e conquistas. São referências historicamente consolidadas, que partem de memórias coletivas num contexto social. Matos (2012) destaca especificamente nas comunidades rurais, a forte ligação com a terra e com o trabalho no campo.

As entidades coletivas como associações, cooperativas e sindicatos são os *organizadores institucionais* presentes nas comunidades, muitas vezes são a única forma legal para ter acesso a recursos públicos. Estas organizações exercem papel de mediadoras entre a comunidade e as forças políticas, ONGs e outras entidades externas. Atuam na integração dos objetivos comuns, e mesmo induzidas de fora, têm importância estratégica para o desenvolvimento dos projetos locais.

Os **organizadores imaginários** como o próprio nome diz, aplica-se por instâncias imaginárias, ou seja, no plano do inconsciente. Envolvem as ideias, os valores e os mitos que estruturam a organização social. Esses organizadores incluem as utopias, os valores morais que orientam a ação dos indivíduos na sociedade. Matos (2012) enfatiza a importância da compreensão dos organizadores imaginários para a compreensão da organização social, apontando para a necessidade de se estudar as formas de construção e de disseminação das ideias e dos valores na sociedade. O autor identifica três tipos de organizadores imaginários: os **organizadores da liderança, a luta contra o líder e os organizadores grupais**.

Os organizadores da liderança estão identificados na figura do líder, seja da comunidade ou de fora, mas que têm em comum a capacidade de interlocução e o poder de, através da articulação, mobilizar grupos. Essa condição traduz também a posição passiva e dependente da comunidade, apoiando-se na figura de um agente (o líder) fomentador de ideias e que esteja de frente aos desafios.

O reconhecimento do poder do líder, por ser uma pessoa diferenciada na comunidade, representa a projeção das fragilidades de cada um sobre essa figura poderosa (do líder). Constata-se assim uma identidade coletiva constituída a partir de mecanismos inconscientes que se caracterizam pela ambivalência em relação à liderança; ambivalência expressa em posturas e sentimentos de identificação, mas também de negação da própria identidade. (Matos, 2012, p. 347)

Para Góis (2003, p. 292), o que distingue o sujeito da comunidade do indivíduo submisso e dependente que ali vive, é que o primeiro tem uma consciência transitiva que lhe permite compreender o modo de vida de sua comunidade e de si mesmo, além de reconhecer seu valor e poder para desenvolvê-la e desenvolver-se numa perspectiva dialógica e solidária," rompendo cada vez mais uma ideologia de submissão e resignação.

A figura do líder representa para muitas comunidades a voz que mais reverbera e por isso cai sobre ela as maiores responsabilidades no sentido mais ético.

Contraditoriamente, numa outra perspectiva, as relações podem assumir características definidas pelo sentimento de recusa aos pensamentos do líder, movidos pela insegurança e incredibilidade de sua autoridade. Neste sentido, o autor apresenta uma outra forma de organização, a luta contra o líder, onde os membros da comunidade movimentam-se no sentido à crítica e ao contraditório, estabelecem outras alianças no sentido de fragmentar as forças do líder e da ordem constituída, e buscam uma organização alternativa. Essa conjuntura retrata o processo de evolução na organização da comunidade, passa pela consciência de cada sujeito no sentido de ser capaz de mudar e romper com a dependência. Tal postura pode ser compreendida ou não pelo líder, como um estágio de evolução da comunidade, o que eventualmente será motivo de conflitos internos.

Por fim, entre os organizadores imaginários, temos os organizadores grupais, que o autor considera o mais evoluído por estar centrado no coletivo. "A comunidade supera sua fase edipiana de contestação passando a uma forma de organização mais centrada sobre o coletivo, como uma autorreferência, que assume o controle e se apropria de sua história" (Matos, 2012, p. 348).

Neste caso, as comunidades partilham de responsabilidades, autonomia e onde o associativismo é desempenhado de forma mais efetiva. Nos grupos, com gestão participativa, a autoimagem da comunidade é positiva e, diferentemente de outros modelos onde a práxis oriundas de metodologias diretivas afastam os comunitários de uma consciência identitária, neste caso frutificam ações e benefícios, fortalecendo as organizações.

3 O LUGAR DAS COMUNIDADES NO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

O discurso do desenvolvimento turístico já transitou de um viés economicista, período que abarca a maior parte do século XX, para um viés socioambientalista após o final do século XX, colocando as comunidades receptoras no centro das atenções, tanto no que se refere ao processo de planejamento participativo da atividade, como no direcionamento dos benefícios gerados pelo desenvolvimento do turismo, como veremos a seguir.

3.1 AS MUDANÇAS NO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Os paradigmas norteadores do desenvolvimento do turismo passaram por transformações importantes ao longo das últimas três décadas, marcados pelo movimento socioambientalista que jogou luz sobre a necessidade de rever os modelos desenvolvimentistas adotados até então pela economia mundial e pelas políticas nacionais.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano de 1972, realizada em Estocolmo, é o primeiro grande marco nas discussões internacionais referentes às preocupações sobre o impacto das ações humanas sobre a Terra, ressaltando a necessidade de combater as desigualdades sociais e a exploração irresponsável dos recursos naturais. Nesse aspecto, o evento destacou a importância da avaliação ambiental e da gestão ambiental como instrumento de gestão (Mebratu, 1998).

Posteriormente, o Relatório Nosso Futuro Comum, conhecido como Relatório de Brundtland, publicado em 1987, teve o papel de disseminar mundialmente o conceito de desenvolvimento sustentável, o qual realça a importância da geração presente preservar os recursos essenciais às gerações futuras. Além disso, destaca que a busca do desenvolvimento sustentável requer (Brudtland, 1991, p. 70):

- um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos nos processos decisório;
- um sistema econômico capaz de gerar excedentes e know-how técnico em bases confiáveis e constantes;
- um sistema social que possa resolver as tensões causadas por um

- desenvolvimento não equilibrado;
- um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento;
- um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções;
- um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento;
- um sistema administrativo flexível e capaz de autocorrigir-se.

Em seguida, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Rio-92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, consolidou o movimento socioambientalista, a partir da criação de vários documentos, programas e projetos visando a sustentabilidade ambiental, econômica e social. Como frutos da Rio-92 destacam-se: a Carta da Terra, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção de Combate à Desertificação, a Convenção sobre a Mudança Climática, a Declaração de Princípios sobre Florestas, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Agenda 21.

Todos esses instrumentos reforçaram a necessidade de preservação da biodiversidade e da cultura das comunidades tradicionais, além do combate à pobreza e à desigualdade social, colocando as populações mais vulneráveis no centro das preocupações (Irving, 2018).

Nesse contexto, no âmbito do turismo, a valorização da cultura local e a conservação da base ambiental das comunidades ganham maior destaque, assim como seus produtos, serviços e atrativos locais, em que a valorização social torna-se um dos principais objetivos dessa nova forma de fazer turismo (Sansolo & Bursztyn, 2009).

No Brasil, conforme Cruz (2006), a partir da década de 1990, ocorreram mudanças significativas nos paradigmas da condução das ações públicas voltadas ao setor de turismo (quadro 04), reflexo dos contextos sociais, históricos, políticos e econômicos da época.

Nota-se que tornam-se imperativos a descentralização a gestão participativa, a escala de planejamento local e regional, a proteção da natureza e a busca pelo desenvolvimento sustentável em oposição ao mero crescimento econômico.

Quadro 04. Políticas Públicas de Turismo no Brasil – Velhos e Novos Paradigmas

	Passado (até final dos anos 80)	Presente
Infraestrutura	Criação de facilidades para a implementação de infraestruturas turísticas	Implementação/melhoria de infraestrutura básica e de transporte
Desenvolvimento Econômico	Geração de riqueza (desenvolvimento econômico a qualquer preço)	Geração de emprego e renda/ desenvolvimento sustentável
Gestão	Centralização	Descentralização/gestão participativa
Escala	Nacional <=> Regional	Regional <=> Local
Mercado	Estado regulador/interventor	Liberalização/Desregulamentação
Natureza	Objeto de atração	Objeto de atração e de proteção
Espaço/Território	Palco de ações deliberadas	Receptáculo de ações planejadas (espaço-objeto)

Fonte: Cruz (2006, p. 34)

Na área do planejamento do turismo, a mudança de paradigma mais notável é o reconhecimento da importância da participação ativa das comunidades. Isso implica a consulta, envolvimento e colaboração das comunidades locais na definição de estratégias e políticas de turismo. A participação da comunidade é considerada essencial para que os impactos deletérios do turismo, como a descaracterização cultural, a degradação ambiental e a pressão sobre os recursos naturais e culturais sejam reduzidos. Segundo a Organização Mundial do Turismo, na obra Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável,

Através desse envolvimento, as comunidades entenderão o turismo, terão maiores condições de lidar com esse novo desenvolvimento em sua área e participarão dos seus benefícios. Além disso, a alteração na dinâmica das comunidades a partir do surgimento ou crescimento do fluxo de turistas faz com que cada vez mais seja necessária a união destes membros, direcionando os esforços para reduzir os impactos e promover as pautas coletivas. (OMT, 2003, p. 95)

O conceito de Turismo Sustentável, que passou a vigorar após a disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável definido pelo Relatório de Brundtland de 1987, a participação da comunidade no planejamento do turismo é vista como essencial para que os impactos negativos do turismo nas comunidades sejam

reduzidos a uma expressão mínima e o desenvolvimento da atividade propicie melhorias na qualidade de vida dos autóctones (OMT, 2003).

Nesse sentido, Amartya Sen (2000, p. 26) destaca que os agentes locais "não precisam ser vistos, sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento", mas sim como sujeitos ativos. O desenvolvimento local só é possível quando as pessoas estão envolvidas com autonomia, sendo anteriormente necessário o desenvolvimento dos indivíduos, o que Amartya Sen (2000) denomina de "desenvolvimento como liberdade".

Para Góis (2003), o indivíduo ao transformar a realidade se apropria cada vez mais dela e passa a conhecê-la mais, tornando-se sujeito de sua história e protagonista das suas ações junto com os demais e percebe-se responsável pelo caminho traçado com a comunidade, além de viabilizar o elo entre sua gente e as outras esferas, governamentais ou sociais. Esta autonomia, que reforça a singularidade e a capacidade de cada indivíduo, impulsiona as relações e a aproximação com outros setores, priorizando a liberdade e a heterogeneidade das comunidades.

Nesse contexto, as organizações sociais tornam-se uma ferramenta importante na gestão da atividade turística, uma vez que constituem uma alternativa para o desejo de mudanças sociais através da organização em ações político-culturais e sociais, formando uma identidade coletiva solidária (Coutinho, 1997).

Muitos autores destacam a necessidade de se estudar os movimentos sociais como agentes de transformação social, compreendendo o papel que desempenham na organização social e na luta pela conquista de direitos e pela ampliação da democracia. A criação efetiva de capacitação e aquisição de competências, além do acesso à informação e conhecimento sobre o turismo e seus efeitos são fundamentais e devem ser priorizados a fim de assegurar um desenvolvimento justo e sustentável nos locais turísticos.

Entretanto, conforme Swarbrooke (2000), a dimensão social tem sido estudada no turismo com menos atenção que o impacto ambiental do turismo. O debate sobre as formas de envolvimento das comunidades leva a crer que os benefícios socioculturais promovidos pelas atividades turísticas ocorrem de forma vagarosa e discreta. Assim, Swarbrooke (2000) assevera que os impactos socioculturais geralmente são permanentes, com pouca ou nenhuma oportunidade de reverter as mudanças uma vez ocorrida.

Com as dificuldades de se efetivar os ideais do Turismo Sustentável, em 2002, em paralelo à Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, RIO+10, sediada em Joanesburgo, foi realizada a Conferência sobre Turismo Responsável nos Destinos, na Cidade do Cabo, África do Sul. Na Conferência, o uso dos termos “responsável” e “responsabilidade” se destacaram em contraponto ao uso dos termos “sustentável” e “sustentabilidade” (Pinto, 2022). A partir de então, passa-se a propagar o conceito de Turismo Responsável, o qual segundo a Declaração da Cidade do Cabo (2002), tem por responsabilidade:

- Minimizar os impactos negativos econômicos, ambientais e sociais.
- Recorrer a uma estratégia de utilização dos recursos com preocupações na sua sustentabilidade e no impacto, em especial, em âmbito local.
- Procurar direcionar parte significativa dos benefícios econômicos para a população local e contribuir para o seu bem-estar.
- Envolver os residentes e todos os stakeholders nos processos e decisões.
- Promover um turismo mais seguro.
- Contribuir positivamente para a conservação do patrimônio natural e cultural.
- Fornecer experiências mais agradáveis aos turistas.
- Promover a interação com respeito mútuo entre os turistas e as comunidades acolhedoras, e uma maior compreensão e valorização das questões locais a nível cultural, social e ambiental.
- Promover o turismo acessível.

Verifica-se, novamente, a ênfase dada: à participação das comunidades nos processos decisórios; às comunidades como receptoras dos benefícios gerados pelo turismo; à preservação dos recursos naturais e culturais; e à interação intercultural entre turistas e comunidades.

No Brasil, a Política Nacional de Turismo (PNT) vigente, instituída pela Lei n. 11.771, de 17 de setembro 2008, dispõe de objetivos que convergem diretamente para a centralidade das comunidades locais e de seus recursos naturais e culturais no desenvolvimento turístico:

II - reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, promovendo a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda; [...]

VI - promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica; [...]

VIII - propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural;

IX - preservar a identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística; [...] (Brasil, 2008)

Desta forma, verifica-se a importância das comunidades receptoras estarem organizadas e articuladas para participarem tanto da cadeia produtiva do turismo, assim como dos processos de planejamento da atividade turística em seus respectivos territórios, na defesa de interesses coletivos.

Em 2015, a Agenda 2030, acordada pelos governos nacionais junto à ONU, para o desenvolvimento global sustentável, estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Organização Mundial do Turismo (OMT) afirmou que o setor do turismo tem o potencial de contribuir direta ou indiretamente para alcançar todos os 17 ODS, e especificamente, foi incluído como meta nos Objetivos 8, 12 e 14: crescimento econômico inclusivo e sustentável, consumo e produção sustentáveis e uso sustentável de oceanos e recursos marinhos, respectivamente.

No contexto das preocupações socioambientalistas, destaca-se o papel do Turismo de Base Comunitária, que baseado nos princípios da economia solidária, vem se colocando como uma forma diferenciada de desenvolver a atividade turística em comunidades tradicionais.

3.2 O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: CONCEITOS E PRINCÍPIOS

O Turismo de Base Comunitária vem se desenvolvendo no Brasil de forma gradativa, desde a década de 1990, como uma alternativa para o uso sustentável de recursos naturais e culturais, através da participação direta das comunidades locais. O TBC possui como foco o desenvolvimento econômico, social e cultural, buscando

preservar a cultura, o meio ambiente e assegurar os direitos fundamentais, além de promover um maior aproveitamento das capacidades singulares dos indivíduos e dos grupos comunitários.

Conceitualmente, conforme o Ministério do Turismo, em trabalho recente produzido junto ao Departamento de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Detur-UFRN),

Turismo de Base Comunitária corresponde a formas de gestão do turismo que prezam pelo protagonismo das comunidades anfitriãs e em sua participação ativa nos processos de tomada de decisão referentes ao desenvolvimento do turismo em seus territórios, com o compromisso de gerar benefícios coletivos, promover a solidariedade e a cooperação entre os envolvidos, valorizar a cultura local, proteger a natureza e proporcionar a troca de saberes, vivências experiências interculturais entre visitantes e comunidades. (Brasil, 2023b, p. 85)

O Turismo de Base Comunitária baseia-se no desenvolvimento orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação dos benefícios advindos da atividade turística (Bartholo, Sansolo & Bursztyn, 2009).

O TBC prioriza a geração de trabalho para os moradores, os pequenos empreendimentos locais e a garantia da participação de todos na tomada de decisões, dando espaço também às mulheres e aos jovens. Essa condição assegura a participação democrática das comunidades com o planejamento descentralizado e associativo, melhora a gestão dos recursos econômicos e naturais compatíveis com o turismo sustentável (Coriolano, 2009, p. 284).

Para Maldonado (2009), por turismo comunitário entende-se toda forma de autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação, equidade no trabalho e distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos.

O patrimônio comunitário é formado por um conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo. Através disso, expressam seu modo de vida e organização social, sua identidade cultural e suas relações com a natureza. (Maldonado, 2009, p. 29)

A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e

cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade, na perspectiva dos turistas conhecerem e aprenderem com os respectivos modos de vida das comunidades anfitriãs (Maldonado, 2009).

O protagonismo da comunidade como recurso para o desenvolvimento de localidades com populações vulneráveis muda o contexto social, amplia a participação popular nas decisões e permite acesso aos recursos advindos das atividades turísticas. Além de reduzir as desigualdades, a articulação da comunidade entorno do turismo possibilita o acesso à serviços básicos, garante a subsistência e melhora a qualidade de vida (Grimm, Sampaio & Garcia, 2017).

As ações coletivas justificam-se pela demanda direta dos grupos sociais que residem no lugar turístico, e que mantêm com este território uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica (Irving, 2009). As demandas exigem a construção de soluções inovadoras e a consideração de variáveis, tanto endógenas quanto exógenas. Enquanto o foco deve ser o desenvolvimento do bem-estar social, das oportunidades de emprego, dos serviços básicos e da redistribuição de renda, também é importante identificar e gerenciar os efeitos nocivos do turismo, como a poluição, o uso indevido de recursos, a exploração de trabalhadores e o enriquecimento de empresas exógenas às custas da comunidade.

Mesmo sendo provedor de benefícios, o turismo comunitário também é altamente questionado, principalmente devido às poucas informações sobre os resultados obtidos. Portanto, é preciso se livrar de premissas baseadas exclusivamente em macro estatísticas, que marcam caminhos de sucesso para qualquer caso, e levar em conta os resultados qualitativos referentes a vida das pessoas que vivem nos lugares turísticos (Cabanilla, 2014).

O turismo comunitário abre espaço para as comunidades, que são levadas a sua transformação em núcleos receptores, tornar a atividade turística uma ferramenta para o desenvolvimento endógeno, com a produção de produtos e prestação de serviços, por meio do associativismo e cooperativismo entre outras modalidades de organizações comunitárias (Sampaio, 2005). O impacto do turismo no desenvolvimento local também vai depender de fatores, como a oferta e demanda turística, capacidade de empreender, oportunidades de emprego, a habilidade da comunidade local para se ajustar às novas dinâmicas, do suporte oferecido pelo poder público e pelo terceiro setor e das relações com as empresas de apoio na divulgação

e comercialização.

Em relação às políticas relacionadas ao TBC, estas devem estar diretamente associadas a uma dinâmica de “baixo para cima”, na qual os atores locais desempenham um papel central na sua definição, execução e controle. Cavaco (2001) afirma que o importante no crescimento econômico, identificado como a produção de riquezas, é o desenvolvimento no âmbito social, econômico e territorial, envolvendo processos de mudanças estruturais, redistribuindo as riquezas locais, melhorando rendimentos, condições de vida e expectativas, principalmente daqueles grupos sociais menos favorecidos.

As políticas precisam levar em consideração a precariedade de recursos e facilitadores externos, criando mecanismos que possibilitem a sustentabilidade a longo prazo e o desenvolvimento autônomo dos grupos sociais que residem nos locais turísticos. O fortalecimento das comunidades envolvidas também se dá pela colaboração e formação de cooperativas, empreendimentos comunitários, redes, associações e micro e pequenas empresas locais, responsáveis pela geração de postos de trabalho e renda.

A partir de 2018, com o crescimento de iniciativas de TBC e de demandas comunitárias, alguns estados instituíram leis específicas voltadas para o TBC, mesmo na ausência de uma política nacional de TBC para norteá-las. Os estados do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo e Pará são os que possuem uma política estadual de Turismo de Base Comunitária (PETBC), conforme quadro 5.

Quadro 05. Estados brasileiros que instituíram leis específicas para o TBC (2018-2023)

Estados	Política Estadual de Turismo de Base Comunitária
Rio de Janeiro	Lei nº 7.884, de 2 de março de 2018
Bahia	Lei nº 14.126, de 24 de setembro de 2019
Minas Gerais	Lei nº 23.763, de 6 de janeiro de 2021
Goiás	Lei nº 21.052, de 15 de julho de 2021
Espírito Santo	Lei nº 11.731, de 21 de dezembro de 2022
Pará	Lei nº 9.773, de 27 de dezembro de 2022

Fonte: Organizado com base nas leis citadas (2024)

No entanto, em pesquisa de Todesco, Pimentel e Oliveira (2023), constatou-se

que as PETBCs, apesar de instituídas por lei, não tiveram grande impacto nos trabalhos dos órgãos estaduais de turismo, os quais não apresentam unidades específicas para o TBC, não possuem um levantamento organizado das iniciativas de TBC no território estadual, não dispõem de linhas de fomento e de crédito direcionadas para empreendimentos de TBC, e concentram suas ações, em sua maioria, em oficinas de sensibilização e capacitação, geralmente em parceria com outras instituições. Os autores concluem que mesmo com a criação de leis, o TBC ainda não ocupou lugar de destaque nas ações governamentais do poder executivo dos governos federal e estaduais.

No âmbito institucional, até o momento, o TBC recebeu pouca atenção do governo federal. Somente em 2008, o Ministério do Turismo lançou edital de chamada pública para a seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de Turismo de Base Comunitária. Dentre 500 projetos de TBC submetidos, foram selecionadas 50 propostas, as quais receberam suporte financeiro por somente dois anos (2008/2009). Essa foi uma ação pontual do MTur e desarticulada de outras políticas (Brasil, 2010).

Passados 10 anos, em 2018, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) realizou a “Chamada de Propostas para Fortalecimento de Iniciativas de Turismo de Base Comunitária”. Ao total foram contemplados 9 projetos direcionados à promoção e ao fortalecimento do TBC em unidades de conservação.

No mesmo ano, o ICMBio publicou o documento “Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: princípios e diretrizes”, com o objetivo de orientar a implementação do TBC nas unidades de conservação federais compatível “com a conservação da biodiversidade, com a salvaguarda da história e cultura das comunidades locais e com o protagonismo comunitário no desenvolvimento da atividade” (ICMBio, 2018, p. 5).

Essa iniciativa mostra a necessidade em se discutir a gestão ambiental articulada com os sujeitos sociais que vivem dentro e no entorno de unidades de conservação, onde o turismo se faz presente e pode ser trabalhado como uma ferramenta de educação ambiental, de valorização cultural e de melhoria da vida das comunidades.

Em 2019, o ICMBio publicou a obra “Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: cadernos de experiências”, compartilhando os resultados obtidos pelas 9 iniciativas de TBC contempladas pelo edital. Dessa

publicação, pode-se extrair os seguintes princípios do TBC identificados e estabelecidos ao longo das experiências financiadas pelo ICMBio:

Quadro 06. Princípios do TBC de acordo com ICMBio (2019)

Princípios	Descrição
Conservação da sociobiodiversidade	A conservação da natureza e a salvaguarda do patrimônio cultural local devem nortear as propostas de TBC.
Valorização da história e da cultura	O TBC deve ser capaz de desencadear um processo de reconhecimento, divulgação e valorização cultural dos povos e comunidades locais e, quando necessário, envolver e estimular esses atores a compartilhar e a aprofundar o conhecimento sobre aspectos de sua história e memória coletiva.
Protagonismo comunitário	O TBC deve ser um modelo de desenvolvimento turístico com protagonismo comunitário no desenvolvimento das atividades e na tomada de decisões em todas as etapas do processo.
Equidade social	A partilha dos benefícios deverá ser feita de forma justa entre os atores envolvidos com a atividade, beneficiando, sempre que possível, a comunidade como um todo.
Bem comum	A solidariedade e a cooperação devem se sobrepor aos interesses pessoais.
Transparência	As informações ambientais, sociais e financeiras relacionadas ao TBC devem estar à disposição dos diferentes atores envolvidos com a atividade.
Partilha cultural	O TBC deve proporcionar oportunidades de trocas de experiências, saberes e conhecimentos entre diferentes culturas e modos de vida.
Atividade Complementar	O TBC deve ser complementar às demais atividades desenvolvidas pela comunidade, de forma a contribuir para a geração de renda e para o fortalecimento e valorização dos ofícios e modos de vida local.
Educação	O TBC deve ser concebido enquanto processo educativo para todos os envolvidos. As atividades oferecidas devem buscar proporcionar, tanto para o visitante quanto para as comunidades, experiências que estimulem os sentidos e a reflexão, contribuindo para o aprendizado e para o conhecimento do patrimônio das UC e influenciando positivamente experiências futuras.
Dinamismo cultural	Os projetos de TBC devem buscar valorizar as culturas em sua dinâmica própria.
Continuidade	O TBC deve ser entendido como um processo contínuo que se adapte à transformação da realidade das comunidades, das UC e do mercado.

Fonte: Organizado com base em ICMBio (2019, p. 21)

Esses princípios adotados pelo ICMBio pretendem nortear seus projetos envolvendo turismo e têm o objetivo de garantir a maior participação dos povos tradicionais e grupos vulneráveis aos benefícios da atividade turística.

Quando falamos da colaboração do TBC para a melhoria da qualidade de vida das comunidades nas UC, não estamos nos limitando ao potencial da atividade

em complementar a renda das famílias. Abrir caminhos efetivos para a comercialização dos roteiros é essencial, mas a atividade pode promover a qualidade de vida ao dar voz às comunidades para contarem a sua própria história, ao ajudar a fortalecer a organização social, ao incentivar a partilha de saberes e histórias dentro da própria comunidade, ao permitir a vivência entre diferentes gerações, culturas e realidades. Trabalhar com o TBC de forma a transformar efetivamente realidades é, portanto, atrelar o potencial econômico da atividade à dimensão da educação, da política, da cultura e da conservação da natureza. (ICMBio, 2019, p. 26)

Já, os estudos realizados no âmbito do projeto do Turismo Responsável no Brasil, do MTur e Detur/UFRN (2022), a partir de uma síntese da literatura acadêmica nacional especializada e das declarações internacionais de TBC, apresenta seis princípios do TBC, a saber: autogestão, equidade social, solidariedade, cooperação, responsabilidade socioambiental e interculturalidade.

Quadro 07. Princípios do TBC de acordo com o Ministério do Turismo (2023)

Princípios	Descrição
Autogestão	O exercício coletivo do poder, com corresponsabilidade e transparência de informações, é fundamental no Turismo de Base Comunitária. As comunidades, em vínculos de confiança e solidariedade, determinam seus objetivos coletivos, os meios para alcançá-los e estabelecem as regras do processo, sendo compreendidas como as reais protagonistas do planejamento e da gestão da atividade turística.
Equidade Social	No Turismo de Base Comunitária, o princípio da equidade social está no compromisso com a defesa de uma sociedade justa, inclusiva, segura e democrática, com a geração e distribuição equitativa dos benefícios e das oportunidades advindos do turismo, com a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social das comunidades e com a redução de barreiras sociais, culturais, econômicas e políticas que resultam em exclusão ou desigualdade.
Solidariedade	Como atividade integrante da Economia Solidária, o Turismo de Base Comunitária tem como premissa a solidariedade entre os atores sociais para que se estabeleçam relações de confiança e se fortaleça a coesão social das comunidades, o que contribui para a defesa de interesses coletivos e do bem comum em sobreposição à defesa de interesses privados.
Cooperação	Pode ser compreendido como o contexto interativo em que as ações dos integrantes favorecem o alcance dos objetivos coletivos. No Turismo de Base Comunitária se pressupõe um ambiente favorável à práticas de cooperação entre os atores sociais, facilitando ações coordenadas, contribuindo para o fortalecimento da coesão social, o empoderamento e aumento do capital social, para o desenvolvimento do turismo de forma associativa, cooperativa e/ou organizada coletivamente no território, dentro da perspectiva da Economia Solidária.

Responsabilidade Socioambiental	Corresponde ao comprometimento, deveres e atribuições de todos na gestão eficiente e sustentável dos recursos ambientais, sociais e econômicos. O Turismo de Base Comunitária se contrapõe ao turismo de massa na escala dos impactos e está atrelado ao compromisso com a proteção da natureza, com a preservação da diversidade biológica, dos ecossistemas locais e com a qualidade dos espaços de reprodução social das comunidades.
Interculturalidade	No Turismo de Base Comunitária, a interculturalidade é concebida no encontro e no diálogo entre turistas e autóctones, possibilitando o intercâmbio e o estreitamento de laços e/ou relações, com base na convivência democrática, no respeito e na troca de experiências, vivências e saberes, buscando a integração sem anular a diversidade. Nesse sentido, faz-se importante a valorização da cultura local, o reconhecimento e a promoção dos modos de vida para elevar o sentimento de pertencimento e autoestima das comunidades.

Fonte: Brasil (2023a, p. 42-43)

De acordo com Ballesteros e Corrión (2007), toda a cadeia do turismo está “contagiada” com a comunidade: a oferta com o seu selo; a procura predisposta à “autenticidade”; a qualidade dos serviços; a forma específica de mediação. No turismo comunitário, a particularidade dos produtos turísticos reside no modelo organizacional da própria atividade turística. A gestão e a organização social autônoma são o que promovem o desenvolvimento social, cultural e econômico das comunidades. Neste sentido, o TBC alinha-se às condutas do turismo responsável e deve ser incorporado às agendas de desenvolvimento regional, rural e comunitário.

Debruçar-se sobre as experiências práticas acerca de territórios onde o chamado Turismo de Base Comunitária se faz presente é importante para uma compreensão do fenômeno sem estereótipos e padronizações.

Nesse contexto, cabe ressaltar o Projeto Bagagem, que coordena informalmente a Rede Brasileira de Turismo Comunitário e Solidário, Rede Turisol, a qual contempla uma série de experiências de TBC pelo Brasil, de diferentes características. Apesar das peculiaridades de cada iniciativa, as experiências de TBC da Rede Turisol são guiadas pelas seguintes premissas (Projeto Bagagem, 2010):

- Entender que a principal atração turística é o modo de vida da comunidade, com sua forma de organização, seus projetos sociais, suas formas de mobilização comunitária, suas tradições culturais e suas atividades econômicas.
- Propiciar a autogestão da atividade de maneira que as comunidades assumam o protagonismo que lhes corresponde no planejamento, operação, supervisão e desenvolvimento dos roteiros turísticos.
- Possibilitar a distribuição justa do dinheiro e transparência no uso dos

recursos com geração e distribuição de renda equitativa, praticando preços e relações de trabalhos justos, satisfazendo comunidade e turistas.

- Propor atividades que valorizem a afirmação da identidade comunitária, proporcionando intercâmbio cultural e aprendizagem com o visitante, demonstrando uma relação de parceria e troca entre o turista e a comunidade, onde o turista é visto como um parceiro e não como um cliente.
- Trabalhar a programação das atividades respeitando as normas de conservação da região, procurando gerar o menor impacto no meio ambiente, contribuindo na promoção de projetos de manejo sustentável de recursos naturais.
- Estabelecer cooperação e parceria entre os diversos segmentos relacionados ao turismo de base local e deste com outras localidades com realidade semelhante e com potencial para a formatação de novos produtos e serviços, estabelecendo assim a cadeia produtiva do Turismo de Base Comunitária.
- Entender que o turismo é instrumento para o fortalecimento associativo, ou seja, o sucesso individual está condicionado à sustentabilidade do ambiente que o cerca, onde a comunidade é proprietária, gestora e empreendedora.

Em 2022, o Projeto Bagagem mapeou 90 iniciativas de TBC no Brasil, sendo que dessas, 70 estão em unidades de conservação e 20 estão situadas no Nordeste. As atividades desenvolvidas pela maioria delas são: recepção de visitantes, caminhadas/trilhas, serviços de alimentação, rodas de conversa e hospedagem (Projeto Bagagem, 2022).

No Mapa Brasileiro do Turismo Responsável, em 2022, foram identificadas 40 boas práticas de TBC pelo país, que apresentavam e alguma medida as seguintes características: a participação das comunidades nos processos decisórios da gestão do turismo; a gestão e transparências das informações; a distribuição dos benefícios gerados pelo turismo para as comunidades; a valorização e a promoção da cultura e do modo de vida local; a responsabilidade socioambiental; e a promoção de relações interculturais entre visitantes e comunidades anfitriãs. As boas práticas identificadas envolvem, sobretudo, povos indígenas, comunidades tradicionais, comunidades da agricultura familiar, assentados da reforma agrária e comunidades de favela (Brasil, 2022).

Em relação aos desafios que o TBC enfrenta, cabe mencionar as experiências relatadas pelo projeto "Turismo Comunitário: Intercâmbio Amazônico", uma iniciativa do Programa de Paisagens Sustentáveis da Amazônia, liderado pelo Banco Mundial e financiado pela Global Environment Facility (GEF). Esta ação teve início em 2021 e

envolveu um grupo de 24 empreendedores locais, líderes comunitários e autoridades governamentais do Brasil, Colômbia e Peru e teve por objetivo capacitar, articular e multiplicar os atores ligados ao que eles denominam de Turismo Sustentável de Base Comunitária (TSBC), para aprimorar o conhecimento e incentivar uma rede de troca de experiências em TSBC entre os três países.

No documento do curso ofertado pelo projeto, a primeira seção discorre sobre a organização social e suas dinâmicas, sob essa perspectiva o conteúdo orienta (Programa de Paisagens Sustentáveis da Amazônia, 2022, p. 23):

- **Estabelecer um ambiente de cooperação**

Diferentes opiniões podem gerar disputa, em alguns casos, resultar em prejuízo para o desenvolvimento das atividades. Identificar e resolver estes conflitos é um caminho para a harmonia necessária e para o efetivo desenvolvimento da iniciativa. Além disso, há normas e padrões sociais dentro das comunidades que são muitas vezes sutis para observadores externos, delineando dinâmicas de poder, tomada de decisões e acesso a recursos.

- **Estabelecer regras de remuneração**

Definir diretrizes e critérios transparentes e majoritariamente aceitos para compensação dos trabalhos e políticas de aquisição local (compras de produtos e serviços locais) podem representar um dos aspectos mais delicados, neste sentido é necessário promover relações de equilíbrio financeiro nas iniciativas e nos empreendimentos.

- **Definir critérios para a repartição justa de benefícios**

É fundamental estabelecer um modelo claro de repartição de benefícios que concilie os ganhos diretos e os ganhos indiretos. A clareza na delineação desse processo é vital não apenas para a promoção de uma distribuição equitativa dos resultados obtidos, mas também para mitigar potenciais conflitos e assegurar a adesão e cooperação de todas as partes envolvidas.

- **Reduzir riscos associados à circulação de novos recursos na comunidade**

A partir das novas captações de recursos podem surgir novos conflitos causados pelas mudanças nas dinâmicas sociais. Problemas como a inflação dos preços dos produtos locais, aumento da concentração de poder e o isolamento de núcleos familiares são algumas das decorrências de um crescimento sem controle. Como postura viável a ser adotada está a observação e monitoramento regular das

atividades, a fim de evitar potenciais riscos.

- **Viabilizar a participação e o protagonismo de jovens e mulheres**

É comum encontrar resistência em inserir mulheres e jovens nas tomadas de decisão de projetos, por parte de muitas comunidades. No entanto, isso representa uma chance para promover a inclusão socioproductiva e empreendedora e o empoderamento feminino. A implementação dessas ações não deve ser vista como imposição externa, mas sim como uma parceria colaborativa entre os diferentes atores envolvidos. As comunidades, as autoridades locais, as organizações não governamentais e os empresários do setor turístico devem trabalhar juntos para criar um ambiente que promova a participação ativa e igualitária de mulheres e jovens, respeitando e valorizando a diversidade cultural.

As experiências vivenciadas nas atividades de turismo em comunidades da Amazônia revelaram desafios significativos na implementação das propostas. Essas dificuldades, compartilhadas pelos participantes, destacam obstáculos que comprometem a efetivação e a manutenção das práticas, levando em consideração a localidade e as particularidades de cada comunidade. No relatório, foram abordadas as seguintes dificuldades (Programa de Paisagens Sustentáveis da Amazônia, 2022, p. 37):

- Limitações para realizar atividades presenciais, devido à falta de recurso para deslocamento, uma vez que as comunidades são, muitas vezes, distantes entre si.
- Falta de equipamento e conexão suficiente para reuniões virtuais.
- Por ser um processo novo, exige um grande esforço para convencer as pessoas de que é possível iniciar esse trabalho - tanto para os que ainda não trabalham com turismo, quanto para os que trabalham com um turismo mais tradicional, para que mudem para um modelo comunitário e sustentável.
- Dificuldade para encontrar financiamento e recursos para realizar a atividade de engajar parceiros.
- Desafio de encontrar parceiros, tanto para financiamento quanto para parceiros técnicos para áreas específicas, como por exemplo, a parte de marketing.
- Ter indicadores para monitorar as ações realizadas, incluindo estruturar sistemas simples de monitoramento da atividade turística.
- O compartilhamento de conceitos é interessante, mas por serem conceitos novos e elaborados, isso não garante que vão ser assimilados ou incorporados por empreendedores e parceiros no curto prazo.

A complexidade em colocar em prática as iniciativas de Turismo Comunitário torna evidente considerar as especificidades locais. As barreiras refletem não apenas

as variadas necessidades e características de cada comunidade, mas também destacam a importância de adaptar as propostas de maneira sensível e flexível. Estabelecer e manter práticas bem-sucedidas requer uma compreensão profunda das dinâmicas sociais, econômicas e culturais de cada contexto comunitário.

3.3 EXPERIÊNCIAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA PARAÍBA

O Governo do Estado da Paraíba lançou recentemente o Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo Paraibano 2022-2030, criado para promover o planejamento integrado e orientar o desenvolvimento descentralizado da atividade turística no estado da Paraíba. No Plano, o TBC é mencionado somente no relatório de diagnóstico da oferta turística, apresentado como uma dinâmica social presente no território do estado. No entanto, não aborda as ações e iniciativas de forma mais clara, apresentando os territórios, as comunidades, as vivências e as atividades que envolvem o TBC na Paraíba.

No estado da Paraíba algumas iniciativas de Turismo de Base Comunitária vem despontando como alternativas para emancipação econômica, resguardo do patrimônio cultural e natural, desenvolvimento local e promoção do turismo responsável. As ações propõem preservar a cultura e o meio ambiente, além de proporcionar experiências que aproximem os visitantes dos moradores locais, vivenciando suas características culturais, formas de produção e comercialização de produtos. Dentre as localidades que se destacam nesse contexto, podemos citar Chã de Jardim, no município de Areia, e o Projeto Doces Tambaba, no município do Conde.

Chã de Jardim, fica localizada a 7 km do centro da cidade de Areia, no distrito de Muquém, microrregião do Brejo, cortada pela PB-079, na adjacência do Parque Estadual Mata do Pau Ferro. A atividade turística na comunidade Chã de Jardim, teve seu início por volta do ano de 1995, quando foi criado um projeto para transformar a Mata do Pau-Ferro em unidade de conservação estadual. Esta empreitada retirou as famílias que viviam dentro da Mata do Pau Ferro e as trouxe para a margem da rodovia, construindo casas e uma fábrica de beneficiamento de polpas de frutas. A atividade envolvendo o turismo era através da visita ao Parque Estadual, porém, pela falta de capacitação e, naquele momento, falta de interesse da população local, os projetos acabaram sendo desativados (Nascimento, 2020).

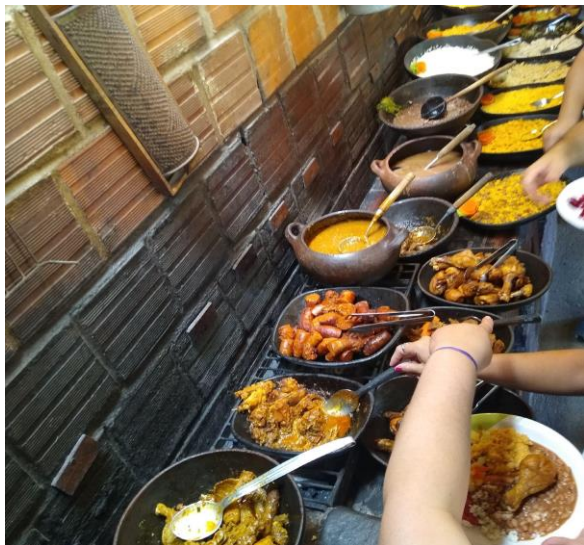
No ano de 2006, um grupo de 20 jovens da comunidade participou de um curso

de associativismo ofertado pelo Senai e logo após o curso, criaram a Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade da Chã de Jardim (ADESCO), com o intuito de se dedicar ao planejamento da atividade turística e gerar renda para a comunidade. Assim, passaram a planejar o turismo na Mata do Pau-ferro e reabriram a fábrica de polpa de fruta. Naquele momento surgiram outros empreendimentos na comunidade, como, por exemplo, o restaurante Vó Maria (figura 1), implementado pela líder comunitária Luciana Balbino, que por sua vez, é uma referência para os demais membros da ADESCO por ter conquistado diversos prêmios e reconhecimento pela sua trajetória em ações de cooperativismo e empreendedorismo criativo. Além do restaurante tem a Bodega Vó Maria que comercializa produtos da região como: doces, artesanatos, plantas, polpas de frutas, frutas desidratadas, rapadura, picolés de frutas, produzidos por moradoras da comunidade (Nascimento, 2020).

Como atividades turísticas locais, a ADESCO, que hoje conta com 28 associados, oferecem os seguintes serviços: trilha; ciclismo; passeio de cavalo; piquenique na mata; pôr do Sol da Vó Maria; Festival do Suco; oficinas de viveirismo e compostagem; e oficina de artesanato de palha da bananeira. Além destes serviços, hoje a comunidade possui o hotel de barracas Sítio Casa de Vó (figura 2), que impulsiona o turismo e possibilita a visita com estadia, tendo como diferencial o maior contato com a comunidade, práticas de plantio e colheita, lida com animais e arvorismo.

No ano de 2019, o projeto Galerias transformou as fachadas das casas em uma galeria de arte. O projeto foi idealizado pelos artistas plásticos Guataçara Monteiro e João Paulo Pessoa, contou com 12 artistas plásticos de 5 estados e com o apoio financeiro de entidades privadas. O projeto uniu arte e cultura e como forma de viabilizar a criação de outros produtos, todos os artistas cederam o direito de imagem de suas criações para a comunidade. O fluxo de turistas aumentou e por isso mais espaços de convívio e estacionamento foram criados para garantir maior conforto e segurança para os que visitam (Ver figuras 03 e 04).

Figura 01. Comida regional servida no Restaurante Vó Maria



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Figura 02. Hotel de barracas Sítio Casa de Vó



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Figura 03. Chã de Jardim antes do projeto Galerias



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 04. Chã de Jardim depois do projeto Galerias



Fonte: Arquivo pessoal (2020)

As iniciativas desenvolvidas em Chã de Jardim ganharam algumas premiações que reforçam seu reconhecimento em nível regional e nacional, como o Prêmio BRAZTOA de Sustentabilidade, em 2014, e no mesmo ano, o Troféu Waldemar Duarte, da Associação Brasileira de Jornalistas do Turismo na Paraíba (ABRAJET-PB), que tem como objetivo a valorização de projetos na área de turismo.

Outra experiência na Paraíba com base nos princípios de TBC, é o projeto **Doces Tambaba**, no distrito de Barra de Gramame, município do Conde. No Projeto

Doces Tambaba, a comunidade compreende o TBC como uma ferramenta para impulsionar sua economia através da produção artesanal de doces típicos da região. A comunidade fica a poucos quilômetros da praia de Tambaba, conhecida por ser um dos poucos balneários voltados para práticas no naturismo no Brasil. Além de promover a sustentabilidade econômica, a iniciativa destaca-se por preservar técnicas tradicionais de preparo de doces, transmitindo conhecimentos entre gerações (Nagabe, 2019).

As mulheres da comunidade eram restringidas principalmente às atividades domésticas, preparo de alimentos, cuidado com a lavoura de subsistência, criação de pequenos animais e produção de artesanato. No entanto, segundo Nagabe (2019), professora do Departamento de Turismo da Universidade Federal da Paraíba, a dinâmica no trabalho das mulheres nesta localidade tem passado por transformações significativas, impulsionadas pelo auxílio, respaldo e estímulo de ONGs, movimentos sociais autônomos e populares, agências de cooperação nacionais e internacionais e instituições governamentais.

Atualmente, o empreendimento emprega e gera renda para as proprietárias, e suas famílias. A produção e comercialização conta com quase todos os membros da família, envolvendo: compra ou colheita das frutas, preparo das receitas, acondicionamento e rotulação dos doces, abastecimento e venda. Cada um deles é remunerado por comissionamento destas vendas ou trabalho realizado. Inicialmente, as frutas eram obtidas a partir do próprio pomar; posteriormente, com uma ênfase na sazonalidade, a preferência recai sobre a aquisição da modesta produção sazonal proveniente dos quintais dos residentes locais. Os ganhos são reinvestidos, permitindo a exploração de novas fontes de receita e a incorporação de outras variedades de frutas. Com o aumento tanto da demanda quanto da diversidade de frutas, a aquisição de insumos evoluiu para uma parceria com distribuidores atacadistas locais. Atualmente, os fornecedores de frutas realizam entregas diretamente no assentamento, demonstrando a consolidação de uma cadeia de suprimentos eficiente e adaptável às necessidades do empreendimento (Nagabe, 2019).

Em 2014, ainda sem possuir capital para construção em alvenaria de uma loja para escoamento de seus produtos, uma comunitária juntamente com familiares construíram uma pequena casa de taipa com barro e madeira (figuras 5 e 6). Apesar de ser uma modesta construção aos poucos, aquele espaço foi se adaptando e se

moldando de acordo com o crescimento das demandas e fluxo dos turistas. Com parcerias feitas com empresas de turismo que atuam na região, a cada dia, o projeto doces de Tambaba ganha mais fôlego e se torna cada vez mais notório. São os guias de turismo, especialmente os bugueiros, os principais divulgadores do negócio. Esses profissionais, apesar de não receberem comissionamento, tornaram-se por apreço e respeito às empreendedoras, vendedores da marca e da história do negócio e das memórias de suas protagonistas (Nagabe, 2019).

Figura 05. Loja de Doces de Tambaba



Fonte: Portal Turismo em Foco (2023)

Figura 06. Loja de Doces de Tambaba



Fonte: Portal Turismo em Foco (2023)

Como as paradas na loja Doces de Tambaba são de público que está de passagem, ou seja excursões de parada breve, esse breve tempo dificulta laços afetivos entre visitantes e moradores locais e a compreensão dos valores simbólicos que singularizam o produto local em comparação com outras incursões na região. Segundo relata Nababe, a partir da percepção dos empreendedores, o que mais impacta negativamente são os serviços de higienização, especialmente nas instalações sanitárias. Os turistas em massa estabelecem, quando estabelecem, conexões efêmeras, demonstrando menor zelo pela limpeza e higiene de áreas comuns (Nagabe, 2019).

Outra realidade constatada é que, grupos menores, formados por os turistas que chegam em veículo próprio, com empresas receptivas menores, ou conduzidos por buggys e quadriciclos, passam um tempo maior no local, consumindo e interagindo com os moradores, sob forte estímulo dos guias e condutores. Esta relação vai de

encontro aos princípios de TBC vistos anteriormente e enaltecendo as tradições e estimulando o consumo da experiência no lugar promovem consumo mais lento e intenso dos produtos locais.

Na Paraíba, como nos demais estados da federação, iniciativas como as de Chã de Jardim e a de Barra de Gramame envolvendo o Turismo de Base Comunitária evidenciam uma crescente conscientização sobre a importância da sustentabilidade e do envolvimento local na atividade turística. Esses esforços representam passos significativos em direção a um modelo de turismo mais inclusivo, participativo e benéfico para todas as partes envolvidas.

4 AS COMUNIDADES EM FOCO: DO MARINHO E DO BRAVO

A região dos Lajedos do Cariri Paraibano tem atraído um número expressivo de visitantes há mais de duas décadas. A motivação principal baseia-se na contemplação das belezas naturais, na riqueza da fauna e flora típicas do bioma da Caatinga e nas vivências da cultura tradicional das comunidades (figuras 7 e 8).

A condição geológica é o que desperta maior interesse por essa região e representa grande valor simbólico. Os lajedos têm inspirado diversas produções literárias, cinematográficas, pesquisas científicas e produção de roteiros turísticos instigados pela experiência de vivência nas comunidades e imersão nas peculiaridades do Semiárido Nordestino. Na região, mais de 20 produções cinematográficas foram gravadas, entre longas e curtas metragens, além das novelas, a exemplo de: O Auto da Compadecida (2000), Viva São João (2002), Lisbela e o Prisioneiro (2003), O Caminho das Nuvens (2003), Aspirinas e Urubus (2005), Canta Maria (2006), Romance (2008), Onde Nascem os Fortes (2018), e muitos outros. Essas gravações impulsionaram a atratividade turística e fortaleceram toda uma cadeia de serviços nas áreas de hospedagem, alimentação, roteiros turísticos e aluguel de equipamentos (Tavares, Araújo & Webber, 2015).

Figura 07. Praça central na Comunidade do Marinho



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Figura 08. Lajedo do Bravo. Lagoa do Planetário



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Segundo Fialho (2010), os habitantes do Cariri são descendentes diretos dos índios tapuias que secularmente habitaram essa região e na cultura tapuia a

hospitalidade era levada muito a sério. Nas palavras de Djair Fialho (2019), morador e liderança comunitária no distrito do Bravo, “a cordialidade transmitida nos gestos simples e sorriso aberto enchem de afeto as relações, e quem visita sempre acaba experimentando ao menos um passeio pelas pinturas rupestres, lagoas do lajedo ou provando da culinária local, típica do Nordeste”.

A hospitalidade é uma característica marcante nas duas comunidades em estudo: comunidade do Marinho, em Boqueirão, e comunidade do Bravo, em Cabaceiras.

O acesso a essas comunidades, a partir de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, pode ser feito por duas rotas, de distâncias aproximadamente iguais: pela BR-230 até Campina Grande (133 km) e depois pela PB-148 até Boqueirão (52 km) ou até Cabaceiras (23 km); ou pela BR-230 até a localidade Praça do Meio do Mundo (167 km), de onde se acessa a BR-412 até a cidade de Boa Vista (20 Km), ou até Cabaceiras (32,4 km).

Cabe destacar que as duas comunidades estão abarcadas pelo Projeto Geoparque Cariri Paraibano (figura 9), ainda em fase de implantação, que vem despertando atenção e que pode vir a corroborar com as iniciativas de subsistência das comunidades.

Figura 09. Logo do Projeto Geoparque Cariri Paraibano

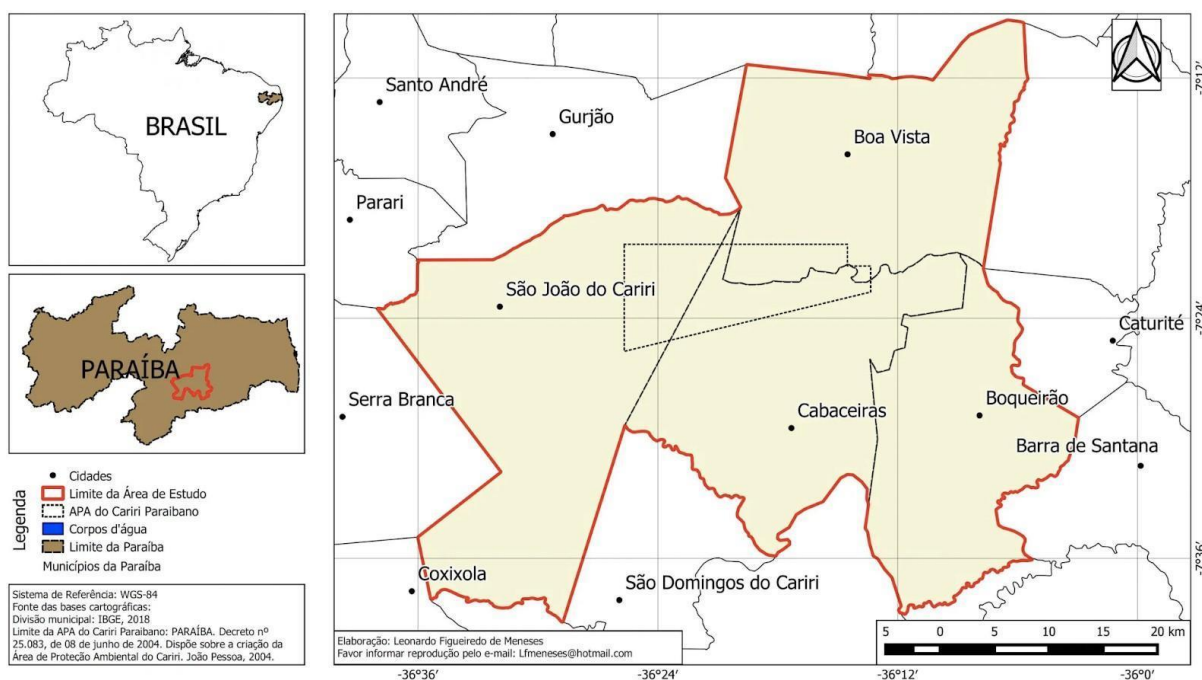


Fonte: Geoparque Cariri Paraibano (s/d)

O projeto está sendo elaborado por meio de uma parceria entre a Universidade Federal da Paraíba (UFPB – Campus IV – Litoral Norte), Serviço Geológico do Brasil

(CPRM), organizações sociais e as comunidades locais dos municípios de Cabaceiras, Boqueirão, São João do Cariri e Boa Vista. O mapa a seguir identifica a área de abrangência do projeto.

Mapa 02. Área do Projeto Geoparque Cariri Paraibano



Fonte: Geoparque Cariri Paraibano (s/d)

O Projeto Geoparque Cariri Paraibano compreende uma área de 1.980 Km², onde foram identificados 15 geossítios², que ressaltam o patrimônio geomorfológico e o patrimônio arqueológico da região.

A ideia ao se criar um geoparque é a de gerar atividade econômica, a partir do (geo)turismo de forma sustentável, e ao mesmo tempo exaltar geossítios de importância científica, ou expressiva raridade ou beleza, valorizando ainda aspectos arqueológicos, ecológicos, históricos ou culturais destes locais. (Geoparque Cariri Paraibano, s/d)

Nota-se, portanto, a potencialidade turística da região voltada para o segmento

² Geossítio: são locais bem delimitados graficamente e que concentram formações geológicas com um grande valor científico, estético, ecológico, turístico, cultural e educativo. Rochas, fósseis, ou até mesmo o solo podem estar entre as características próprias destes locais e ajudam a contar a história da Terra. Um conjunto de geossítios forma o geopatrimônio (ou patrimônio da geodiversidade) de uma determinada área" (Geoparque Cariri Paraibano, Glossário da Geodiversidade).

de geoturismo, que pode ser desenvolvido a partir dos preceitos do Turismo de Base Comunitária, envolvendo as comunidades rurais dos municípios abarcados pelo projeto.

A seguir, uma breve contextualização das comunidades rurais do Marinho e do Bravo, revelando a forma como estão integradas à cadeia produtiva do turismo local.

4.1 COMUNIDADE DO MARINHO, BOQUEIRÃO/PB

O Distrito do Marinho possui aproximadamente 800 residentes e é o único distrito do município de Boqueirão/PB, o qual tem uma população total de 17.598 habitantes (IBGE, 2023). O distrito fica a 14 km do centro da cidade, por estrada de terra, e a cerca de 180 km da capital João Pessoa.

A história do povoamento do distrito é marcada por um engenhoso e ao mesmo tempo rudimentar sistema de recolhimento das águas de chuva que se perdiam escoando naturalmente pelos lajedos. A partir da observação de um antigo morador e através de muito trabalho manual, a comunidade mudou sua realidade passando a armazenar as águas por meio da gravidade e formas sinuosas das rochas, criando um grande reservatório comunitário acessível a toda vizinhança, mesmo estando em propriedade particular.

A comunidade do Marinho alimenta as tradições e a cultura transmitidas através das gerações. As manifestações culturais, as festas populares e os saberes ancestrais conferem ao Marinho um profundo senso de identidade e pertencimento, estabelecendo uma conexão íntima entre o passado e o presente.

O distrito com seu núcleo de habitações, comércio e atividades cotidianas vem se destacando no cenário do turismo rural de experiência, graças aos aspectos paisagísticos, especialmente pelos lajedos, e às opções de trilhas, cavalgadas, camping sobre o lajedo, gastronomia e artesanato. Este conjunto de fatores faz com que a vila do Marinho seja o principal destino envolvendo o turismo rural do município de Boqueirão, ofertando os serviços e produtos mapeados e ilustrados na figura 10.

Figura 10. Mapeamento dos produtos e serviços turísticos da Comunidade do Marinho



Fonte: Produzido a partir do Sistema Brasileiro de Coordenadas (2023)

A Associação das Crocheteiras e Condutores Turísticos do Lajedo do Marinho (ASCCROM) foi criada em 2017, dada a necessidade das crocheteiras e dos condutores locais terem maior representatividade para tomarem decisões coletivas e falarem em nome do grupo. Após a criação da ASCCROM, outros membros e seus produtos foram agregados. Hoje a Associação possui 25 membros que desempenham tarefas e possuem responsabilidades de forma equitativa. Os membros são condutores, artesãos, produtores agrícolas, apicultores e crocheteiras. Para a exposição e venda dos seus serviços e produtos, criaram um empreendimento chamado "Lojinha Criativa". A vila também conta com uma bodega e com a sede da ASCCROM, uma acolhedora residência transformada em ateliê, onde as artesãs recebem os turistas e demonstram o processo de produção, em meio às conversas, causos e expressões da cultura paraibana e caririense.

A Associação tem a preocupação em dar as condições para que os visitantes possam aproveitar ao máximo a experiência no Marinho. A ideia de montar um restaurante com estrutura voltada para receber os visitantes é algo já pensado e planejado, no entanto, não saiu do papel. Não há restaurante na comunidade, as refeições para grupos são agendadas com antecedência. Os restaurantes situados no centro de Boqueirão são as opções disponíveis aos turistas.

No Marinho, as refeições são produzidas nas cozinhas de algumas famílias, todos são vizinhos e partilham muitas atividades cotidianas e integram a Associação. As frutas e hortaliças são cultivadas em propriedades próximas, algumas famílias realizam produção agroecológica e escoam seus produtos pelas comunidades da região e em feiras.

Para a produção de mel, alguns apicultores possuem colmeias em suas propriedades no entorno da vila, outros adentram a mata da Caatinga em busca do mel das abelhas selvagens. Essa atividade, que depende da florada de algumas espécies e consequentemente dependem das chuvas, condiciona a retirada da produção ao período de inverno. No verão, com a escassez das flores, os apicultores saem para outras cidades para negociar o mel e manter a venda reduzindo a sazonalidade na comercialização.

O reconhecido crochê da comunidade, com seu colorido entrelaçado de lãs de algodão, figuram flores, cactos, pássaros, que remontam a paisagem local (figuras 11 e 12). Essa expressão delicada, acompanha gerações de famílias e é uma atividade que movimenta um grupo de mulheres, conhecidas como as "Crocheteiras do

Marinho-PB” (Crochêma).

Figura 11. Artesanato em Crochê



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 12. Estande Crochêma no 27º Salão do Artesanato Paraibano



Fonte: Acesso pessoal (2023)

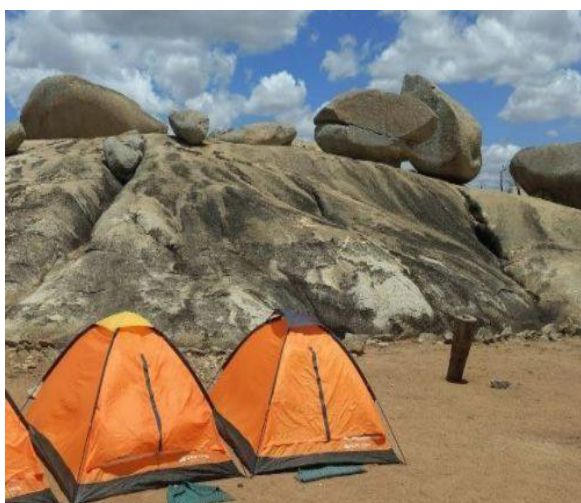
A presença do Sebrae/PB, a partir de 2014, fez com que a intenção de trabalhar o turismo não se restringisse apenas à visita aos lajedos, mas também incluísse aspectos culturais, o que representou avanços para a criação de novos produtos. As capacitações para o atendimento ao turista e os cursos de condutores locais e de manipulação de alimentos impulsionaram a vila do Marinho, dando visibilidade e conquistando novos mercados, inclusive viabilizando a participação em eventos de promoção turística, como feiras e congressos.

A visita ao lajedo é aberta o ano todo, apenas em uma data específica eles fecham para as famílias, no réveillon. Essa confraternização é feita para as 18 famílias herdeiras das terras que são usadas para o turismo. Os serviços turísticos disponibilizados no Marinho estão voltados para pequenos grupos, divulgados e comercializados por agências de turismo.

Os que buscam sossego e/ou aventura no Marinho podem se hospedar num camping instalado sobre o próprio lajedo, em área privada, cedida à Associação para uso destinado ao turismo e à preservação da área (figura 13). Esta vivência objetiva propiciar um maior contato com a paisagem, flora e fauna dos lajedos, entre as opções de atividades de trilhas, gastronomia regional, produção de queijos, mel, doces e da

rica experiência junto à comunidade local (figura 14).

Figura 13. Lajedo do Marinho. Área de Camping



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 14. Doces e mel do Marinho



Fonte: Acesso pessoal (2023)

No camping foram instalados apoios como: banheiros com ducha, ducha externa, cozinha aberta, refrigerador equipado com bebidas, adega com vinhos, espaço para as barracas sob a sombra de um umbuzeiro, mesas e redes. O acesso se dá pela lateral da casa de um morador. Há duas porteiros dando acesso ao quintal e em seguida uma curta trilha com subida até o camping, nesse percurso o visitante passa por espécies de vegetação típicas do bioma da Caatinga como: juazeiros, cajueiros, umbuzeiros, velames, macambiras, facheiros, dentre outros. Cada visita se inicia com uma explicação destas plantas e árvores, assim como as propriedades medicinais e histórias por trás de muitos elementos que compõem a paisagem natural e a cultura local.

Os atrativos mais procurados no Marinho são três trilhas, que se situam em quatro propriedades. Elas têm diferentes níveis de dificuldade e variam entre dois, quatro e seis km de extensão. Cada visitante paga uma taxa de R\$2,00 pela entrada na propriedade, esses valores ajudam na manutenção e a custear outras despesas.

Os pontos fortes das trilhas são as riquezas bióticas e abióticas, os sítios arqueológicos que trazem à tona a ocupação do território pelos índios Cariris, a fauna, além da possibilidade de conhecer a região marcada pela adaptação ao clima semiárido e aos longos períodos de seca. Ao retornar o visitante passa pelo terreno

que pertence à família de um antigo morador que, às vésperas de completar 70 anos, é responsável por conduzir os visitantes nas trilhas.

Outro ponto bastante visitado são as Furnas da Rufina, local onde ocorrem estudos arqueológicos. Lá foram encontrados ossos humanos e por este motivo parte do local tem acesso restrito e exige cuidado intensificado para preservar a área. Os moradores contam uma lenda que ao passar por dentro da fumaça se acaba o casamento, outras histórias de assombração são assuntos comuns nas rodas de conversa. Há também, segundo moradores, registro da passagem de Antônio Conselheiro pela região do Cariri, fato que motivou a comunidade a adaptar no roteiro das trilhas uma dramatização com um figurante fazendo referência a esse personagem.

Nas áreas do entorno da vila do Marinho que possuem sítios arqueológicos, estão sendo desenvolvidas pesquisas, que buscam, produzir conhecimento sobre evolução no planeta e conservar o patrimônio arqueológico e geológico. Esses estudos contam com a parceria entre a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), envolvendo os professores arqueólogos Flávio Moraes e Plínio Vitor de Araújo.

Ainda sobre as iniciativas da comunidade que visam ampliar as opções de visitação na vila do Marinho, a ASCCROM pretende inaugurar o Museu Arqueológico do Marinho (MAM). Segundo o Diretor de Cultura do município de Boqueirão, os trâmites para abertura do museu dependem da aprovação do chamado plano museológico exigido pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). “Este documento está sendo desenvolvido e é necessário a assinatura de um responsável. Estamos em contato com o Iphan, que se mostra bastante solícito para sanar as dúvidas, mas estamos aguardando essa liberação”, relata o Diretor de Cultura (2023). Já com local definido, bem no centro do distrito, este equipamento servirá para expor achados arqueológicos e paleontológicos, além de uma linha do tempo, apresentando o processo de ocupação da região do Cariri Paraibano. O MAM é, portanto, mais uma iniciativa comunitária para incrementar os atrativos culturais da vila do Marinho.

4.2 COMUNIDADE DO BRAVO, CABACEIRAS/PB

A comunidade do Bravo fica no limite do município de Cabaceiras, a 20 km do centro, bem na divisa com o município de Boa Vista, a 11 km do centro, e a 185 km da capital João Pessoa. O geossítio do Bravo possui 4,35 km² de extensão, onde se destacam sua formação geológica, geomorfológica, sítios paleontológicos, arqueológicos, históricos e biogeográficos (Lages, Ferreira, Meneses, Nascimento & Fialho 2018). A comunidade está situada dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) do Cariri³, unidade de conservação estadual, de uso sustentável, instituída pelo Decreto nº. 25.083, de 8 de junho de 2004.

Na comunidade do Bravo residem cerca de 50 famílias. O acesso se dá pelas estradas de terra vermelha, passando pelas indústrias de extração de bentonita. No distrito há apenas dois núcleos de habitações com poucas moradias, igreja, escola e posto de saúde (figuras 15 e 16).

Figura 15. Sinalização por Cabaceiras



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Figura 16. Distrito do Bravo



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

A geração de emprego e renda no Bravo provém da ovinocultura, caprinocultura (figura 17), mineração de bentonita (que emprega maior número de pessoas) e dos

³ A APA do Cariri possui uma extensão de 18.560 km, que abarca cerca de 250 famílias, e é administrada pela Superintendência de Administração do Meio Ambiente da Paraíba (SUDEMA).

poucos serviços gerados pelo visitantes. A monocultura da palma é uma das poucas que resiste às altas temperaturas e ao solo seco da região, e para os animais é muitas vezes o único alimento.

A rotina das famílias é ditada pelo sol. No Semiárido, onde as temperaturas chegam aos 40° e a escassez de chuva pode passar de cinco anos, a labuta começa cedo às 5h, com uma pausa na metade do dia e, a depender do trabalho e da temperatura, só retomam às 16h, quando "o sol já está mais baixo" (figura 18). Segundo o geólogo, Djair Fialho (2019), "a vida se adaptou à falta d'água. O nosso corpo exige menos água. Quase não sinto sede, mesmo quando estou longe daqui".

Figura 17. Lajedo do Bravo. Pecuária de Caprinos



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 18. Rotina de trabalho na comunidade do Bravo



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Na visita aos matacões⁴ com gravuras rupestres, o guia ou condutor local explica a natureza das formas geológicas e pigmentos, assim como contextualiza as expressões iconográficas das tradições Agreste e Itacoatiara. Alguns visitantes participam de práticas sensíveis na trilha, com a finalidade de aguçar os sentidos e ampliar a percepção do local. Esse momento dá margem à reflexões e pensamentos sobre a intenção por trás de cada traço esculpido ou tingido nas rochas (figura 19).

Historicamente os lajedos sempre foram abrigo e ambiente de disputa territorial, por ali muitos povos passaram e deixaram marcas, que testemunham esses convívios

⁴ Matacões são fragmentos de rocha com diâmetro maior do que 25 cm, apresentando formas esféricas, podem ter várias origens, muitas vezes redondos por esfoliação esferoidal, remanescentes da erosão do solo, ou como material sedimentar originado por desgaste erosivo em rios, em leques aluviais ou junto a falésias com o embate de ondas. (Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos, 2022)

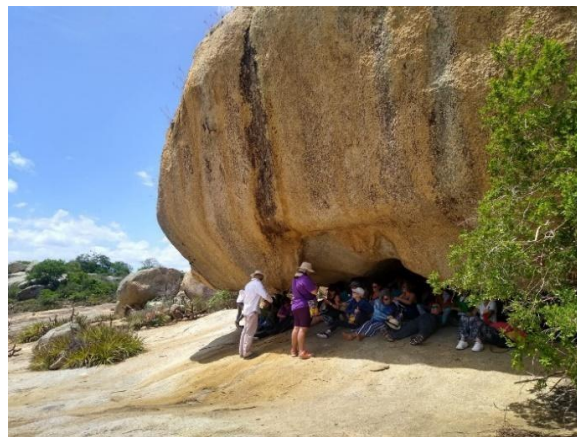
há milhares de anos. Os lajedos, nas suas formas naturais com concavidades, represam as águas e são habitat de muitas espécies animais e vegetais e possuem uma infinidade de abrigos, chamados de furnas, que serviram de refúgio para os povos originários e animais da fauna (figura 20).

Figura 19. Lajedo do Bravo. Gravuras rupestres



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 20. Lajedo do Bravo. Furnas dos Tapuias



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

O Lajedo do Bravo fica a uma distância de aproximadamente 500 metros do núcleo das casas do vilarejo. A permissão de acesso eles dão aos amigos, visitantes e pessoas que estejam desenvolvendo pesquisas, uma vez que se trata de uma área privada, com elementos de grande importância de natureza biótica e abiótica, sítios arqueológicos e patrimônio cultural a serem preservados.

Para chegar ao lajedo cruza-se duas porteiras numa trilha de terra e emoldurada com as espécies mais comuns do bioma da caatinga, como cactáceas, algarobas e facheiros. Comum também é observar a todo tempo roedores como: os mocós, preás e diversas espécies de lagartos e pássaros. Essa experiência imersiva na Caatinga aprofunda a percepção quanto aos ruídos e cheiros, e claro, provoca sensações de relaxamento e também de alerta, uma vez que se está diante de espécies que podem representar riscos como cobras, escorpiões, aranhas ou até mesmo os espinhos das árvores. As cobras mais comuns, segundo moradores, são espécies peçonhentas como jararaca e cascavel.

Na localidade, os pontos fortes para visita são as furnas, as lagoas naturais, os cemitérios indígenas, as lendas e as sabedorias populares que permitem ao

visitante uma experiência de imersão única. Na figura 21, identificamos os principais produtos e serviços turísticos da comunidade do Bravo.

Figura 21. Mapeamento dos produtos e serviços turísticos da Comunidade do Bravo



Fonte: Produzido a partir do Sistema Brasileiro de Coordenadas (2023)

No Bravo, há trilhas longas que atravessam vários outros lajedos com alto grau de dificuldade e trilhas curtas, as mais exploradas entre os que visitam o local. Dentre os atrativos visitados nas trilhas curtas, os guias e condutores locais conduzem para: os Matacões e Pinturas Rupestres da tradição Itacoatiara e Agreste; as Furnas dos Tapuias; os Jardins de Cactos; a Lagoa do Planetário; e a Pedra da Fertilidade Feminina. Todas as visitas são acompanhadas por condutores locais, geralmente jovens da comunidade.

O Lajedo do Bravo, portanto, tem potencialidades culturais e paisagísticas para o desenvolvimento do turismo. No entanto, é perceptível no atual contexto econômico das famílias, que pelas dificuldades de suprirem as necessidades básicas, muitos tendem a migrar na busca de oportunidades de melhoria na qualidade de vida, de empregos, acesso a serviços básicos e educação.

A partir das demandas e das necessidades crescentes, os moradores do Bravo criaram a Associação de Moradores do Geoparque do Cariri, no ano 2011. A Associação permitiu aos moradores maior acesso a benefícios sociais, além de ser um espaço para discutir e decidir pautas comuns à comunidade. A sede fica numa das casas, um imóvel simples, com cerca de 100m² que abriga uma pequena biblioteca, uma mesa para reuniões, uma cozinha, um terraço voltado para comunidade e dois quartos para receber e dar dormida aos pesquisadores e eventualmente alguns visitantes.

A comunidade do Bravo possui poucas construções, mas tem elementos marcantes que orientam e dão sentido aos espaços de convívio: a capelinha, a escola, o campo de futebol no centro da vila e uma frondosa algaroba, árvore de médio porte originária dos Andes que se adaptou ao clima do Nordeste e hoje salpica de verde os cenários mais áridos.

Durante a pesquisa de campo, foi possível observar o cotidiano de trabalho, descanso e lazer dos moradores e o fluxo de visitantes. Além dos que chegam em carros de passeio, com ou sem agendamento, também chegam grupos vindos de agências ou de parceiros como a Pousada Matuto Sonhador, que está situada a 12 Km do Bravo, como relata um morador:

O turismo na comunidade se desenvolve a partir de alguns hotéis que nós temos na região de Cabaceiras. Então pessoal vem de Cabaceiras para poder fazer esse passeio aqui no Lajedo do Bravo. Às vezes nos conhecem via redes sociais,

se apresentam e marcam para poder ver as belezas naturais aqui da região. (EB. 02, 2023)

A parceria entre alguns comunitários do Bravo com a Pousada Matuto Sonhador surgiu da necessidade de oferecer algo diferenciado para os hóspedes. Deste diálogo criou-se o atrativo do nascer do sol sobre o Lajedo do Bravo, pelo fato de não haver nada similar ofertado nos outros lajedos, considerando a posição geográfica favorável do Lajedo do Bravo por estar voltado para o leste. O café da manhã para os hóspedes muda a logística na cozinha da Pousada Matuto Sonhador, tudo acontece antecipando os serviços para que as cestas estejam prontas para o embarque dos hóspedes antes do sol nascer. A ideia é proporcionar uma experiência única, em um horário pouco explorado pelos empreendimentos e agências.

Quanto aos grupos trazidos pelas agências, esses geralmente variam de 10 a 25 pessoas e buscam além de fazer as trilhas e observar a paisagem, conhecer o cotidiano e o modo de vida das pessoas que ali residem.

Como não há hospedagem como pousadas e hotéis na comunidade, alguns acampam em locais predefinidos pelos condutores locais, outros se hospedam em casas de alguns moradores ou na sede da Associação, que também é um local de curta estadia para visitantes que desenvolvem pesquisas ou dão algum suporte para demandas da comunidade.

Assim como faltam equipamentos de hospedagem, na comunidade também não há serviços de alimentação como restaurantes, uma deficiência que trava a permanência por mais tempo dos visitantes e acaba direcionando a geração de renda para localidades próximas mais equipadas com infraestrutura de apoio.

Aqui, eles [turistas] só fazem passear lá no lajedo e vão embora. Não fica mais porque não tem um lugar pra eles ficarem hospedados. Eu acredito que se tivesse uma pousada um lugar para eles ficarem eles iriam consumir tudo por aqui não ia para outro canto não. (EB. 02, 2023)

No Lajedo do Bravo, o fluxo é majoritariamente de turistas que se programam principalmente para visitarem atrativos do centro de Cabaceiras e o Lajedo de Pai Mateus, o lajedo mais famoso e visitado da região do Cariri. O Turismo Científico e o Turismo Pedagógico são os que mais atraem visitantes ao Bravo, parcerias com

universidades e escolas acontecem por intermédio de professores geralmente de disciplinas de história e de cultura.

O Bravo fica próximo à rodovia PB-160, cerca de 500 metros, apesar disso ainda não há um suporte voltado para as visitas, como sinalização, posto para informações, banheiros e manutenção do acesso.

Dados fornecidos pela Associação dos Moradores do Geoparque do Cariri, apontaram que no ano de 2018 o número de visitas para o Lajedo de Pai Mateus foi de 7 mil visitantes, enquanto que no Lajedo do Bravo foi de 2 mil. Um número considerável levando em conta a falta de infraestrutura de receptivo na localidade e até mesmo de sinalização. Esses dados, que são anteriores à pandemia de covid-19, mostram a potencialidade do Lajedo do Bravo como atrativo turístico, possibilitando o maior envolvimento dos moradores locais, que atualmente pouco aproveitam os fluxos de visitantes no local.

Hoje as visitas ao Lajedo do Bravo funcionam tanto por agendamento como de forma espontânea de acordo com o interesse do visitante e a disponibilidade do condutor. Eles não fazem registro destas visitas e tampouco registram dados sobre satisfação, insatisfações e sugestões para melhoria dos serviços. Mas reconhecem a necessidade de implantar medidas de gestão e a importância em estabelecer parcerias com outras instituições de apoio às atividades turísticas.

5 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E PROXIMIDADE COM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Nessa seção, apresentamos uma discussão dos resultados da pesquisa referentes ao processo de organização comunitária e suas diferentes formas de organização, identificando os fatores endógenos e exógenos que permitem explicar e compreender o envolvimento (residual, parcial ou integral) das comunidades no turismo local. Para isso, adotamos como referência teórica-metodológica os organizadores sociais de Matos (2003, 2012). Também analisamos se as comunidades estão próximas de desenvolver o turismo sob os princípios do Turismo de Base Comunitária, quais sejam: autogestão, equidade social, cooperação, solidariedade, responsabilidade socioambiental e interculturalidade (Brasil, 2023).

5.1 ORGANIZADORES SOCIAIS

Para compreensão das organizações sociais presentes nas comunidades estudadas, buscou-se a princípio compreender os elementos que a estruturam, podendo diferentes elementos coexistirem simultaneamente. Segundo Matos (2012), identificar os tipos de **organizadores sociais** ajudam na compreensão dessa dinâmica envolvendo os indivíduos e o modo pelo qual alicerçam suas relações.

Nas comunidades do Marinho e do Bravo há a presença de organizações sociais de base, caracterizada pela construção de relações e vínculos entre as pessoas que compartilham um mesmo espaço (Matos, 2012). No caso da comunidade do Marinho foi possível identificar **organizadores instrumentais** (político, econômico e gerencial) e **organizadores simbólicos** (religiosos e históricos). No caso da comunidade do Bravo foi possível identificar **organizadores instrumentais** (político), **organizadores simbólicos** (religiosos e históricos) e **organizadores imaginários** (liderança).

Os **organizadores instrumentais** é notável na presença das associações, tais como: a Associação de Moradores do Geoparque do Cariri, envolvendo moradores do Bravo, criada em 2011; e a Associação das Crocheteiras e Condutores Turísticos do Lajedo do Marinho (ASCCROM), criada em 2017. Essas organizações não apenas

atuam como intermediárias na busca por financiamento e suporte governamental, mas também desempenham um papel de mediadoras entre a comunidade e diversas forças políticas, organizações não governamentais (ONGs) e outras entidades externas.

Em ambos os casos, apesar de nem todos os entrevistados demonstrarem alinhamento com a Associação, todos reconhecem que ela é uma forma de poder de pressão e de ação coletiva, e destacam sua importância para as articulações com os respectivos Municípios e Estado para a melhoria da qualidade de vida em cada distrito, constituindo-se num importante **organizador instrumental político** da comunidade, concentrando suas demandas e representando seus interesses.

Nesse sentido, cabe destacar que a Associação de Moradores do Geoparque do Cariri, da comunidade do Bravo, tem por característica ser um organizador político para a conquista de benefícios sociais para a comunidade, com a atuação ativa de poucos integrantes da comunidade, que se articulam para trazer benfeitorias na área de infraestrutura, educação e preservação dos lajedos.

Através de outras iniciativas que estão acontecendo aqui, que estamos voltando a nos reunir e a montar grupos para e poder desenvolver mais esse local. Por exemplo, para a construção de cisternas e poços artesianos está sendo conversado aqui na comunidade para a gente poder trazer esse benefício para região. (EB. 02, 2023)

No entanto, na comunidade não há iniciativas de associação e cooperativismo envolvendo atividades produtivas. A associação da comunidade do Bravo é o espaço para reivindicar melhorias para a comunidade, porém as reuniões não são tão frequentes, tem baixa adesão dos comunitários e é mais dependente da figura do líder.

Já no caso do Marinho, a associação ASCCROM além de ser um organizador político, também se configura como um **organizador econômico e gerencial**, visto que os indivíduos se mobilizam para o engajamento em atividades econômicas relacionadas aos seus meios de subsistência e à melhoria da qualidade de vida sob o pressuposto de que "a união faz a força" e buscam fortalecer a articulação da comunidade pela ação associativa, utilizando processos de planejamento e gestão das atividades produtivas coletivas.

Segundo associado da ASCCROM, que ingressou nas atividades do turismo em 2016 e hoje desempenha papel importante na gestão e articulação da Associação:

Hoje quando a gente se comunica com prefeitura, organização ou instituição, o contato se dá por meio de um ofício em nome da ASCCROM, isso nos abriu portas não somente no município mas em outras cidades e até outros estados por meio da mobilização coletiva. Entendemos que unidos somos muito mais fortes. [...] Em nome da Associação podemos pedir melhorias para todos, como o exemplo dos dessalinizadores, que conseguimos e as pessoas achavam que era uma ação da prefeitura e na verdade foi uma ação coletiva da Associação e que chegou via esfera Federal. (EM. 01, 2023)

Os moradores da comunidade do Marinho apresentam maior engajamento para discutir, elaborar estratégias e gerenciar ações no sentido de desenvolver e distribuir de forma mais equitativa as atividades e benefícios para os membros da ASCCROM e população residente, assim como possuem maior clareza dos objetivos coletivos que desejam atingir.

Cerca de 25 famílias trabalham envolvidas diretamente nas atividades e no apoio logístico da Associação das Crocheteiras e Condutores Turísticos do Lajedo do Marinho. As atividades econômicas envolvem serviços de alimentação, de condutores locais, artesanato de crochê, venda de produtos, além da produção de mel, queijo, doces, ovos e galinha de capoeira. Segundo relata um membro da Associação, de cada família pelo menos quatro pessoas estão envolvidas nestas atividades, chegando em um número aproximado de 100 pessoas envolvidas diretamente. Indiretamente também atinge outros empreendimentos do entorno como: bares, mercadinhos, lanchonetes, hospedagem dentro e fora dos limites do Marinho que oferecem seus serviços ligados a cadeia econômica promovida pelo turismo nos lajedos. Um dos moradores que atuou e conduziu grande parte das mudanças, abrindo caminhos para o desenvolvimento do turismo, em entrevista conta que:

Um grande avanço para nossas atividades foi a criação do CNPJ da ASCCROM, com isso, se pode ter acesso a programas de fomento; representatividade nas decisões junto à esfera pública e privada; a venda dos produtos passou a ser diretamente para a conta da associação, fato que deu maior credibilidade e segurança na produção e no escoamento dos produtos e atividades na comunidade. (EM. 01, 2023)

No Marinho, ocorre uma maior participação por parte dos moradores locais nas ações promovidas de forma coletiva. O Sebrae/PB classifica as Crocheterias do Marinho como um caso de sucesso tanto pela dedicação ao trabalho, como pela

qualidade dos seus produtos. Segundo o consultor do Sebrae/PB, as crocheteiras do Marinho estão sempre articuladas, procurando participar dos eventos e feiras.

Elas muitas vezes ficam esperando eventos, como feiras estaduais, regionais ou excursões como a expedição do Ronaldo Fraga que inclui nas vivências a apresentação dos processos de produção dos artesanatos, exposição de suas peças e também já insere nos custos, contratos com artistas locais como sanfoneiros, banda de pífanos e cantores. (Consultor do Sebrae/PB, 2023)

Elas também buscam estimular a participação de outras pessoas no processo de produção do crochê, apesar de o grupo ainda não conseguir sensibilizar os mais jovens do Marinho a ingressarem nas atividades com o artesanato.

Na gestão das atividades, outra característica observada no Marinho é a comercialização e geração de renda de forma socializada, quando se consome algum produto ou serviço os valores vão para a conta da ASCCROM e a distribuição é feita de forma responsável com a comunidade que participa.

Ações coordenadas e implementadas no Marinho dificilmente não passam pela aceitação até mesmo dos que não fazem parte da ASCCROM e isso porque toda a comunidade se beneficia com as causas que assumem. Segundo um morador, muitas das ações dependem da união e da colaboração dos associados e geralmente contam com a participação de todos.

Sobre a implementação de novas formas de gerir os recursos que circulam no Marinho e buscar tornar seus produtos mais atrativos, um membro da ASCCROM comenta: “Um sonho meu é implementar na comunidade uma moeda própria. Precisamos evoluir e buscar conhecimento para criar essa moeda na comunidade. Como também obter a identidade geográfica do 'crochê do Marinho', que virá via UEPB” (EM. 01, 2023).

Além da ASCCROM, o Marinho tem representantes em outras associações como a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Boqueirão (ACCOB) e a Associação dos Apicultores do Município de Boqueirão, cujos presidentes são moradores do distrito do Marinho. Tem também a Associação dos Moradores do Marinho, porém essa não se encontra em plena atividade.

Neste sentido, o que se observa é uma participação e um envolvimento social mais massivo dos comunitários do distrito do Marinho em atividades associativistas e cooperativas. Mesmo os que não estão diretamente ligados a alguma associação ou cooperativa, tem dentro de suas atividades cotidianas maior contato com grupos que

pensam de forma coletiva e gerenciam ações coletivas.

Já, no caso do Bravo, não se identificam na comunidade organizadores econômicos e gerenciais. Um fator mencionado por um morador como determinante para a baixa participação dos indivíduos nas atividades associativistas relacionadas aos meios de subsistência, é o fato de que grande parte das famílias tem pessoas empregadas nas indústrias de mineração e na prefeitura do município de Boa Vista (município limítrofe).

Boa Vista é um município próspero e está em quarto lugar em renda per capita do estado, especialmente pelo tributo gerado pela extração de minério no município. Esta condição sempre foi definidora para que grande parte da população voltasse os olhos para os serviços nas mineradoras, além destas outras fontes de renda são: a pecuária, a aposentadoria e os empregos na prefeitura. (EB. 05, 2023)

Este fato criou uma condição social de "modesta zona de conforto", em que as famílias, por mais humildes que sejam, possuem um veículo próprio, uma moto, e condição de vida que para elas é confortável e oriunda destas atividades, sendo assim, têm pouco estímulo para o envolvimento em atividades coletivas, como por exemplo na área do turismo, conforme relata um morador:

Quando o TBC chega numa comunidade carente, que não tem uma boa condição de subsistência as pessoas se jogam e participam como forma de garantirem uma fonte de recursos, mas aqui as pessoas que saem para trabalhar ainda não veem o turismo como principal alternativa de renda. Além disso, o custo de vida aqui ainda é muito baixo e parte das pessoas que trabalham recebem ao menos dois salários mínimos, o que para nosso lugar é um bom rendimento mensal, mesmo com o deslocamento. (EB. 05, 2023)

A Associação de Moradores do Geoparque do Cariri, da comunidade do Bravo, conta com uma baixa adesão dos moradores. Segundo os associados, as reuniões acontecem com poucos participantes e a pauta do turismo ainda está distante de ser prioridade para muitas famílias uma vez que, a grande maioria, têm como principal fonte de renda o trabalho nas mineradoras de Bentonita.

Tomando ainda como referência os estudos de Matos (2012) sobre as ações coletivas, pôde-se perceber a existência de **organizadores simbólicos** nas duas comunidades, do Marinho e do Bravo. Esta categoria não têm como ponto de partida interesses pragmáticos e racionais, mas sentimentos morais ligados às tradições

culturais que influenciam como os indivíduos se relacionam entre si e com os outros.

Um ponto forte sobre as relações de convívio comunitário tanto no Marinho quanto no Bravo é a **religião**. Ambas as comunidades possuem vínculos fortes com a religião católica e muitas das reuniões e encontros acontecem por intermédio de grupos ligados à Igreja. Nas entrevistas pôde-se constatar que este vínculo vai além das preparações de eventos e celebrações ligados à fé, mas também serve para discutir e compartilhar informações cotidianas, organizar ações coletivas para auxiliar alguém ou alguma família que passa por dificuldades e reivindicar serviços a serem ofertados pelo município para a comunidade. O grupo de whatsapp da Igreja é um meio de contato, e uma forma de participar em causas sociais locais.

Sempre que tem alguém necessitando de ajuda a gente se reúne com o pessoal da Igreja e faz uma campanha de coleta de alimentos. Até esses dias uma pessoa que mora em Lajes (comunidade próxima) está fazendo tratamento de câncer e uma professora de lá que mora aqui no Marinho, chega aqui pega a ajuda e leva pra lá. Nestes casos ajudamos a comprar fraldas, medicamentos. Ajudamos não só os daqui. (EM. 02, 2023)

A presença da Igreja e seus grupos é uma forma de socialização entre jovens e adultos. No Marinho há um grupo chamado Encontro de Jovens com Cristo (EJC), ligado à Igreja Católica do município de Boqueirão. Alguns membros da comunidade participam e compartilham suas experiências e a partir destas atividades colaborativas desenvolvem outras dinâmicas em grupo.

Nas duas comunidades, a influência da Igreja vai muito além do aspecto religioso, estendendo-se para o âmbito social, cultural e moral de ambas comunidades. Nelas, a Igreja muitas vezes serve como um ponto central de encontro para os membros da comunidade. As atividades religiosas, como cultos, eventos e celebrações, proporcionam um espaço onde as pessoas podem se reunir, interagir e compartilhar experiências.

Pela Igreja todo ano se faz a festa da padroeira, que é Nossa Senhora das Dores. Aí fazem oito dias de programação, com quermesse e essas coisas. Antigamente se fazia um forró mas agora não fazem mais. A gente da comunidade ajuda e é festa só de Igreja e que comunidade gosta. (EB. 03, 2023)

Foi observado, portanto, que o contato das pessoas em torno das atividades

religiosas auxiliam na criação de uma rede de apoio e solidariedade, fortalecendo os vínculos comunitários.

Em relação aos **organizadores históricos**, segundo a teoria de Matos (2002), estão associados aos laços familiares, à proximidade entre vizinhos, à consolidação da identidade local, à coesão social, à cooperação baseada em interesses compartilhados, ao sentimento de pertencimento e à criação de canais de comunicação que promovem a aproximação das pessoas. Nesta categoria observou-se que há uma forte influência na designação e gestão das atividades a partir dos laços familiares presente em ambas as comunidades.

No Marinho, destacam-se os sólidos laços de envolvimento, fundamentados na relação familiar e na confiança entre vizinhos. A cooperação, pautada em interesses coletivos, é um elemento-chave que aproxima os habitantes a partir da consciência coletiva e da colaboração, consolidando ainda mais as ações da ASCCROM.

Na comunidade do Bravo, também são evidentes os fortes laços familiares, o vínculo familiar desempenha um papel crucial na condução das atividades comunitárias, demonstrando a relevância dos laços de parentesco na estrutura organizacional da comunidade. No caso do turismo, a administração das iniciativas mostrou-se ser mais concentrada em uma única família.

Enquanto no Marinho a ênfase recai na cooperação ampla e envolvimento da ASCCROM, no Bravo, a gestão é centralizada pelos núcleos familiares como principais impulsionadoras das atividades locais. Essas características refletem a diversidade nas formas de organização comunitária, ressaltando a importância de compreender os contextos específicos para promover abordagens também específicas para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Em relação aos **organizadores da liderança**, identificados na presença da figura do líder, Matos (2012) afirma que é fundamental identificá-los, uma vez que, têm a capacidade de interlocução e o poder de mobilizar grupos, o que também significa uma posição passiva e dependente da comunidade que se apoiam na figura do líder.

Na comunidade do Marinho, não existe uma única liderança, todos os membros da ASCCROM, por exemplo, sentem-se importantes e parte de uma engrenagem para a melhoria da realidade da comunidade. No entanto, há personalidades de relativo destaque na comunidade pela proatividade e experiência. Um exemplo é um senhor morador, que junto com sua esposa e filha, dedica-se às causas coletivas. Sua longa

experiência na comunidade o tornou uma personalidade capaz de articular ações e motivar os membros da comunidade em prol do bem comum. Sua dedicação ao longo dos anos estabeleceu um papel de liderança, pelo comprometimento com as atividades nas trilhas, na preservação do território e no envolvimento com as manifestações locais por melhorias. Outra personalidade de destaque identificado e mencionado nas entrevistas é um produtor de hortaliças orgânicas, envolvido nas iniciativas do turismo local. Ele participa ativamente e fomenta projetos voltados para o benefício da comunidade. Por possuir uma visão empreendedora e comprometida com a sustentabilidade, contribui para uma comunidade mais forte e resiliente. O sócio do camping e membro da ASCCROM também se destaca com sua atuação não apenas no campo educacional, mas também como membro ativo de organizações locais, demonstra a capacidade de liderar através da colaboração e do engajamento em iniciativas comunitárias, como a participação em eventos como interlocutor das ações promovidas na comunidade do Marinho.

Já na comunidade do Bravo, nas entrevistas verificou-se que os moradores não reconhecem a existência de um líder comunitário. No entanto, pela observação em campo ficou evidente que há uma personalidade de destaque na representação da comunidade, em nome da Associação dos Moradores Geoparque Cariri, em interlocução com atores externos, tais como poder público municipal, ONGs, escolas, universidades, canais de comunicação e redes de contato. Essa personalidade, pela participação em causas sociais e pelo seu envolvimento na organização de empreitadas para beneficiar a comunidade, destaca-se como um organizador da liderança, desempenhando um papel importante na mobilização de agentes externos para auxiliar na melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Por fim, pode-se afirmar que enquanto na comunidade do Marinho há maior autonomia e menos dependência da figura de líderes. Na comunidade do Bravo, há menos autonomia e participação social, e maior passividade na espera por auxílio e benefícios articulados pela figura do líder.

Os organizadores sociais, conforme Matos (2002), desempenham um importante papel na conquista por espaços de empoderamento, legitimidade e conquistas dentro de uma comunidade. Nas comunidades estudadas, os elementos observados referentes aos organizadores sociais permitem compreender melhor os motivos do maior ou menor engajamento da comunidade no desenvolvimento do turismo local e regional, sobretudo, se são comunidades mais ou

menos propensas a desenvolver o turismo a partir dos princípios do Turismo de Base Comunitária.

5.2 PROXIMIDADE COM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Para a análise das comunidades quanto à proximidade com o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária, tomamos como referência os princípios do TBC contidos no e-book "Turismo Responsável no Brasil: tendências, estratégias e fomento" (Brasil, 2023), elaborado pelo Ministério do Turismo junto ao Departamento de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A análise partiu da observação em campo e das entrevistas semiestruturadas com os moradores das comunidades em estudo.

5.2.1 Autogestão e Equidade social

A autogestão comunitária é imprescindível para o desenvolvimento do turismo sob os princípios do TBC, em que sob os vínculos de confiança e solidariedade a comunidade determina seus objetivos coletivos, os meios para alcançá-los e estabelece as regras, sendo a verdadeira protagonista do planejamento e da gestão da atividade turística. Os objetivos coletivos perpassam pela busca de uma sociedade mais justa, inclusiva, segura e democrática, com a geração e distribuição equitativa dos benefícios e das oportunidades advindos do turismo, com a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social das comunidades (Brasil, 2023).

No caso da comunidade do Marinho, a gestão das atividades turísticas se destaca pela administração por meio do associativismo, pautada na prática coletiva do controle e gestão, co-responsabilidade e transparência das informações. Nesse contexto, a espinha dorsal dessa abordagem reside no espírito de cooperação familiar e de vizinhança, que permeia todas as ações, refletindo diretamente na autogestão.

A prática coletiva do controle é evidenciada pelo envolvimento ativo de membros da ASCCROM e reflete na comunidade. Tanto na tomada de decisões quanto na definição de estratégias para o turismo local, a participação de diversas famílias na administração das atividades demonstra um comprometimento conjunto em assegurar o sucesso e a sustentabilidade das iniciativas turísticas.

A co-responsabilidade é outro pilar fundamental. Cada membro da Associação se considera parte integrante do processo de gestão, assumindo responsabilidades específicas de acordo com suas habilidades e recursos disponíveis. Essa abordagem contribui para a eficiência operacional e para o engajamento constante de todos os envolvidos.

A transparência das informações, desde a exposição de produtos na loja da Crochêma, exposição em feiras e outros eventos e até as negociações com os visitantes, é valorizada como um meio de fortalecer a confiança entre os membros da comunidade e entre a comunidade e os turistas. Essa transparência constrói uma relação de confiança e empodera os visitantes a contribuírem diretamente para o desenvolvimento local.

O espírito de cooperação familiar e de vizinhança é um elemento crucial que permeia todas as etapas da autogestão. As relações interpessoais estabelecidas ao longo do tempo criam uma teia de apoio mútuo, onde as famílias compartilham conhecimentos, recursos e experiências para fortalecer o turismo comunitário. Essa cooperação não se limita apenas à esfera econômica, mas estende-se ao compartilhamento de valores, tradições e histórias, enriquecendo a experiência turística.

A visibilidade obtida através das práticas turísticas não apenas atrai visitantes, mas também coloca a comunidade do Marinho no mapa, conferindo-lhe autonomia e reconhecimento. O turismo não é apenas uma atividade econômica, mas um instrumento de empoderamento e valorização da identidade local.

Já a comunidade do Bravo, essa ainda não alcançou uma condição de autonomia na gestão comunitária das atividades turísticas, revelando ainda uma baixa adesão dos integrantes da comunidade, tanto na atividade turística quanto no seu envolvimento associativista/cooperativista. Atualmente, as ações estão centralizadas nas articulações promovidas pela família proprietária da área do Lajedo do Bravo. A centralidade das iniciativas em basicamente uma família, fica claro nas entrevistas, no entanto, existe a abertura para que outras famílias desenvolvam atividade e serviços e colham frutos do turismo:

Nossa família se envolve mais porque somos proprietários da área, mas seria bom se tivesse algum incentivo que trouxesse por exemplo a pessoa que faz artesanato para vender seus produtos a pessoa que produz o doce para vender por aqui. Essas pessoas se quisessem participar seriam bem-vindas e isso

traria lucros para comunidade, mas ninguém nunca falou em participar do Turismo. (EB.01, 2023)

A distribuição dos benefícios e das responsabilidades de forma mais equitativa e o envolvimento dos membros da comunidade na gestão turística são princípios fundamentais do Turismo de Base Comunitária. A falta de uma participação mais ampla na comunidade do Bravo limita a diversidade de perspectivas e ideias, o que poderia enriquecer as práticas turísticas.

A Associação dos Moradores do Geoparque do Cariri é um instrumento de voz e representatividade da comunidade, no entanto, observa-se uma baixa adesão dos moradores nas reuniões, o que indica um desafio na construção de uma gestão mais coletiva e participativa. A falta de engajamento da comunidade nas decisões e estratégias turísticas reflete a necessidade de promover uma maior conscientização, sensibilização e envolvimento dos moradores. Apesar dos esforços da Associação dos Moradores, a baixa adesão nas reuniões destaca a necessidade de estratégias mais eficazes para envolver os moradores nas tomadas de decisão. Isso inclui a sensibilização sobre os benefícios do turismo para a comunidade, incentivando mais a participação. A superação desses obstáculos é importante para desenvolver uma gestão turística mais sustentável e inclusiva, alinhada aos princípios do Turismo de Base Comunitária.

Outro aspecto a ser considerado é o descontrole no acompanhamento das visitas turísticas, refletindo na falta de transparência das informações. A falta de um sistema eficaz para registrar e monitorar as atividades turísticas pode comprometer a avaliação do impacto das visitas na comunidade e prejudicar a transparência das informações fornecidas aos turistas e aos comunitários.

A maior parte da população no distrito do Bravo não enxerga o turismo como prioridade para o desenvolvimento local, uma vez que estão mais envolvidos nas atividades das mineradoras locais. Essa preferência por fontes tradicionais de renda e a priorização das indústrias de mineração evidenciam um desafio significativo na diversificação econômica da comunidade.

5.2.2 Solidariedade e Cooperação

O TBC fundamenta-se na união entre os membros da comunidade, buscando estabelecer vínculos de confiança e fortalecer a coesão social. Esse enfoque colabora para a promoção de interesses coletivos e do bem público, priorizando-os em detrimento dos interesses privados. Além disso, no TBC presume-se um ambiente propício para práticas colaborativas, facilitando ações coletivas que fortalecem ações coordenadas, capacitam as comunidades e ampliam o capital social para impulsionar o turismo de maneira organizada, por associativismo, cooperativismo ou outras formas de organização social (Brasil, 2023).

Tanto no Marinho como no Bravo, as comunidades possuem como característica, a solidariedade, fortalecida pela religiosidade e pelos vínculos de familiaridade e vizinhança. O auxílio e o apoio entre os membros da comunidade em ações para amenizar o sofrimento e os problemas diante da escassez são evidentes.

No entanto, na comunidade do Marinho existe uma coesão social mais fortalecida, em que os integrantes da comunidade são capazes de gerenciar de forma mais equitativa as demandas coletivas. A comunidade do Marinho se destaca pela relação de solidariedade e cooperação que permeia suas atividades produtivas inclusive no âmbito do turismo. Essa colaboração coletiva se revela como um fator determinante para a fluidez e eficiência das iniciativas locais. Apesar da pouca assistência advinda do poder público, como relatado nas entrevistas, a força da união entre os moradores consegue enfrentar com mais facilidade os desafios impostos à comunidade. No contexto do turismo, a cooperação da comunidade é notável, refletindo nas decisões conjuntas que impactam positivamente a cadeia produtiva local. A partir de atividades como artesanato, produção de doces, mel e queijos, bem como trilhas e camping sobre o lajedo, os habitantes do Marinho conseguem projetar sua identidade e riqueza cultural, fortalecendo a economia local de maneira sustentável.

No caso do Bravo, há uma liderança que busca movimentar diversas ações solidárias em prol das famílias carentes. Campanhas para arrecadação de materiais escolares, alimentos, medicamentos e outros recursos são empreendidas com o intuito de melhorar as condições de vida da comunidade. O que demonstra segundo Matos (2012), uma dependência entorno da figura do líder e uma baixa autonomia da

comunidade.

No Bravo, também não existem organizadores econômicos e gerenciais em relação às atividades produtivas. No âmbito do turismo, as demandas concentram-se, em grande parte, na família proprietária da área do Lajedo. A cooperação nesse contexto é deficiente, com a participação limitada da comunidade nos processos de planejamento, gestão e tomada de decisões relacionadas ao desenvolvimento do turismo.

5.2.3 Responsabilidade socioambiental

A conservação da natureza e a salvaguarda do patrimônio cultural local devem nortear as propostas de TBC. Neste sentido, tanto na comunidade do Marinho quanto no Bravo, a valorização e preservação dos recursos naturais e culturais são vistos como importantes, apesar de terem dificuldades para transmitir o valor e o conhecimento tradicional para as gerações mais novas, como jovens e crianças.

Tanto os recursos naturais como a identidade da própria comunidade. Além da comunidade se auto identificar, de pertencer, a gente tem a ideia de não deixar a nossa cultura morrer, a atividade das crocheteiras ser repassada para gerações futuras, assim como resgatar outras expressões culturais que aqui já existiram. (EM. 01, 2023)

Quando questionados se a comunidade tem a preocupação de desenvolver o turismo preservando os recursos naturais locais, em ambas as localidades os entrevistados responderam que as comunidades têm consciência da importância de romper com o uso predatório dos recursos naturais.

Desde que começamos a trabalhar o turismo aqui a comunidade percebeu que é importante preservar os recursos naturais, daí eles já não jogam mais lixo em qualquer lugar, não fazem queimadas e preservam a fauna e flora. (EM. 02, 2023)

No Bravo, um entrevistado considera que um passo importante para a conscientização e preservação dos recursos naturais foi a criação da unidade de conservação, APA do Cariri, em 2004. "Inibiu a ação das pessoas que antigamente matavam gavião, matavam mocóis, pichavam as pedras e hoje não fazem mais queimadas e nem despejam seus lixos no caminho" (EB. 05, 2023). Ele também

acredita que a criação do projeto Geoparque Cariri Paraibano e o estímulo ao geoturismo e ao ecoturismo levaram a uma maior consciência e sensibilização pela preservação da biodiversidade.

A família proprietária do Lajedo do Bravo ressalta a importância de manter o controle quanto ao acesso e a gestão da área, preservando-a ao máximo. Este controle se dá também pelo fato do lajedo estar numa propriedade privada. Com o avanço do turismo nos últimos vinte anos e a especulação provocada pela rentabilidade que esse fenômeno tem trazido para o Cariri, as famílias passaram a restringir os acessos e a comercializar seus próprios espaços de visitação. Conta o morador que, antes do turismo, as pessoas adentravam as propriedades sem autorização, hoje há maior controle por parte dos proprietários e maior cuidado com a preservação dos sítios arqueológicos e dos recursos naturais (EB. 05, 2023).

5.2.4 Interculturalidade

A promoção da cultura local e o fortalecimento do sentimento de autoestima e de pertencimento são elementos fundamentais para uma troca intercultural e uma experiência enriquecedora entre visitantes e comunidades receptoras no âmbito do TBC (Brasil, 2023). Porém, tanto a comunidade do Marinho quanto do Bravo enfrentam desafios ao buscar o reconhecimento, divulgação e valorização de suas expressões culturais, até mesmo na comunidade entre os mais jovens, como já mencionado.

A produção artesanal de queijos do Bravo, que utiliza técnicas rudimentares como a produção do coalho a partir da bília do preá, uma espécie de roedor muito comum pela Caatinga, ou a criação das flores de crochê que dão forma aos diversos produtos da comunidade do Marinho são expressões que resgatam e mantêm vivas as técnicas e referências ancestrais. No caso das crocheteiras do Marinho, a partir de novos diálogos com agentes externos como o Sebrae e o estilista Ronaldo Fraga, passaram a abraçar outras formas e conceitos, mas não deixando de respeitar a identidade dos traços locais. Estas incursões externas também evidenciam a necessidade de promover um diálogo inclusivo e participativo que leve em consideração as diferentes vozes e experiências.

Conforme relato de um morador da comunidade do Marinho:

Uma das dificuldades é tornar as atividades e tradições interessantes e convidativas aos mais jovens, as crocheteiras até fizeram e fazem aulas para sensibilizar sobre a importância dessa tradição, mas se percebe que eles não têm tanta vontade de aprender. Sobre a participação dos jovens nas atividades também é importante ressaltar a ausência de projetos que envolvam e tragam outras formas de inserção envolvendo música, teatro, dança, nenhum projeto social na escola e na comunidade. Precisaria muito que tivesse um centro de apoio à cultura, onde pudesse trazer as crianças e jovens para dentro deste projeto, mostrando a ele sua identidade, trazendo o senso de pertencimento e ali a gente iria trabalhar expressões culturais as quais os jovens são mais aptos, o teatro mais ainda pois envolve muitas outras expressões. (EM. 01, 2023)

Conforme relato de um morador da comunidade do Bravo:

Para o turismo que falta é incentivo, porque toda beleza aqui a gente tem. Os turistas vêm de muitos lugares, vem daqui de Pernambuco, vem do estrangeiro, da Paraíba mesmo eles veem muitos lugares. Sobre o que eles consomem, aqui eles não consomem nada. Porque aqui a gente faz o queijo, antes a gente fazia doce de leite porque produz a partir do leite que a gente mesmo tira, outro faz a cocada, fulano faz artesanato, mas como a gente não se junta para organizar isso nem tem lugar para comercializar, acaba que não vende nada por aqui. (EB. 02, 2023)

Outro obstáculo significativo é a falta de recursos e apoio por parte da gestão pública. As comunidades, frequentemente, carecem de meios para documentar e preservar suas tradições culturais, bem como para promover atividades educacionais e culturais que assegurem a continuidade de suas práticas. A ausência de políticas públicas eficazes para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial e a escassez de incentivos financeiros por não se tratar de uma demanda prioritária, comprometem a capacidade das comunidades em manter viva sua identidade cultural.

As relações e os diálogos interculturais entre visitantes e comunidades nas comunidades do Bravo e do Marinho revelam nuances significativas, moldadas pela dinâmica peculiar das visitas e da oferta de serviços de cada local.

No Bravo, a escassez de oferta de serviços turísticos impõe um menor tempo de permanência dos visitantes, limitando a interação a um contato basicamente entre o turista e o condutor local. Nesse cenário, a troca de experiências e vivências é geralmente restrita, concentrando-se quase que somente na prestação de serviços. A interação, muitas vezes, se restringe a um contexto de diálogo com o condutor local,

deixando pouco espaço para um intercâmbio cultural mais profundo na comunidade. A brevidade da visita no Bravo contribui para que as experiências compartilhadas sejam pontuais e não se estendam para além do tempo de visita.

Já na comunidade do Marinho, a maior oferta de serviços e consequentemente o maior tempo de permanência dos turistas permitem uma interação intercultural mais significativa. As atividades de visita ultrapassam a simples prestação de serviços dos condutores locais e adentram para o diálogo sobre as memórias e as tradições locais.

5.3 FATORES ENDÓGENOS E EXÓGENOS DE FORTALECIMENTO DO TURISMO LOCAL

Por meio da análise, a partir da teoria de Matos (2012) aplicada para compreender a organização das comunidades em estudo, podemos afirmar que um **fator endógeno** determinante para a comunidade do Marinho desenvolver o turismo de forma mais organizada e articulada, se dá pela presença de organizadores econômicos e gerenciais, voltados a concentrar esforços para organizar de forma coletiva as atividades produtivas da comunidade, inclusive da cadeia produtiva do turismo, envolvendo artesãs, condutores locais e agricultores.

Esses elementos internos demonstram o comprometimento dos membros da comunidade em promover um turismo mais sustentável, participativo e integrado, com destaque para a união e a participação social efetiva na ASCCROM e outras associações envolvendo atividades produtivas. A comunidade do Marinho reconhece a importância de estar unida para alcançar objetivos comuns, e a participação ativa na associação é uma expressão tangível desse comprometimento. A colaboração entre os membros contribui para a tomada de decisões coletivas e fortalece os laços comunitários.

A gente até entende que há níveis de engajamento por questões sociais, mesmo as pessoas que são mais humildes e que nem todos conseguem ter o mesmo trato, no entanto, se entregam e ajudam de outra forma com sua força de vontade. Ou seja, tem pessoas que não aparecem tanto, mas têm o mesmo valor dentro da associação, eles embora não se mostrem em reportagens mas estão colaborando dando apoio às atividades (EM. 06, 2023).

Outro aspecto importante referente aos organizadores gerenciais da comunidade do Marinho é a adoção de medidas que promovem a equidade na distribuição das atividades e da renda gerada. A transparência nas comunicações promoveu no Marinho um ambiente de confiança, enquanto a distribuição equitativa das responsabilidades e dos benefícios permite que todos os membros tenham voz e participação ativa nas iniciativas relacionadas ao turismo, conforme relata um morador associado: “buscamos uma geração de renda de forma sustentável, a renda é socializada. Quando você consome aqui vai para a conta da ASCCROM e a distribuição é feita de forma responsável com a comunidade que participa” (EM. 01, 2023).

Participar de eventos nacionais, como feiras de turismo, demonstra a intenção da comunidade em se inserir no cenário turístico mais amplo. Essa participação não apenas amplia a visibilidade do Marinho, mas também possibilita a troca de experiências e o estabelecimento de parcerias estratégicas.

A busca constante por inovação é evidente, com a criação de novos produtos e serviços. Essa abordagem proativa não apenas mantém a atratividade do destino turístico, mas também contribui para a diversificação das atividades e a geração de novas oportunidades para os moradores do Marinho.

Como fatores exógenos, foi observado e avaliado nas entrevistas no Marinho que o diálogo constante com outras iniciativas é um fator que amplia a visão da comunidade. Ao estabelecer conexões com diferentes projetos e experiências, a comunidade enriquece suas práticas, aprendendo com outras realidades e adaptando abordagens que podem beneficiar o desenvolvimento do turismo local.

A colaboração de entidades externas, como o Sebrae-PB, agências de turismo, a Expedição Cariri-Ronaldo Fraga e o Governo do Estado, destaca-se como um fator-chave. Essas parcerias oferecem suporte técnico, recursos e expertise, fortalecendo a capacidade da comunidade em desenvolver e gerir suas atividades turísticas de maneira mais eficaz e sustentável.

Recentemente tivemos uma parceria com a Azul Linhas Aéreas na qual a Luck Turismo entra como operadora. Temos parceria também com algumas agências do Nordeste como: Vem de Andara de Recife, a Criativa Turismo de João Pessoa, Pôr do Sol de Guarabira, a 50Mais de João Pessoa, a 100% Paraíba, a Que-Visu de João Pessoa. Esta última traz um público mais seletivo e tem a parceria com o estilista Ronaldo Fraga e seu projeto Expedição Cariri. (EM. 01, 2023)

Ao estarem coletivamente organizados entorno das atividades produtivas da comunidade, os **fatores exógenos**, como os cursos de capacitação e as parcerias na divulgação e comercialização oriundos da iniciativa privada e poder público, produzem maiores efeitos e reverberações positivas na comunidade do Marinho, promovendo maior visibilidade do turismo local, se aproximando significativamente dos princípios do TBC, tais como: autogestão, equidade social, solidariedade, cooperação, responsabilidade socioambiental e interculturalidade.

Em relação à comunidade do Bravo, verifica-se que o fator endógeno que não contribui para o desenvolvimento do turismo local, em especial do TBC, é a ausência da articulação entre os moradores em torno de interesses coletivos referentes a otimização das atividades produtivas, ou seja, não há elementos de organizadores econômicos e de organizadores gerenciais, que possam ser direcionados para a cadeia produtiva do turismo.

A comunidade do Bravo ao ter uma postura mais passiva diante dos problemas comuns e por não participar de forma mais ativa dos espaços de reivindicação dos interesses coletivos, tem menos possibilidades de desenvolver o turismo local, com base nos princípios do TBC.

Um dos principais fatores que influenciam a forma de organização do turismo na comunidade do Bravo é a questão da propriedade da terra, onde a família proprietária do Lajedo do Bravo se destaca como a mais comprometida com as atividades turísticas. Apesar do envolvimento significativo dessa família em causas sociais, a baixa participação dos moradores nas reuniões e atividades da associação ressalta a necessidade de um engajamento mais amplo e coletivo.

A falta de equidade na distribuição das atividades e dos benefícios entre os moradores também se destaca como um desafio interno. A responsabilidade sobre poucos ombros, reflete a necessidade de uma distribuição maior das tarefas, promovendo a participação ativa de um maior número de residentes. Conforme observado e relatado nas entrevistas, a predominância da fonte de emprego e renda advinda das indústrias de mineração contribuem para uma dependência significativa dessa atividade e no baixo envolvimento com o turismo, limitando a diversificação econômica da comunidade. Essa dependência impacta a autonomia da comunidade em definir suas próprias atividades e projetos, tornando-a mais vulnerável às oscilações do setor de mineração.

A falta de diálogo com outras iniciativas revela um isolamento que limita as oportunidades de aprendizado e colaboração. A comunidade do Bravo carece de uma rede mais ampla de interações e parcerias, o que pode enriquecer suas práticas e perspectivas. Além disso, a ausência de apoio do poder público para o desenvolvimento do turismo impõe a busca por recursos e suporte em outras localidades. Parcerias com agências de turismo, universidades e pousadas da região constituem uma fonte alternativa de apoio, mas revelam a necessidade de maior autonomia local.

A falta de participação em capacitações do Sebrae, em feiras e eventos, e a ausência de registros sistemáticos das visitas limitam a capacidade da comunidade de aprimorar suas práticas e promover a sustentabilidade. A falta de infraestrutura básica, como banheiros, postos de informações e locais de hospedagem, adiciona mais obstáculos para atrair e receber turistas.

A família envolvida com o turismo local relatou interesse em continuar implementando ações de melhoria da qualidade do atendimento aos visitantes, permitindo que haja articulação junto a outros empreendimentos para aumentar o fluxo de turistas. No município de Cabaceiras é fácil de ver a presença de caminhões do Sesi e equipes do Sebrae e Senai, além do mais o município é o principal destino turístico da região. Aos moradores do Bravo cabe ficarem atentos às ações e buscarem por estas parcerias e capacitações na área do turismo, se assim o quiserem.

No Bravo, apesar da facilidade de acesso ao lajedo, com a rodovia passando próximo à comunidade, a falta de apoio e recursos impede o desenvolvimento de novos produtos e serviços turísticos. Assim, a comunidade do Bravo, diante desses desafios, apresenta maiores dificuldades em alinhar-se aos princípios do Turismo de Base Comunitária, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais integrada e sustentável para superar essas barreiras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa era analisar como as comunidades do Marinho e do Bravo, situadas na região do Cariri Paraibano, estão socialmente organizadas e integradas à cadeia produtiva do turismo, revelando os fatores que explicam suas diferentes formas de organização comunitária e proximidade com o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária.

As comunidades estudadas possuem como característica o desenvolvimento de atividades ligadas ao geoturismo, ecoturismo e turismo pedagógico e científico, com a oferta de serviços e produtos comercializados por agências, meios de hospedagem e de forma direta entre visitantes e condutores locais. No entanto, apresentam diferentes formas de lidar nos processos de criação, gestão e comercialização dos seus produtos e serviços. Este trabalho mostrou que a autogestão no turismo é impulsionada pela coletividade, responsabilidade compartilhada e transparência das informações. Essa abordagem não apenas fortalece as práticas turísticas, mas contribui para a construção de uma comunidade mais resiliente, emancipada e conectada com seu próprio desenvolvimento.

Nesse sentido, concluímos que os organizadores sociais das comunidades do Marinho e do Bravo se assemelham em relação aos organizadores políticos, em que as associações de moradores cumprem um papel de poder e pressão política, e aos organizadores simbólicos, em que a religião e os laços familiares e de vizinhança são importantes para a coesão social de ambas as comunidades.

Entretanto, somente na comunidade do Marinho há a presença de organizadores econômicos e de organizadores gerenciais entorno das atividades de subsistência tais como artesanato, agricultura e condutores locais, que se unem para potencializar os esforços para ganhos de produtividade e melhoria da qualidade de vida.

A ausência desses organizadores instrumentais (econômicos e gerenciais) na comunidade do Bravo torna mais distante as possibilidades do desenvolvimento do turismo local com base nos princípios do Turismo de Base Comunitária, sobretudo, porque o TBC requer a autogestão com o protagonismo da comunidade, envolvendo valores como a cooperação entre os atores sociais. A postura mais passiva da comunidade do Bravo, com baixa adesão na participação de

ações associativistas e dependente da figura do líder e a maior dependência dos moradores da indústria de mineração na geração de emprego e renda tornam o desenvolvimento do turismo local mais dependente de ações exógenas.

Isso não significa que seja impossível desenvolver o turismo por meio dos princípios do TBC em comunidades que não tenham organizadores econômicos e gerenciais preexistentes, porém como o turismo é uma atividade econômica, que requer a oferta de produtos e serviços, a comunidade ao ter uma postura proativa na organização coletiva de arranjos produtivos locais, facilita o processo de desenvolvimento do turismo local com base nos princípios do TBC. Para a consolidação de organizadores econômicos e gerenciais requer o reconhecimento dos indivíduos de que ao se unirem os ganhos e os benefícios serão maiores para todos, e as atribuições e as dificuldades serão compartilhadas, aumentando a coesão social e o bem-estar da comunidade. Ao estabelecerem conexões com diferentes projetos e experiências exógenas, é possível enriquecerem suas práticas, aprendendo com outras realidades e adaptando abordagens que podem beneficiar o desenvolvimento do turismo local.

Na comunidade do Bravo, a falta de diálogo com outras iniciativas revela um isolamento que limita as oportunidades de aprendizado e colaboração. Além disso, por possuírem pouca oferta de serviços há uma zona de contato ainda restrita entre os visitantes e a comunidade, sendo o diálogo quase que somente entre o condutor local e o visitante, inviabilizando uma experiência intercultural mais profunda.

No Marinho, encontramos uma relação intercultural mais significativa possibilitada pelo maior tempo de permanência do visitante na comunidade, dada a maior oferta de serviços relacionados ao turismo.

Portanto, nota-se a importância de compreender cada realidade e adotar medidas possíveis para garantir que os benefícios do turismo sejam compartilhados de maneira mais justa, fortalecendo ainda mais os laços sociais e contribuindo para um desenvolvimento mais sustentável e harmonioso da região.

Os fatores endógenos e exógenos observados nesse estudo explicam como as comunidades estão em níveis diferentes em relação ao engajamento comunitário na cadeia produtiva do turismo. Em ambas as comunidades, a falta de políticas públicas voltadas para o turismo, faz com que os projetos e ações endógenas sejam determinantes para o desenvolvimento do turismo local. Neste sentido, o maior envolvimento dos grupos nas dinâmicas, assim como o acompanhamento por meio

de ferramentas de monitoramento das visitas e de seus impactos, registrando e traçando objetivos coletivos a serem atingidos são recursos possíveis para melhorarem os serviços ofertados e tornarem as atividades sustentáveis.

Diante do exposto, espera-se que, com a identificação dos fatores endógenos e exógenos que moldam as diferentes formas de gestão e de organização comunitária, seja possível alcançarem resultados satisfatórios para o desenvolvimento do turismo em ambas as comunidades. Além de revelar a importância do desenvolvimento de políticas públicas que incluam diferentes abordagens para diferentes realidades de organizações comunitárias nas destinações turísticas.

REFERÊNCIAS

- Andrade, J. R. R. de (2010). *Turismo: conservação ambiental e fortalecimento econômico no município de Cabaceiras – PB* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Brasil.
- Araújo Neto, J. A. C. (2020). O papel do conflito na teoria crítica contemporânea em Axel Honneth. *Revista Semiárido De Visu*, 8(2), 323-332.
- Bagnoli, E. (2005). Margem. Patrimônio Biocultural e Turismo Sustentável no Interior do Nordeste. Faculdades de Ciências Sociais Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais e História da PUC-SP. São Paulo: A Editora.
- Ballesteros, E. R., & Corrión, D. S. (2007). Turismo Comunitario en Ecuador: Desarrollo y sostenibilidad social. *Abya Yala*, 07.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Barretto, M. (2007). Turismo y Cultura: relaciones, contradicciones y expectativas. Espanha: ACA y PASOS.
- Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (2009). Apresentação. In Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (Orgs.), *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* Rio de Janeiro: Letra e Imagem.
- Bartholo, R. (2009). Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. In Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (Orgs.), *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 45-54). Rio de Janeiro: Letra e Imagem.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bramwell, B., & Sharman, A. (1999). Collaboration in local Tourism policymaking. *Annals of Tourism Research*, 26(2), 392-415.
- Brasil (2003). Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo*. Brasília: MTur.
- Brasil (2008). *Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008*. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm
- Brasil (2010). Ministério do Turismo. *Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública*. Brasília: MTur.
- Brasil (2020). Ministério do Turismo. *Cartilha Retorno pelo Turismo Online*. <https://retomada.turismo.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Cartilha-Retorno-pelo-Turismo-On-line-min.pdf>

- Brasil (2022). Ministério do Turismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Mapa Brasileiro do Turismo Responsável*. <https://paineis.turismo.gov.br/sense/app/6c7ee682-c424-4b78-b98a-5bf04e66309f/sheet/5589e238-576d-417c-a1a4-be6ec0087667/state/analysis>.
- Brasil (2023a). Ministério do Turismo. *Política Nacional de Turismo de Base Comunitária: subsídios e orientações técnicas*. Natal: SEDIS-UFRN; Brasília: Ministério do Turismo.
- Brasil (2023b). Ministério do Turismo. *Turismo Responsável no Brasil*. Natal: SEDIS-UFRN; Brasília: MTur.
- Brundtland, G. H (Coord) (1991). *Nosso Futuro Comum*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- Buarque, S. (1999). Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Brasília: INCRA/IICA
- Butler, R.W.(1999). 'Sustainable tourism: A state-of-the-art review', *Tourism Geographies*. Department of Management Studies, University of Surrey, UK. 1:1,7 -25.
- Cabanilla, E. (2014). Turismo Comunitário, sua complexidade e aporte ao bom viver. Construção de Políticas Públicas Baseadas em um Modelo Complexo de Desenvolvimento Territorial. In *Anais do 1º Encuentro Internacional de Turismo Comunitario y Social de la UNASUR*. Bolívia.
- Campodónico, R., & Chalar, L. (2017). El Abordaje Interdisciplinario en el turismo: el campo de análisis. TEMA como propuesta metodológica. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 26. http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-17322017000200012
- Campos, R. H. F. (Org.). (2007). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Cape Town Declaration on Responsible Tourism (2002). <https://responsibletourismpartnership.org/cape-town-declaration-on-responsible-tourism/>
- Cavaco, C. (2001). Turismo rural e desenvolvimento local. In Rodrigues, A. B. (Org.), *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais* (3ª ed.). São Paulo: Hucitec.
- Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos. (2024). *Matacões. Glossário de Sítios Geológicos e Paleobiológicos*. Recuperado de <https://sigep.eco.br/glossario/verbete/matacao.htm>
- Coriolano, L. N. (2006). Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In *América Latina: cidade, campo e turismo*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo.

- Coriolano, L. N. M. T. (2009). *Arranjos Produtivos Locais de Turismo Comunitário: atores e cenários em mudança*. Fortaleza: EdUECE.
- Coriolano, L. N. M. T. (2012). Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local. In A. P. Portuguese, G. Seabra, & O. T. M. M. Queiroz (Orgs.), João Pessoa: Editora Universitária da UFPB.
- Costa, H. S. M. (2008). Meio ambiente e desenvolvimento: um convite à leitura. In C. E. V. Hissa (Org.), *Saberes ambientais. Desafios para o conhecimento disciplinar* (pp. 79-117). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Coutinho, C. N. (1997). Notas sobre cidadania e modernidade. Praia Vermelha, Rio de Janeiro: PPGESS/UFRJ.
- Cruz, R. C. A. (2006). Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In Lemos, A. I. G., Arroyo, M. & Silveira, M. L., *América Latina: cidade, campo e turismo*. São Paulo: CLACSO. <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/coediciones/20100729092737/19cruz.pdf>
- Cuareschi, P. A. (2007). Relações comunitárias, relações de dominação. In Campos, R. H. F. (Org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Dencker, A. de F. M. (2000). *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo* (4ª ed.). São Paulo: Futura.
- Durkheim, É. (1978). Da divisão do trabalho social. In Durkheim - Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural.
- Endres, A. V. (1998). *Sustentabilidade e Ecoturismo: Conflitos e Soluções a Caminho do Desenvolvimento*.
- Nascimento, M. A. L., Meneses, L. F., Ferreira, R. V., Lages, G. A., & Fialho, D. A. (2016). Projeto Geoparque Cariri Paraibano, Nordeste do Brasil. Em Congresso Brasileiro de Geologia. Porto Alegre.
- Fialho, D. A., Araújo, S. M. S., & Bagnoli, E. (2010). Diagnóstico geoambiental e geoturístico na área de proteção ambiental do Cariri Paraibano. In *Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos*, Porto Alegre.
- Fonseca, M. A. P., Todesco, C., & Silva, R. C. (2022). *A interiorização do turismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Letra Capital. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/49374>
- Forbes, (2021). Lista das 100 Mulheres Poderosas do Agro. Leia mais em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2021/10/100-mulheres-poderosas-do-agro/>
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido* (17ª ed.). Rio de Janeiro: Terra e Paz.
- Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). (2019). Sementes da esperança: boas práticas de convivência com o Semiárido. Turismo e

Juventude Rural. Salvador.

Geoparque Cariri Paraibano (s/d). *O Geoparque*. <https://geoparquecariri.org.br/>
Geoparque Cariri Paraibano (s/d). *Glossário da Geodiversidade*.
<https://geoparquecariri.org.br/index.php/glossario/#G>

Gerhardt, T. E., & Silveira, D. F. (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Góis, C. W. L. (1988). Reflexões em Psicologia Comunitária. *Revista de Psicologia*, (6), 23. Editora UFC. Ceará.

Góis, C. W. L. (2003). Psicologia comunitária. *Universitas Ciências da Saúde*, 1(2).

Governo do Estado da Paraíba. (2018). Governo do Estado lança roteiro "Paraíba 2018, Paraíba se 2019" em São Paulo. Recuperado de <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/governo-do-estado-lanca-roteiro-2018paraibe-se2019-em-sao-paulo>.

Grimm, I. J., Sampaio, C. A. C., & Garcia, M. (2017). Estratégias de desenvolvimento: a pesquisa científica no campo do turismo de base comunitária. *Gestión Turística*, 27, 44-64.

Hernández, C. G., Mendoza, M. G., & Villarreal, L. Z. (2009). Reflexión crítica sobre el consumo turístico. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 18, 691-706.

IBGE (2023). *Censo 2022: Números do censo*. <https://censo2022.ibge.gov.br/sobre/numeros-do-censo.html>

ICMBio (2018). *Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: princípios e diretrizes*. Brasília, ICMBio, MMA.

ICMBio (2019). *Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: cadernos de experiências*. Brasília: ICMBio, MMA. <https://ava.icmbio.gov.br/mod/data/view.php?d=17&mode=single&page=994>

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2016). *Manual de Aplicação – Educação Patrimonial: inventários participativos*. Brasília-DF.

Irving, M. (2009) Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível. In: Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (p. 108-12). Rio de Janeiro: Letra & Imagem.

Irving, M. (2018). Participação, inclusão social e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: por uma nova ética nos projetos turísticos. In Irving, M., Azevedo, J. & Lima, M. A. G. (Orgs.), *Turismo: ressignificando sustentabilidade* (pp. 57-89). Rio de Janeiro: Folio Digital, Letra e Imagem.

Irving, M. (2015). Turismo, áreas protegidas e inclusão social: uma triangulação necessária em planejamento, no caso brasileiro. In M. Irving, C. G. de O. Rodrigues, A. Rabinovici, & H. A. Costa (Eds.), *Turismo, Áreas Protegidas e*

Inclusão Social: diálogos entre saberes e fazeres (1ª ed.). Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem.

- Jafari, J. (2005). El turismo como disciplina científica. *Política y Sociedad*, 42.
- Kitzinger, J. (2000). Focus groups with users and providers of health care. In C. Pope & N. Mays (Eds.), *Qualitative research in health care*. London: BMJ Books.
- Lages, G. de A., Ferreira, R. V., Meneses, L. F., Nascimento, M. A. L., & Fialho, D. (2018). *Projeto Geoparque Cariri Paraibano*. Serviço Geológico do Brasil, CPRM.
- Lages, G. A., & Nascimento, M. A. L. (2008). Potencial geoturístico ao longo do Plutão Bravo Nordeste Brasileiro. In: Congresso Brasileiro de Geologia, 44, Curitiba. Anais. SBG - Núcleo Paraná, 404.
- Leite, P. de L. (2015). *Turismo e qualidade de vida no Cariri Paraibano: uma região em busca do desenvolvimento*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, Brasil.
- Lemos, A. (Org.) (1996). *Turismo: impactos socioambientais*. São Paulo: Hucitec.
- Lima, R. P. (2011). *Turismo de base comunitária como inovação social* (Tese de doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Maciel, T. M. F. B., & Alves, M. B. A. (2015). Importância da Psicologia Social Comunitária para o Desenvolvimento Sustentável. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10(2). São João Del-Rei.
- Maldonado, C. (2009). O turismo comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (Orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 25-44). Rio de Janeiro: Letra e Imagem.
- Martins, L. M., Silva, R., V. S., Vilar, J. W. C., Nascimento, I. R. do (2019). O protagonismo da comunidade no Planejamento Turístico Participativo. In *Turismo em Foco*. v.2. Belo Horizonte: Poisson. https://www.poisson.com.br/livros/turismo/volume2/Turismo_vol2.pdf#page=18
- Marujo, M. N. (2013). A pesquisa em turismo: reflexões sobre as abordagens qualitativa e quantitativa. *TURYDES - Revista sobre Turismo y Desarrollo local sostenible*, 6(14), 1-13.
- Matos, A. G. de (2002). Desenvolvimento Humano, Pobreza Rural e Inclusão Social. *Boletim NEAD, Notícias Agrárias*, Brasília, 2002.
- Matos, A. G. de (2003). *Organização social de base: reflexões sobre significados e métodos*. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário, Editorial Abaré. https://www.inesul.edu.br/site/documentos/organizacao_social_base.pdf

- Matos, A. G. de (2004). Organizadores sociais: algumas referências conceituais para análise das organizações sociais. *Revista Estudos de Sociologia*, Recife, 10, 123-154.
- Matos, A. G. de (2006). Organizações sociais e economia solidária. *Cadernos do CEAM*, Editora da UnB, 6, 125-142.
- Matos, A. G. (2012). A democracia e a organização social de base. In A. M. Jacó-Vilela & L. Sato (Orgs.), *Diálogos em psicologia social* (pp. 335-351). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Mebratu, D. (1998) Sustainability and Sustainably Development: Historical and Conceptual Review. International Institute for Industrial Environmental Economics, Lund University. Lund, Sweden.
- Medeiros, V. P. de. (2018). Semiárido de Possibilidades: reestruturação produtiva e dinâmica territorial no Distrito de Ribeira, Cabaceiras (PB). Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Mendonça, T. C. M., & Irving, M. Z. (2004). Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turístico no Brasil - Prainha Do Canto Verde, Beberibe (CE). *Caderno Virtual de Turismo*, 4(4), 12-22.
- Meneses, L. F. (2020). O Conhecimento da Geodiversidade para o Desenvolvimento Regional do Cariri Paraibano (Tese de doutorado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Minayo, M. C. S. (2007). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: HUCITEC.
- Mocellim, A. D. (2011). A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*. v. 17, n. 2, pp.105-125. São Paulo. Brasil: PLURAL.
- Mocellim, A. D. (2011). A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. *Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, 17(2), 105-125.
- Morgan, D. L. (1997). *Focus groups as qualitative research*. London: Sage.
- Nagabe, F. (2019). *O Turismo Convencional e as Políticas Contra-hegemônicas em Comunidades de Espaços Rurais da Paraíba*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, Brasil.
- Nascimento, Décio E. (2001). Mobilisation et coordination d'un réseau socio-technoeconomique dans une "nouvelle frontière" de développement industriel: l'étude de cas Tocantins-Bresil (Tese de doutorado, Université de Technologie Compiègne).
- Nascimento, F. G. (2020). *Turismo de Base Comunitária como alternativa para o*

desenvolvimento rural: a experiência da Comunidade de Chã de Jardim, Areia – PB. (Dissertação de Mestrado). Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Brasil.

Nicolas, D. (2001). Elementos para una análise sociogeografico del turismo. In A. Rodrigues (Org.), *Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais*. São Paulo: Hucitec.

Oliveira, A. P., & Santos, B. P. C. (2019). Turismo de Base Comunitária na Amazônia Legal brasileira: organização da atividade ou estratégia de marketing? *Revista Brasileira de Ecoturismo – RBECOTUR*, 12(4), 488-505. <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2019.v12.6787>

OMT (2003). *Organização Mundial do Turismo. Guia do desenvolvimento sustentável do turismo*. Porto Alegre: Bookman.

Panosso Netto, A., & Nechar, M. C. (2014). Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 8(1).

Papes, A. C. S. (2011). *A cidade turística na busca do desenvolvimento: estudo de caso realizado em Cabaceiras após a inserção do projeto "Turismo Histórico Cultural no Cariri Paraibano"* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, Brasil.

Paraíba, Governo do Estado da (1997). *Lei. n. 6523, de 10 de setembro de 1997*. Dispõe sobre a finalidade e estrutura do Projeto COOPERAR do Estado da Paraíba, e dá outras providências.

Paraíba, Governo do Estado da (2022). *Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Turismo 2022-2030*. Recuperado de <https://www.paraiba2030.com.br/cópia-publicações>

Paraíba, Governo do Estado da. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (2019). *Sementes da esperança: boas práticas de convivência com o Semiárido. Turismo e Juventude Rural*. Salvador.

Pinto, G. (2022). Os 20 Anos da Declaração da Cidade do Cabo sobre Turismo Responsável nos Destinos e os Prêmios de Turismo Responsável da WTM Latin America. *WTBM, Global Hub*.

Piovesan, J., Piovesan, J. C., Bordin, J. B., & Piovesan, L. (2018). *Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem*. Santa Maria, RS: UFSM, NTE.

Portal Correio (2017). *Sebrae lança roteiro turístico com atrativos do Cariri*. 07 dez. 2017. <https://portalcorreio.com.br/91073-2/>

Programa de Paisagens Sustentáveis da Amazônia (2022). *Turismo Comunitário: Intercâmbio Amazônico*.

Projeto Bagagem (2010). *Série TURISOL de Metodologias: Parte 1 – Projeto Bagagem*.

- Projeto Bagagem (2022). *Mapeamento das Iniciativas de Turismo de Base Comunitária*. https://issuu.com/projetobagagem/docs/mapeamento_tbc_-_projeto-bagagem
- Ramiro, R. (2010). *Economia solidária e turismo*. Editora IABS.
- Ramos, A. G. (1981). *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: FGV.
- Ribeira do Taperoá. (Data desconhecida). Disponível em: <http://ribeiradoriotaperoa.blogspot.com.br/search?updated-max=2012-02-19T06:09:00-08:00&max-results=7>
- Ribeiro, D. (1970). *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Global Editora.
- Rocktaeschel, B. M. M. (2006). *Terceirização em áreas protegidas: estímulo ao ecoturismo no Brasil*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo.
- Rolim, H. M. de A. (2019). *Visibilidade da cozinha do Cariri Paraibano* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Ruschmann, D. V. de M. (2010). *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus.
- Sales, J. S. (2012). *A invenção de Cabaceiras como cidade turística a partir da cultura do bode e das produções cinematográficas* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, Brasil.
- Sampaio, C. A. C. (2005). *Turismo como fenômeno humano: princípios para pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (2009). Turismo de base comunitária - potencialidade no espaço rural brasileiro. In Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (Orgs.), *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 142-161). Rio de Janeiro: Letra e Imagem.
- Sen, A. (2000). *O desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, R. H. (2008). *Turismo, desenvolvimento sustentável e cultura: o caso de Cabaceiras* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Brasil.
- Silva, N. C., & Cândido, G. A. (2016). Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo: um estudo de caso do município de Areia – PB. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 10(3), 475-496.
- Simmons, D. G. (1994). Community participation in tourism planning. *Tourism Management*, 15 (2), 98-108. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0261517794900035>

- Singer, P. (2006). *Introdução à Economia Solidária*. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Soares da Silva, A., & Cabral Sanchez, T. (2012). Participación Política y Políticas Públicas: Estudio sobre las consecuencias psicopolíticas del Turismo en Paranapiacaba. *Revista MEC-EDUPAZ*, Universidad Nacional Autónoma de México.
- Sousa, L. G. de. (2011). *Potencialidades locais, turismo e desenvolvimento local para o cariri paraibano* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Brasil.
- Swarbrooke, J. (2000). *Turismo Sustentável: Conceitos e Impacto Ambiental*. São Paulo: Aleph.
- Talaya, E. A. (2004). La Naturaleza en el comportamiento del consumidor turístico. In *IX Congresso AECIT – El Uso Turístico de los Espacios Naturales*. Valencia, Espanha.
- Tavares, A. G., Araújo, V., & Whebber, P. (2015). Cabaceiras/PB, a Roliúde Nordestina: cinema como impulsionador turístico. *XII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*, Natal. XVII Anptur 2015.
- Teixeira, J. (2020). Movimentos sociais populares em tempos de ascensão das novas direitas: a Marcha das Margaridas. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/p3htkm3WRRJN9NQT44S4gWg/?lang=pt>
- Todesco, C., Pimentel, M. S., & Oliveira, J. (2023). Políticas Estaduais de Turismo de Base Comunitária: similitudes, diferenças, avanços e entraves. In *Anais do XX Seminário ANPTUR*, Niterói.
- Tönnies, F. (1995). Comunidade e sociedade. In: Miranda, O. (Ed.). *Para ler Ferdinand Tönnies* (pp. 231-352). São Paulo: EDUSP.
- Turismo em Foco. (2023, junho 2). Vo Maria e Doces de Tambaba: histórias de empreendedorismo na Paraíba que cresceu mais até após a pandemia. <https://turismoemfoco.com.br/v1/2023/06/02/vo-maria-e-doces-de-tambaba-historias-de-empreendedorismo-na-paraiba-que-cresceu-mais-ate-apos-a-pandemiaroteiro-pela-costa-rica-entrega-cenarios-encantadores/>
- Weber, M. (1973). Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In F. Florestan (Org.) (2003), *Comunidade e sociedade: Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação* (pp. 140-143). São Paulo: EDUSP.
- Weber, M. (1987). *Conceitos básicos de Sociologia*. São Paulo: Editora Moraes.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Objetivos: anotar as impressões referentes ao nível de organização e cooperação entre os integrantes da comunidade, assim como situações de: sinergia, satisfação, inquietude, insatisfação ou conflitos na comunidade, além disso observar como a comunidade se integra à cadeia produtiva do turismo local.

- Hospedar-se por um período de no mínimo 12 dias em cada comunidade.
- Observar e anotar em diário de campo:
 - O cotidiano das famílias;
 - As relações entre os integrantes da comunidade;
 - A relação entre líderes e comunitários;
 - As demandas sociais locais;
 - As organizações formais e informais da comunidade;
 - A relação entre visitantes e comunitários;
 - O envolvimento dos comunitários com o turismo, seja na produção de produtos locais, seja na oferta de serviços (hospedagem, alimentação, guiamento...).

Mapear as comunidades do Marinho e do Bravo e as atividades que desempenham na cadeia produtiva do turismo. Ao mapear essas atividades, desde a produção até a prestação de serviços relacionados ao turismo, busca-se compreender o papel de cada comunidade no contexto turístico local.

APÊNDICE B – ROTEIROS DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS LÍDERES COMUNITÁRIOS

Dados do Entrevistado

Nome:

Endereço:

E-mail / Telefone:

Comunidade a qual pertence:

A - Sobre a Comunidade:

1. Conte-me um pouco sobre a história da sua comunidade. As pessoas que vivem aqui possuem laços de parentesco, familiaridade, amizade?
2. Quais são as principais atividade econômicas da comunidade?
3. Quais são as principais atividades culturais da comunidade?
4. Quais são as principais dificuldades que a comunidade enfrenta?
5. O que as pessoas que moram aqui mais gostam nesse lugar?
6. E o que elas menos gostam?

B - Sobre a Organização Social:

7. Na comunidade, as relações são baseadas na solidariedade entre os seus integrantes?
8. As pessoas da comunidade têm consciência de quais são os interesses comuns/coletivos?
9. As pessoas da comunidade se consideram capacitadas para mudar a realidade em que vivem?
10. Você considera as pessoas da comunidade ativas ou passivas para buscar as soluções dos problemas comunitários?
11. Existe alguma mobilização social na comunidade, formal ou informal, para reivindicar melhorias para a comunidade?
12. Como se reúnem e discutem sobre as ações dentro da comunidade? Com qual frequência?
13. As pessoas da comunidade demandam muito do(s) líder(es) comunitário para resolver os problemas da comunidade?
14. Como líder comunitário, quais são as suas responsabilidades dentro da comunidade?
15. Por quais motivos, as pessoas da comunidade geralmente tendem a se organizar ou mobilizar? (motivações econômicas, gerenciais, políticas, religiosas, motivados pela liderança...)
16. Existe alguma instituição que realiza projetos aqui na comunidade (prefeitura, Sebrae, governo do estado, ONGs...)

17. Tem alguma instituição que ajuda a fortalecer as organizações sociais da comunidade?

C - Sobre o Turismo:

18. Como se desenvolve o turismo na comunidade? De onde vem os turistas, onde eles visitam e o que eles consomem/compram aqui na comunidade?
19. A comunidade tem uma relação próxima com os visitantes? Conversam, contam histórias, contam sobre a vida na comunidade, sobre a região etc?
20. O visitante tem como se hospedar e se alimentar na comunidade?
21. O visitante participa dos eventos culturais da comunidade? E das atividades do cotidiano da comunidade?
22. Quais os principais atrativos turísticos da comunidade?
23. Tem algum projeto sendo desenvolvido para melhorar o turismo local?
24. Quais são os benefícios que o turismo gera atualmente para a comunidade?
25. Quais são os problemas que o turismo gera atualmente para a comunidade?

D - Sobre o TBC:

26. A comunidade tem o interesse em se envolver mais com o turismo?
27. A comunidade tem o interesse em mostrar sua cultura, tradições e modos de vida para os visitantes?
28. A comunidade tem a preocupação de desenvolver o turismo, preservando os recursos naturais locais?
29. Existe alguma iniciativa para desenvolver o turismo a partir da oferta de produtos e serviços oferecidos pela comunidade?
30. Existe algum envolvimento da comunidade no planejamento do turismo local?
31. Já foram realizadas ações na área do turismo voltadas para a comunidade (oficinas de sensibilização, capacitação, apoio a comercialização de produtos, promoção, etc)? Se sim quais e por quem?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS COMUNITÁRIOS

Dados do Entrevistado

Nome:

Endereço:

E-mail / Telefone:

Comunidade a qual pertence:

A - Sobre a Comunidade:

1. Conte-me um pouco sobre a história da sua comunidade. As pessoas que vivem aqui possuem laços de parentesco, familiaridade, amizade?
2. Quais são as principais atividade econômicas da comunidade?
3. Quais são as principais atividades culturais da comunidade?
4. Quais são as principais dificuldades que a comunidade enfrenta?
5. O que as pessoas que moram aqui mais gostam nesse lugar?
6. E o que elas menos gostam?

B - Sobre a Organização Social:

7. Na comunidade, as relações são baseadas na solidariedade entre os seus integrantes?
8. As pessoas da comunidade têm consciência de quais são os interesses comuns/coletivos?
9. As pessoas da comunidade se consideram capacitadas para mudar a realidade em que vivem?
10. Existe algum líder comunitário? Se sim, quais são as principais responsabilidades desse líder?
11. Você considera as pessoas da comunidade ativas ou passivas para buscar as soluções dos problemas comunitários?
12. Existe alguma mobilização social na comunidade, formal ou informal, para reivindicar melhorias para a comunidade?
13. Como se reúnem e discutem sobre as ações dentro da comunidade? Com qual frequência?
14. As pessoas da comunidade demandam muito do(s) líder(es) comunitário para resolver os problemas da comunidade?
15. Por quais motivos, as pessoas da comunidade geralmente tendem a se organizar ou mobilizar? (motivações econômicas, gerenciais, políticas, religiosas, motivados pela liderança...)
16. Existe alguma instituição que realiza projetos aqui na comunidade (prefeitura, Sebrae, governo do estado, ONGs...)
17. Tem alguma instituição que ajuda a fortalecer as organizações sociais da comunidade?

C - Sobre o Turismo:

18. Como se desenvolve o turismo na comunidade? De onde vem os turistas, onde eles visitam e o que eles consomem/compram aqui na comunidade?
19. Há agências de turismo que comercializam as visitas à comunidade e aos atrativos locais?
20. A comunidade tem uma relação próxima com os visitantes? Conversam, contam histórias, contam sobre a vida na comunidade, sobre a região etc?
21. O visitante tem como se hospedar e se alimentar na comunidade?
22. O visitante participa dos eventos culturais da comunidade? E das atividades do cotidiano da comunidade?
23. Quais os principais atrativos turísticos da comunidade?
24. Tem algum projeto sendo desenvolvido para melhorar o turismo local?
25. Quais são os benefícios que o turismo gera atualmente para a comunidade?
26. Quais são os problemas que o turismo gera atualmente para a comunidade?

D - Sobre o TBC:

27. A comunidade tem o interesse em se envolver mais com o turismo?
28. A comunidade tem o interesse em mostrar sua cultura, tradições e modos de vida para os visitantes?
29. A comunidade tem a preocupação de desenvolver o turismo, preservando os recursos naturais locais?
30. Existe alguma iniciativa para desenvolver o turismo a partir da oferta de produtos e serviços oferecidos pela comunidade?
31. Existe algum envolvimento da comunidade no planejamento do turismo local?
32. Já foram realizadas ações na área do turismo voltadas para a comunidade (oficinas de sensibilização, capacitação, apoio a comercialização de produtos, promoção, etc)? Se sim quais e por quem?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS TURISTAS

Dados do Entrevistado

Nome:

Endereço:

E-mail / Telefone:

Comunidade visitada:

A - Sobre o perfil do Turista:

1. Qual a sua cidade de residência?
2. Quantos anos você tem?
3. Qual a sua principal ocupação?

B - Sobre a Viagem:

5. Qual foi a sua principal motivação para visitar a região do Cariri Paraibano?
6. Como ficou sabendo sobre esse lugar?
7. Como você se organizou para essa visita? Utilizou agência de viagens?
8. Quais atrativos você visitou ou pretende visitar?
9. Onde você se hospedou?
10. Quantos dias irá permanecer na região do Cariri Paraibano?

C - Sobre a Comunidade Visitada:

11. Durante a sua visita teve a oportunidade de conhecer e vivenciar o modo de vida das comunidades locais? Descreva um pouco as atividades que realizou junto às comunidades.
12. O que lhe chamou mais atenção em relação às comunidades locais?

D - Sobre a Oferta Turística:

13. Como você avalia a infraestrutura e os serviços na área de meio de hospedagem?
14. Como você avalia a infraestrutura e os serviços na área de alimentos e bebidas (restaurantes e similares)?
15. Como você avalia os preços dos serviços e produtos turísticos locais?
16. Como você avalia os atrativos culturais?
17. Como você avalia os atrativos naturais?
18. Você destacaria algum diferencial dessa localidade/comunidade visitada?

E - Sugestões:

19. O que na sua opinião poderia ser melhorado em relação ao turismo nesta localidade?
20. Você considera que o turismo realizado nesta localidade segue os princípios da sustentabilidade social, ambiental e econômica? Explique sua opinião.
21. Pretende retornar a visitar esta localidade/comunidade?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: ENTRE PEDRAS E FLORES: A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA REGIÃO DOS LAJEDOS NO CARIRI PARAIBANO

Orientador: CAROLINA TODESCO

Pesquisador Responsável: JAKSON BRAZ DE OLIVEIRA

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Patrocinador Principal: COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)

1. Natureza da pesquisa: Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa, que tem por finalidade analisar como as comunidades da Vila do Marinho e do Bravo, situadas no Cariri Paraibano, estão socialmente organizadas e integradas à cadeia produtiva do turismo, revelando os fatores que explicam suas diferentes formas de organização comunitária e proximidade com o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária.

2. Envolvimento na pesquisa: Ao participar deste estudo, você se predispõe a responder as perguntas relativas ao tema em questão e aquelas que o pesquisador julgar pertinentes ao estudo, respeitando as características relativas à sua experiência com o fenômeno ou ao seu cargo/função.

2.1. Você tem a liberdade de se recusar a participar sem qualquer prejuízo.

3. Sobre a entrevista: A entrevista seguirá um roteiro temático previamente elaborado. A entrevista será gravada em áudio para que, posteriormente, as informações coletadas possam ser tratadas e analisadas. As informações fornecidas serão tratadas e analisadas em conjunto com as de outros entrevistados, de forma impessoal, resguardando a identidade dos participantes.

3.1. Os arquivos gerados serão guardados em local seguro, sob a responsabilidade do pesquisador responsável, pelo período de 5 anos.

4. Riscos e desconforto: Os riscos são considerados mínimos. A participação na pesquisa não oferecerá riscos à saúde e integridade, bem como não trará complicações legais. Os procedimentos adotados respeitam os critérios de ética em pesquisa com seres humanos, conforme as resoluções do Conselho Nacional de Saúde (Resolução CNS 510/96, Resolução CNS 466/12 e Resolução CNS 510/16).

4.1. É assegurada a não utilização de informações que possam causar prejuízo aos participantes, inclusive em termos de autoestima e/ou desprestígio. Além disso, são garantidos a confidencialidade das informações compartilhadas, o direito à

privacidade, à proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa.

4.2. Os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano proveniente da sua participação na pesquisa, previsto ou não neste TCLE, têm direito à indenização, por parte do pesquisador/patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa.

5. Benefícios: Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto. Contudo, a pesquisa possibilitará benefícios indiretos, tais como contribuir academicamente para discussões sobre o tratamento dado à temática no âmbito local e os demais possíveis efeitos positivos que o estudo possa trazer. Espera-se que este estudo gere informações importantes e sirva de subsídios para novas pesquisas sobre o tema.

5.1. Garante-se aos entrevistados a prevalência dos benefícios esperados sobre os riscos e/ou desconfortos previstos.

6. Pagamento: Ao participar da pesquisa, você não terá nenhum tipo de despesa, bem como não receberá nenhum benefício financeiro por sua participação.

Após os esclarecimentos realizados na primeira parte deste documento, solicitamos o seu consentimento para participação. Portanto, de acordo com as informações apresentadas acima, preencha os itens que se seguem.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, _____, inscrito (a) no RG _____ e no CPF _____, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi uma cópia deste termo de consentimento e AUTORIZO a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

_____, _____ de _____ de 2023

Entrevistado (a)

Jakson Braz de Oliveira

Pesquisador responsável